revista PILARES DA

história

DUQUE DE CAXIAS E BAIXADA FLUMINENSE

ano 9 - número 10 - maio de 2010

- História Ambiental e Baixada Fluminense
- A Fábrica de Tecidos do "Corte Oito"
- Pioneirismo da Indústria Têxtil no Brasil
- Em plena ditadura militar, milhares de jovens fazem de Duque de Caxias um grande palco da liberdade
- Vilas de Magé e Estrela
- A História do Saneamento Ambiental na Baixada Fluminense
- Movimento Negro
- Iguassú e sua Guarda Nacional

Visões Universitárias:

- O Dilema entre a Mauá de Ontem e a de Hoje
- O Caminho e a Caminhada: Perspectivas sobre um Curso em um Campus Universitário

Na Seção Memória Viva: fragmentos de memórias de moradores do bairro Saracuruna...

edição conjunta: instituto histórico vereador thomé siqueira barreto / câmara municipal de duque de caxias e associação dos amigos do instituto histórico.

REVISTA PILARES DA HISTÓRIA
ISSN 1983-0963

Edição conjunta:

INSTITUTO HISTÓRICO VEREADOR THOMÉ SIQUEIRA BARRETO / CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
e ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO INSTITUTO HISTÓRICO

PRESIDENTE DA CMDC:
Dalmar Lírio Mazinho de Almeida Filho

DIRETORA GERAL DA CMDC:
Ingrid Junger de Assis

DIRETORA DO INSTITUTO HISTÓRICO:
Tania Maria da Silva Amaro de Almeida

PRESIDENTE DA ASAMIH:
Paulo Christiano Mainhard

CONSELHO EDITORIAL:
Alexandre dos Santos Marques
Carlos Sá Bezerra
Nielson Rosa Bezerra
Rogério Torres da Cunha
Tania Maria da Silva Amaro de Almeida

EQUIPE DO INSTITUTO HISTÓRICO:
Alda Regina Siqueira Assumpção / Angelo Marcio da Silva / Diego Lucio Villela Pereira / Fabio Ferreira de Oliveira / Leonardo da Silva Palhares / Luiz Felipe dos Santos Junior / Roselena Braz Veillard
Suely Alves Silva / Weveston Costa

LOGOMARCA:
Guilherme Peres

CONCEPÇÃO DA CAPA:
Newton Menezes

FOTOS / CAPA:
Fotografia de Rogério Torres: Porto Estrela - Magé - 1986
Gravura: Porto Estrela - século XIX, de Johann Moritz Rugendas in “Viagem Pitoresca Através do Brasil”

CORRESPONDÊNCIA:
Rua Paulo Lins, 41 - subsolo - Jardim 25 de Agosto
Duque de Caxias - RJ
CEP: 25071-140
Telefone: 2784-6947
e-mail: institutohistorico@cmdc.rj.gov.br
site: http://www.cmdc.rj.gov.br/

Editorial

A função de uma publicação como a Revista Pilares da História, que alcança o seu décimo número, é a cada dia mais evidente. Em seus artigos e seções, produzidos por seus colaboradores, são investigadas e discutidas temáticas relativas a História Local e Regional que, no nosso caso, têm como foco o município de Duque de Caxias e a região da Baixada Fluminense.

No entanto, a despeito da clareza dessa função, talvez a sua importância não seja assim tão explícita, o que provoca reflexão a respeito. O foco da História Local e Regional nunca foi muito relevante no universo temático da História. Suas questões sempre foram identificadas por boa parte da academia como uma espécie de exercício do exotismo e de exaltação conservadora, fruto talvez da função legitimadora que esse tipo de estudo cumpria junto aos poderes locais. No entanto, cabe ressaltar que as novas abordagens da investigação da História Local e Regional têm um potencial bastante revelador da realidade social sobre a qual se debruça. A pesquisa nacional não alcança as peculiaridades históricas que a dimensão local e regional permite alcançar. A identificação dessas peculiaridades e a reflexão sobre elas cumprem uma dupla função: de um lado, promovem a revelação de uma realidade não alcançada pela abordagem mais geral, legitimando-a; e, ao mesmo tempo em que dialoga com ela, enriquece-a enormemente. Campos de pesquisa histórica, como o da industrialização no Brasil, têm se valido, já há algum tempo, desse diálogo e avançado muito em seus resultados. Outro tópico importante que cabe ressaltar é o papel de memória social que essas produções exercem. Ao registrar em seus artigos, depoimentos e reflexões de agentes sociais e sobre esses processos históricos que não encontrariam espaço em outras publicações, permite-se que diversas “vozes” importantes possam ser “ouvidas”, o que só contribui para a diversidade de opiniões e abordagens tão significativas para a investigação científica sobre a realidade social.

Por conta disso então, continuamos aqui com nossa modesta contribuição. Esperamos também que outras publicações periódicas, a exemplo da Revista Pilares da História, possam emergir no panorama acadêmico e cultural da Baixada Fluminense e do Rio de Janeiro como um todo. Acreditamos que existe uma grande contribuição que a História Fluminense pode oferecer para reflexão sobre o quadro social, político, econômico e cultural de nosso Estado e de nossos municípios. Sendo assim, continuamos a contar com aqueles que nos acompanham nessa tarefa, como leitores e construtores de textos para nossa Revista. Até o número onze então!

O Instituto Histórico "Vereador Thomé Siqueira Barreto" / Câmara Municipal
de Duque de Caxais e a Associação dos Amigos do Instituto Histórico
agradecem o apoio:

Dos Autores

CRPH
Centro de Referência Patrimonial e Histórico
do Município de Duque de Caxias

CEPEMHEd
Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação
da Cidade de Duque de Caxias
e Baixada Fluminense

IPAHB
Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense

PINBA / FEBF / UERJ
Programa Integrado de Pesquisas e Cooperação Técnica
na Baixada Fluminense

De todos que participaram direta ou indiretamente da produção deste trabalho e daqueles que se
empenham no difícil processo da permanente construção e
reconstrução da nossa história.

O Conselho Editorial está aberto ao recebimento de
artigos para possível publicação.

As idéias e opiniões emitidas nos artigos e a revisão destes são da responsabilidade dos autores.

HISTÓRIA, IDENTIDADE E CIDADANIA

A Revista Pilares da História chega à sua décima edição, confirmando a importância de preservar a história e de divulgar o patrimônio cultural para a promoção de uma sociedade mais participativa. Ponto fundamental para o reconhecimento de nossas raízes, o resgate da História local e regional feito pela Revista incentiva a busca pelo exercício da cidadania, promovendo mudanças firmes e necessárias à sociedade.

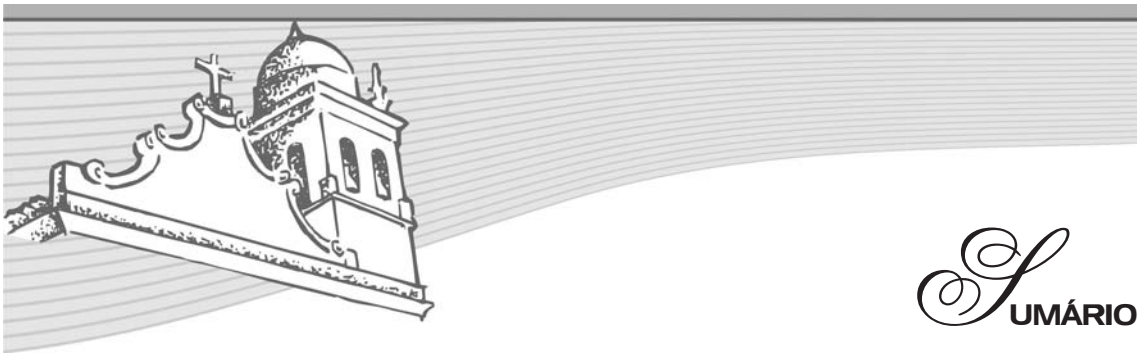
O ano de 2010 foi eleito pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da Câmara dos Deputados, como o "Ano Nacional Joaquim Nabuco", em celebração ao centenário de sua morte. E, também, como forma de reconhecer o que o político, diplomata, historiador, jurista, jornalista e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras representou para a história e cultura do país.

Joaquim Nabuco é um nome significativo na história do Brasil. Há muitos trabalhos acadêmicos, abordando temas específicos de sua obra. Nascido em família rica e de prestígio político, foi o liberal mais radical do país. Pensava a sociedade como um todo e, já naquela época, brigava por reformas necessárias à emancipação dos mais humildes, o que hoje chamamos de inclusão social. Ele defendia que para transformar o país era preciso abolir a escravidão, fazer a reforma agrária e universalizar a educação, instrumento indispensável para a formação plena do indivíduo e sua participação na sociedade.

No ano em que se celebra o centenário de morte de um dos principais líderes abolicionistas do país, a Revista Pilares da História comemora mais uma edição, firme no propósito de garantir o acesso à história e cultura da região.O resgate de nossas raízes nos permite conhecer e interpretar melhor o passado para, no presente, construir uma identidade. Ao se interessar pela história, a comunidade passa a compreender melhor a região, atribui a ela novo valor e, possivelmente, passa a intervir positivamente na construção da sociedade.

A Revista Pilares da História já se tornou referencial histórico e cultural. Parabenizo àqueles que continuam se dedicando a preservar, através destas páginas, a história do nosso município e da região da Baixada Fluminense.

Dalmar Lírio Mazinho de Almeida Filho



SUMÁRIO

HISTÓRIA AMBIENTAL E BAIXADA FLUMINENSE
Uma aproximação a partir da relação entre engenheiros, meio ambiente e saneamento 07
Simone Fadel

A FÁBRICA DE TECIDOS DO ``CORTE OITO´´ 14
Stélio Lacerda

PIONEIRISMO DA INDÚSTRIA TÊXTIL NO BRASIL:
A fábrica de tecidos Santo Aleixo 25
Guilherme Peres

EM PLENA DITADURA MILITAR, MILHARES DE JOVENS FAZEM DE DUQUE DE CAXIAS UM GRANDE PALCO DA LIBERDADE 31
Josué Cardoso e Rogério Torres

VILAS DE MAGÉ E ESTRELA 35
Tania Maria da Silva Amaro de Almeida

A HISTÓRIA DO SANEAMENTO AMBIENTAL NA BAIXADA FLUMINENSE:
Lutas e ações 47
Alexssandra Juliane Vaz

MOVIMENTO NEGRO:
Celebrando 25 anos na Baixada Fuminense 52
Ercília Coêlho de Oliveira

IGUASSÚ E SUA GUARDA NACIONAL:
Um Símbolo de poder no sertão do Jerixinó 61
Marcos Paulo Mendes Araújo

VISÕES UNIVERSITÁRIAS: 67
O Dilema entre a Mauá de Ontem e a de Hoje
Giselle dos Santos Siqueira

O Caminho e a Caminhada: Perspectivas sobre um Curso em um Campus Universitário em Construção
Allofs Daniel Batista

SEÇÃO TRANSCRIÇÃO 71
Tania Maria da Silva Amaro de Almeida, Josué Cardoso, Rogério Torres da Cunha, Diego Lúcio Villela Pereira

SEÇÃO MEMÓRIA VIVA 75
Antonio Augusto Braz e Tania Maria da Silva Amaro de Almeida

SEÇÃO ICONOGRAFIA 79

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO INSTITUTO HISTÓRICO 85

HISTÓRIA AMBIENTAL E BAIXADA FLUMINENSE: uma aproximação a partir da relação entre engenheiros, meio ambiente e saneamento.

Simone Fadel[1]

Este artigo tem como objetivo contribuir com o movimento de consolidação de uma historiografia que possui como objeto a Baixada Fluminense a partir da perspectiva da história ambiental da região.

Desta forma, o caminho que nos aproximou deste objetivo foi a busca de encontrar interseções entre as intervenções ambientais ocorridas na região e a possibilidade de articular estes conhecimentos com a formulação de uma história ambiental da Baixada Fluminense.

Neste momento, nos detemos na perspectiva da elaboração da história ambiental conforme definida por Drummond quando indica caminhos metodológicos para a elaboração deste campo do saber. Afirma o autor ao tratar das características metodológicas e analíticas da História ambiental:

> *(...) Por vezes se dá um recorte cultural ou político à região estudada,mas sem esquecer as suas particularidades físicas e ecológicas:* ***um parque nacional, uma área de influência de uma obra(ferrovias, projetos de irrigação, represas, etc)*** *(...) Com essa ênfase em áreas específicas, a história ambiental revela ligação também com a história regional, pois focaliza os processos sociais (e naturais) geograficamente circunscritos, embora tipicamente os limites dessas áreas sejam naturais e não sociais e políticos (DRUMMOND,1991: p.181)*

O foco inicial de pesquisa foram as intervenções dos engenheiros na região. Este trabalho foi desenvolvido durante o doutoramento e, posteriormente, como uma das linhas de pesquisa do Núcleo Interdisciplinar de Estudos do Espaço Social da Baixada Fluminense: história, memória e identidades, vinculado ao curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - campus da Baixada Fluminense.

Em um primeiro momento, nosso estudo se deu sobre a intervenção destes profissionais no período da Primeira República. Embora as tentativas de obras que pudessem conter a malária tivessem tido uma continuidade no período Vargas, procuraremos apontar que a perspectiva de intervenção e o próprio trabalho buscaram caminhos diferenciados dos seguidos pelas Comissões anteriores.

Ao final de um ciclo de formação de Comissões Federais e Estaduais de Saneamento[2], cria-se a Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense, vinculada ao Ministério de Viação e Obras Públicas. O primeiro diretor, o engenheiro Hildebrando de Góes, já havia participado de ações na região e foi coordenador

---

[1] Professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro- Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

[2] Ver. Fadel, Simone. Meio Ambiente, Saneamento e Engenharia no Império e na Primeira República,Rio de Janeiro, 2009.

da última Comissão local e autor do Relatório que se tornou referência para análise das Comissões anteriores e da forma de se pensar o papel do engenheiro e de se olhar as intervenções na região.

Embora se perceba claramente uma linha contínua de atuação nas regiões denominadas de Baixada Fluminense, a análise do Relatório da Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense articula suas intervenções na região com a incorporação de questões do Estado Novo. De fato, não são somente as palavras do texto[3] que atribuem conteúdo à página que abre o Relatório da Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense. O documento inicia com uma grande montagem fotográfica, reproduzida na figura 1.

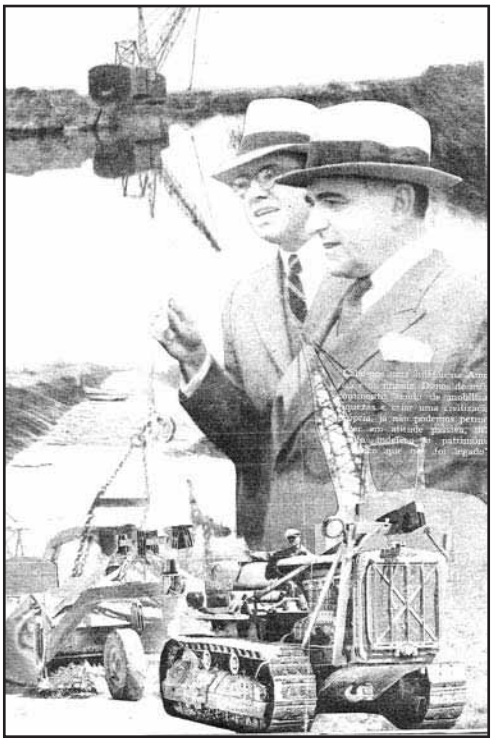


Figura 1

Ao lado do presidente Getúlio Vargas, também em primeiro plano, encontramos a imagem do engenheiro Hildebrando de Araújo Góes. Ambos, destacados como figuras onipresentes, observam as modernas dragas utilizadas para o saneamento da Baixada Fluminense. Na operação de uma moderna máquina, encontramos a figura de um trabalhador "digno" das palavras e da obra que se pretendeu fazer na região. Ao fundo, de costas e sem rosto, oposto ao trabalhador descrito anteriormente, vemos um homem representando um morador local, dirigindo-se para sua pequena embarcação, uma canoa. Tudo parece obsoleto neste possível morador. Tudo precisa ser mudado pelo novo homem que irá formar a civilização que se acredita que estar por vir. Ao contrário do presidente que possui um olhar contemplativo, Hildebrando de Góes parece expor um plano. O plano da mudança que resultou no seu relatório. Um plano que expõe suas análises racionais, as técnicas utilizadas e seus modernos equipamentos. Por ora, deixamos a foto tão marcante e reveladora da articulação entre a diretoria e o projeto Vargas e passemos para a análise do documento.

[3] Cabe-nos uma missão na América e no mundo. Donos de meio continente, tendo de mobilizar riquezas e criar uma civilização própria, já não podemos permanecer em atitude passiva, deixando indefeso o patrimônio histórico que nos foi legado.

A Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense foi criada na década de 30 com o objetivo de coordenar as obras no ambiente local que resultariam no fim da malária. Como já observamos, a relação entre engenheiros-saneamento no combate a malária precede a criação deste órgão; contudo, apenas no Governo Vargas a ação destes técnicos recebe um status administrativo diferenciado das ações anteriores, marcadas pela organização de comissões provisórias e pontuais.

O próprio Hildebrando de Góes coordena a última comissão, já no Governo Vargas, com o objetivo de reunir dados sobre a área para possível intervenção, segundo Góes:

> *Pela primeira vez, não se solicitava aos técnicos a realização imediata dos trabalhos. Determinava-se, apenas, as causas dos insucessos e se fixassem novas diretrizes para não incidir nos mesmos erros. (GÓES, 1939: p.23)*

Nota-se que, no decorrer do Relatório, tanto quanto as questões técnicas apresentadas para a resolução dos problemas da região, Góes procura destacar o tratamento institucional dado pelo governo Vargas ao "elevar" a condição da equipe de trabalho de Comissão para Diretoria, integrando-a a estrutura formal do Ministério de Viação e Obras Públicas e, principalmente, às proposições governamentais.

O problema de saneamento da região da Baixada Fluminense é expresso no Relatório (re)significado através da Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense. Esta (re)significação apresenta-se desde a institucionalização já abordada, a noção da grandeza da obra a ser realizada, caracterizada como mais uma das obras monumentais para a formação de uma grande nação, ao caráter definitivo dado aos resultados de sua obra.

O Relatório é dividido em três capítulos. No primeiro, apresenta brevemente os aspectos históricos da região, destacando-se no mesmo as chamadas causas da insalubridade: constituição geológica, configuração topográfica, chuvas, insuficiência das seções de vazão dos rios e, finalmente, as estradas de ferro e de rodagem. Percebe-se que a grande maioria das causas da insalubridade é natural exigindo uma ação humana constante para viabilizar a utilização da área.

O segundo capítulo é dedicado as realizações da Diretoria. Em termos gerais, estas realizações visavam resolver os seis problemas principais identificados pela Diretoria, a saber: recuperação de áreas alagadas; defesa contra as inundações; dragagem de novos leitos para os rios que se perderam em brejais; ligação permanente das lagoas costeiras ao oceano, drenagem subterrânea e *obras de arte*. (GÓES, 1939: p.30).

As realizações da Diretoria são diferenciadas para cada um dos problemas identificados, envolvendo, dependendo do caso, a construção de diques longitudinais e canais; diques marginais de segurança, construção de canais de drenagem.

Com relação as Baixada da Guanabara, no Relatório, é citada a técnica de construção de diques longitudinais e canais no rio Meriti. Contudo, é previsto a utilização desta técnica em praticamente todas as bacias hidrográficas da região.

> *Levantam-se, ao longo das margens dos rios, diques que impedem o alargamento das terras pelas marés.(...) pelo lado interno dos diques, escavam-se canais destinados a coletar as águas pluviais caídas na área beneficiada (...) Trabalho deste gênero fez-se ao longo do rio Meriti, onde se constituíram onze quilômetros de diques e canais, ganhando-se uma área de seis milhões de metros quadrados(...)Trabalhos análogos estão sendo executados ao longo do rio Sarapuí, Iguassú, Pilar, devendo extenderem, posteriormente,ao estrela, Saracururna, Irirí, Sarapuí (...) (GÓES, 1939: p.30)*

O último capítulo do Relatório contém uma apresentação dos resultados obtidos, considerando os seguintes aspectos: salubridade, transportes e economia.

Com relação à questão da salubridade é importante destacarmos, primeiramente, que no Relatório encontramos uma distinção entre as necessidades de obras para o combate a malária e obras que permitam o aproveitamento agrícola local. Embora a questão da colonização da região através do desenvolvimento agrícola tenha se constituído como ponto nodal nas intervenções anteriores, a diferenciação entre as duas ações é apresentada claramente e irá influenciar no tipo de solução técnica adotada. A modernização agrícola local é assumida como um dos objetivos da Diretoria, embora, esta se constitua como Diretoria de Saneamento obtendo, inclusive, primazia sobre suas ações, especificamente, voltadas para a salubridade ambiental. Assim, como vimos, o Relatório da Diretoria apresenta as diversas formas de atuação técnica articuladas aos objetivos de seus empreendimentos.

> *(...) evitar a estagnação das águas nestas amplas bacias de fundo impérvio de tabatinga, que se disseminam, sem conta pela campanha palustre.* ***Apesar de interdependentes, o problema das inundações difere do problema do saneamento. Inúmeras regiões salubres não escapam do flagelo periódico das cheias****. Sanitariamente, nenhum mal deveria advir dos transbordamentos, si ao final de pouco tempo, as águas retornassem as calhas fluviais, de onde, momentaneamente, se apartaram. (GÓES,1939: p.23)*

O que é considerado como fundamental para evitar a insalubridade não se resume na inundação típica de ambientes repletos de brejais, mas o tempo entre a inundação e o escoamento. Quanto menor o tempo entre estes dois fenômenos a principio naturais, menor ou nula a possibilidade do surgimento de um ambiente insalubre. Desta forma, a desobstrução dos rios e seus canais secundários são preconizados como ações necessárias e definitivas para o saneamento da região, assim, como afirma Góes, *"desde que os escoadouros principais estejam desobstruídos, a rede secundária esgotará os pântanos marginais no intervalo dos repiquetes que se sucedem."* (GÓES, 1939: p.23)

Esta solução, contudo, não contempla a organização agrícola que se pretende instaurar, restaurar ou manter nas terras baixas do Estado do Rio de Janeiro e é sabido que as inundações dos terrenos para o plantio não favorecem o desenvolvimento econômico local. Mais uma vez, ao considerarmos a lógica da Diretoria, encontramos um conjunto de procedimentos técnicos necessários para se evitar as inundações:

> *Entretanto, para o aproveitamento agrícola da terra é, freqüentemente, indispensável evitar inundações. Surge daí o segundo gênero de obras que se destinam a combater os extravasamentos. A solução deste último problema não ultrapassa, porém, o quadro dos processos clássicos. (GÓES, 1933: p.23)*

Os "processos clássicos" referenciados são basicamente aqueles utilizados por Comissões anteriores: aumento da capacidade de vazão dos cursos de água, utilização de reservatórios compensadores, construção de diques de proteção.

Retornando aos aspectos destacados como resultados por Góes, o primeiro aspecto, como já mencionado, refere-se ao nível de salubridade obtida. Neste aspecto, são apresentados dois pontos fundamentais: diminuição do impaludismo e a colonização. Segundo o diretor, a diminuição do impaludismo foi "sensível", referenciando-se a dados estatísticos sem fontes precisas.

> *A extinção de inúmeros brejos diminuiu, os grandes focos da malária.(...) A diminuição dos anophelinos foi extraordinária. Regiões, onde os transeuntes eram fortemente atacados, são, no momento, atravessadas sem perigo. (...) O Número de impaludados decresceu sensivelmente, registrando-se grandes baixas nos índices estatísticos. (GÓES, 1939: p.57)*

A colonização das áreas saneadas foi um tema recorrente nas diferentes Comissões de Saneamento durante a Primeira República e no Governo Vargas. Isso não deixa de ter uma relação bastante estreita tanto com a questão de conservação das obras como com a questão econômica que será pontuada a seguir. A ocupação das áreas da Baixada não difere de planos já elaborados em Comissão anteriores, ou seja, a ocupação agrícola de grandes áreas férteis.

> *Sempre se reconheceu a fertilidade natural dos terrenos da Baixada. As ricas propriedades, outrora existentes, permaneceram na lembrança de todos. (...) A proximidade do Rio de Janeiro, que é um grande centro consumidor, coloca, ainda mais, a Baixada em situação privilegiada para um aproveitamento intensivo. Melhoradas, consideravelmente, as condições de salubridade, manifestou-se logo um grande surto na exploração de suas riquezas naturais. Aos poucos vão se povoando as terras abandonadas. Surgem construções novas e novas plantações, que mudam o antigo aspecto desolador daquelas paragens. Nota-se, visivelmente, o ressurgimento econômico da região. (GÓES, 1939: p.57)*

Embora a questão da "vocação agrícola" da Baixada Fluminense seja reafirmada, Góes apresenta uma questão não prevista nas Comissões anteriores, a venda e o loteamento das terras. Observa-se que o loteamento é feito tanto pelo governo como por empresas que adquiriram grandes propriedades. Não se explica, contudo, porque grandes empresas iriam adquirir terras insalubres e abandonadas para depois loteá-las. O fato é que este loteamento "primitivo", ou para citar o próprio Góes, o retalhamento de grandes áreas em lotes, seguido de vários problemas nas terras agricultáveis, como as pragas que ocorreram na citricultura, devem ter se constituído no embrião do loteamento desenfreado e na ocupação desordenada que a Baixada da Guanabara vivenciará em décadas posteriores.

Além da salubridade, o Relatório apresenta a questão do transporte como resultado do trabalho. Embora, a questão das ferrovias e mesmo o ressurgimento do transporte fluvial sejam abordados, destaca-se a das rodovias como fundamentais para o escoamento da produção que se pretende na região.

Cada um dos resultados anteriores interliga-se a questão econômica, contudo encontramos este tema em separado, destacando a valorização das terras articulada ao melhor aproveitamento ou ao loteamento.

Iniciamos o relato de nosso trabalho com a tentativa de descrever uma imagem. Retomaremos esta questão ao final com algumas considerações que podem nos auxiliar a perceber de que forma o trabalho da Diretoria estava articulado ao projeto de nação presente no Estado Novo. A análise deste Relatório coloca-nos de imediato com um estilo de expor o trabalho de saneamento de forma completamente diferente dos Relatórios que analisamos de Comissões formadas na Primeira República.

Este Relatório utiliza uma linguagem bastante objetiva, apresentando ao leitor informações como o tipo de material, a descrição dos procedimentos técnicos de desobstrução manual, a dragagem, a construção de diques longitudinais necessárias ao entendimento do empreendimento proposto e realizado. Com relação à legitimidade das técnicas propostas, recorre-se, mesmo que brevemente, a formulação de algumas questões e a importância de se proceder a medições, registros e mapeamentos. O que se busca é a previsibilidade de certos fenômenos a partir de instrumentos e procedimentos que permitissem que o racionalismo orientador das ações não se baseasse no "arbítrio".

A coleta de dados é registrada em mapas e gráficos no decorrer do Relatório. Os mapas, além de registrar os locais de execução das obras, possuem como função concretizar e legitimar, através da associação da linguagem científica à imagem, idéias tais como a "grandeza da obra realizada". Assim a informação de que *"a extensão dos rios desobstruídos atinge um total de 3.800 km"* é associada a um mapa dos Estados Unidos com uma linha em destaque que interliga a cidade de Washington à cidade de São Francisco.

No entanto, o grande destaque do Relatório é o papel dado a fotografia. Em primeiro lugar, a fotografia, ou melhor, páginas que reúnem um mosaico de várias fotografias ocupam quase 70% do total do documento. As fotos são variadas e procuram expor as obras em execução, os moradores locais, as vilas ou regiões que serão modificadas pela ação da Diretoria, os problemas enfrentados, as realizações, as indústrias locais ou outras atividades econômicas como a citricultura, plantação de cana e horticultura. Desta forma, as fotos utilizadas no Relatório expressam a utilização da fotografia no Estado Novo, o sentido de atestação, verificação de uma realidade existente. As fotografias, juntamente com os mapas e os gráficos, possuem o poder de transformar o relato em uma verdade irrefutável.

> *Isto poderia explicar porque esse tipo de veículo foi tão usado por uma política de propaganda cujo conceito básico era o de 'mostrar'. Ela valorizava o desempenho e as realizações do governo, sempre evidenciando sua presença na mais variadas áreas de ação. (LACERDA, 2000: p.107)*

O percentual destinado a fotografia no Relatório não poderia deixar de ser mencionado, principalmente, quando mostra a sintonia da Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense e de seu diretor com as proposições do Estado Novo. Efetivamente, se considerarmos a questão dos rios, constatamos uma diferença entre as ações propostas pela Diretoria e a Comissão Federal da Baixada Fluminense no período de 1910-1916 e as técnicas utilizadas por Góes. No mais e, em que pesem os vinte anos de distância entre as atividades dos engenheiros na Primeira República e no Estado Novo, percebe-se que se procura é (re)significar as obras de saneamento na Baixada Fluminense no contexto simbólico do Estado Novo.

Ressalta-se, ainda, que se a situação de saneamento da Baixada Fluminense não teve o caráter definitivo tantas vezes afirmado por Góes, sua "obra monumental" ficou na memória daqueles que mais adiante vieram a se referir ao trabalho da Diretoria como aquele que possibilitou o saneamento e o desenvolvimento da região[4].

Sem pretendermos esgotar as inúmeras possibilidades que o estudo das Comissões de Saneamento da Baixada Fluminense pode oferecer à historiografia local, gostaríamos de finalizar este artigo com mais um exemplo iconográfico, retirado também do relatório da Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense, que, sem dúvida, pode nos permitir uma reflexão sobre a relação da técnica e ambiente. Assim, mesmo como ilustração cabe apontar para o fato de que os especialistas, neste período, embora se confrontassem com o ambiente real, pautam sua perspectiva de intervenção em mapas, traçados, enfim, em um ambiente hipotético. Este movimento, por assim dizer, trouxe conseqüências para o ambiente da Baixada que carecem de uma reflexão no âmbito da historiografia local e da história ambiental em particular.

[4] Referimos-nos aqui a autores que em períodos posteriores irão tratar de variados aspectos da Baixada Fluminense, sem contudo, deixar de se referir aos trabalhos da Diretoria da Baixada Fluminense como fundamentais e/ou definitivos para o Saneamento da Região. Dentre eles podemos citar Renato Mendes, Ligia Segadas entre outros.

Referências Bibliográficas

DRUMMOND, José Augusto. **A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa**. In Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol4, n.8, 1991.

FADEL, Simone. **Meio Ambiente, Saneamento e Engenharia no Império e na Primeira República**. Rio de Janeiro: Garamond, FAPERJ, 2009.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**, 10 ed., São Paulo: EDUSP,2002.

GÓES, Hildebrando de Araújo. **O saneamento da Baixada Fluminense**, Rio de Janeiro, Diretoria da Baixada Fluminense,1939.

HONORATO, Cesar Teixeira (org). **O Clube de Engenharia nos Momentos decisivos do Brasil**, Rio de Janeiro, Clube de Engenharia, 1996.

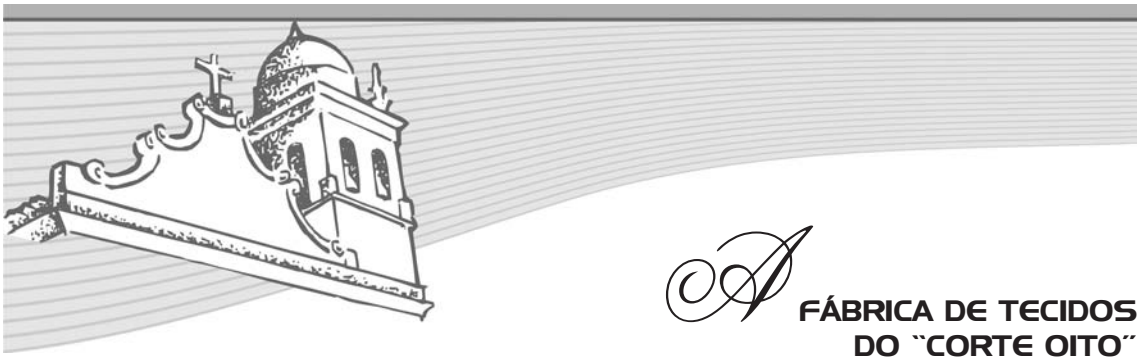
LACERDA, Aline Lopes. **Fotografia e propaganda política: Capanema e o projeto editorial** IN GOMES, Angela de Castro. Capanema: o ministro e seu ministério, Rio de Janeiro, Editora FGV,2000.

MENDES, Renato da Silveira. **Paisagens Culturais da Baixada Fluminense**. 1948.171p. (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1948.

SILVEIRA, Márcio Rogério. **Estradas de Ferro no Brasil: das primeiras construções às parcerias privadas**, Rio de Janeiro, Interciência, 2007.

TELLES, Pedro C. da Silva. **História da Engenharia no Brasil**. Rio de Janeiro:Clavero, 2vs,1994.

VARGAS, Milton (org). **História da Técnica e da Tecnologia no Brasil**. São Paulo:Editora UNESP; CEETEPS,1994.412p.



A FÁBRICA DE TECIDOS DO "CORTE OITO"

Stélio Lacerda[1]

Introdução

Nas últimas décadas do século XIX, uma parcela dos lucros das exportações cafeeiras foi empregada na produção de manufaturas, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. No processo de industrialização do país, a indústria têxtil exerceu pioneirismo – como exemplo, a Fábrica São Luiz, em Itu/SP, foi a primeira tecelagem a usar a máquina a vapor, em 1869, com tecnologia inglesa.

Coronéis do café e imigrantes bem-sucedidos no comércio, especialmente em importações, tornaram-se grandes investidores em manufaturas, eram os chamados "capitães de indústria". Entre esses empreendedores podem ser citados – ficando em alguns exemplos – Walter Clarkson da Cia. Henry Rogers (tecidos e máquinas têxteis), Nicolau Scarpa (tecelagem), Domingos Alves Bebiano (Companhia América Fabril de Tecidos), Herman Lundgren (tecidos e "Casas Pernambucanas"), Hering (tecelagem)...

A influência inglesa é encontrada na maquinaria e tecnologia de produção – seus técnicos montavam e faziam funcionar os equipamentos. A arquitetura dos prédios, especialmente das tecelagens, é outro exemplo: tijolos vermelhos, estrutura sóbria e pesada, galpões com grandes espaços para circulação e pé direito elevado, janelas no "alto" para evitar dispersão e favorecer a concentração no trabalho – fábricas em Manchester, Inglaterra, serviam de modelo.

Em São Paulo, as fábricas da Tecelagem Votorantin e do Moinho Matarazzo foram edificadas segundo o estilo inglês. No Rio de Janeiro, o mesmo ocorreu com o prédio da Companhia de Tecidos Nova América, construído no início do séc. XX com tijolinhos avermelhados e idêntico padrão arquitetônico – inaugurada em 1925 e desativada em 1991, a fábrica foi transferida para Fonte Limpa, em Duque de Caxias/RJ.

Na primeira década do século XX, o Rio de Janeiro abrigava cerca de 33% da produção industrial brasileira, enquanto São Paulo respondia por 16% e o Rio Grande do Sul 15%. Com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o Brasil adotou a política de substituir importações, isto é, produzir bens de consumo para atender a demanda – o conflito gerou queda nas importações, pois a indústria européia estava impossibilitada de suprir seus tradicionais consumidores. Isso impulsionou a indústria nacional e, nas décadas seguintes, São Paulo tornou-se o principal parque industrial do país.

A década de 1930 é marcante na economia brasileira – pela primeira vez, a produção industrial superou a produção agrícola. Entre os fatores dessa transformação, com profundas implicações sociais e políticas, encontra-se a Grande Depressão norte-americana, a queda da bolsa de valores de Nova Iorque

[1] Licenciado em Pedagogia pelo Instituto de Educação Governador Roberto Silveira e em História pela Sociedade Universitária Augusto Mota. Ex-Oficial de Gabinete do primeiro governo do Prefeito Moacyr Rodrigues do Carmo. Ex-Diretor do Departamento de Educação e Cultura/PMDC, do Instituto de Educação Governador Roberto Silveira e da Escola Municipal Marechal Mallet. Ex-Secretário Municipal de Cultura/PMDC.

(1929). Mais tarde, no início dos anos 1940, a industrialização do país é incentivada com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda - com tecnologia de ponta e financiamento americano.

A periferia das grandes cidades atraiu indústrias, como o foi o caso – no Rio de Janeiro – do Andaraí, Gamboa, São Cristóvão, Madureira, Bangu... As fábricas contribuíam ao povoamento das áreas suburbanas – a Companhia Progresso Industrial do Brasil, ao inaugurar sua fábrica de tecidos em Bangu, em 1889, incentivou o povoamento daquela região. Em Duque de Caxias, na década de 1940, instalaram-se duas grandes empresas: a FNM (Fábrica Nacional de Motores), em Xerém; e a Companhia União Manufatora de Tecidos, no bairro Centenário. Nos anos seguintes, o perfil industrial se acentuou com a chegada de fábricas de menor porte – metalúrgicas, produtos alimentícios, material de limpeza... Nos anos 1960, consolidou-se a industrialização da cidade com o Pólo Petroquímico – a REDUC (Refinaria Duque de Caxias).

Desde os tempos da República Velha (1889-1930), para compensar a quase ausência de legislação trabalhista e proteção previdenciária, indústrias de grande porte adotavam políticas patriarcais. Assim, seus parques fabris eram providos de vilas residenciais, consultórios médicos, salas de aula, cooperativas, espaços recreativos e esportivos... – procurava-se proporcionar uma estrutura mínima de benefícios sociais sob administração patronal.

As fábricas da Companhia União Manufatora de Tecidos e da Braspérola, em Duque de Caxias, Cariacica/ES e Camaragibe/PE praticavam a mencionada política, mesmo após a legislação trabalhista da Era Vargas (1930-1945). Para a unidade de Caxias, porém, não se chegou a construir uma vila operária, embora fossem implementados outros benefícios sociais: creche, assistência médica, cooperativa, refeitório, áreas esportivas, clube social... Em termos de vila residencial, os beneficiados foram os trabalhadores da FNM, em Xerém – os da indústria têxtil não tiveram igual atendimento.

Este trabalho pretende reconstituir as origens e aspectos relevantes da Companhia União Manufatora de Tecidos – a fábrica de tecidos do 'Corte Oito", situada em Duque de Caxias. Em períodos de maior demanda, gerou cerca de mil empregos diretos e proporcionou considerável receita tributária aos cofres públicos. A influência inglesa ali também se fez presente, nas máquinas, técnicas e organização do espaço físico – embora sem os tijolos avermelhados, dispunha de amplas áreas para equipamentos e trabalhadores, mantendo a sobriedade arquitetônica. Com sua desativação, o outrora centro produtivo tornou-se um espaço vazio e sem vida, lembrança apagada de outros tempos, tal qual ocorreu com suas irmãs do Espírito Santo e de Pernambuco.

A fábrica de tecidos de Duque de Caxias (a Companhia União Manufatora e a Braspérola)

No início dos anos 1960, do centro de Duque de Caxias ao bairro Centenário, seguindo pela Av. Rio-Petrópolis, três edificações eram marcantes no trajeto: a Igreja Matriz de Santo Antônio, a "fortaleza" do deputado Tenório Cavalcanti e a fábrica da Companhia União Manufatora de Tecidos S.A. Relativamente próximas, representavam a força espiritual do Catolicismo, o poder político do "homem da capa preta" e a vocação industrial da cidade, tendo sido inauguradas, respectivamente, em 1959, 1956 e 1949.

Situada quase frontalmente ao Cemitério de Nossa Senhora de Belém – mais conhecido como "do Corte Oito" –, a fábrica é uma referência à própria indústria têxtil brasileira, em meados do século passado. A industrialização de Duque de Caxias foi impulsionada pela instalação em Xerém da Fábrica Nacional de Motores (FNM), nos anos 1940; e consolidada pela Refinaria Duque de Caxias (REDUC), nos anos 1960. Entre esses dois grandes marcos – a produção de motores (especialmente os caminhões FNM) e o refino de petróleo -, é preciso considerar, mesmo em dimensões econômicas mais modestas, a fábrica de tecidos.

O jornal Monitor Mercantil (in "Grupo Braspérola luta para voltar a produzir" – Rio de Janeiro, 04/03/2004) atestou a importância da Companhia União Manufatora de Tecidos no cenário industrial brasileiro:

> *"Em 1953, o empresário João Lúcio de Souza Coelho inaugurava, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, uma fábrica têxtil que seria líder por décadas no ramo de linho. Surgia*

o grupo Braspérola, que chegou a ter dois mil empregados e foi a maior fábrica de linho das Américas. A escolha de Miss Braspérola tinha grande repercussão na sociedade e os costureiros mostravam preferência pelo produto. Em seguida, o grupo passou a operar com uma fábrica no Espírito Santo e outra em Pernambuco, mas o grupo (...) sempre teve sede no bairro de Botafogo, no Rio, onde até hoje se encontra".

O empresário João Lúcio de Souza Coelho referia-se à Braspérola S.A., cujas instalações foram inauguradas em 1953, com frente para a Rua Francisca Tomé e integrada ao parque fabril da Cia. União Manufatora de Tecidos, em funcionamento desde 1949. A unidade do Espírito Santo situa-se em Cariacica, região metropolitana da Grande Vitória, e a de Pernambuco, em Camaragibe, no Grande Recife. Antes de instalar sua sede em Botafogo/RJ, o grupo Braspérola tinha seus escritórios centrais na Av. Rio Branco, 25 - 20º e 21º andares -, no centro do Rio de Janeiro.

O complexo industrial têxtil gerou centenas de empregos em Duque de Caxias. No ápice de sua produção, chegou a contar com aproximadamente mil operários - naqueles idos, a sacaria de juta ainda não enfrentava a concorrência das fibras sintéticas. A expansão de postos de trabalho – considerando também as fábricas de menor porte - possibilitou a criação, em 1955, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Duque de Caxias, sobre o qual José Lustosa registrou:

"Sindicato dos trabalhadores nas indústrias de fiação e tecelagem de Duque de Caxias – Fundado em 2 de maio de 1955 tem como Presidente o senhor Raimundo Mário dos Santos. Seu quadro de sindicalizados atinge a 600 associados (In Lustosa, José. Cidade de Duque de Caxias: desenvolvimento histórico do município – dados gerais. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1958, p. 184)"

Em 1972, a Companhia União Manufatora de Tecidos empreendeu esforços para modernizar sua linha de produção, conforme publicou o jornal "Folha da Cidade" (Duque de Caxias, 19/11/1972): *"A Cia. União Manufatura de Tecidos, em sua unidade fabril de Duque de Caxias, está operando a partir de junho com 30% mais de produção graças à nova unidade de fiação."*

Nos anos de juventude, o jornalista Alberto Marques Dias participou de atividades sociais e esportivas na fábrica de tecidos. Mais tarde, em 1973, foi um dos redatores do suplemento publicado pelo jornal "Folha da Cidade", com cerca de quarenta páginas, comemorativo dos trinta anos da emancipação do município de Duque de Caxias (1943-1973). Além da parte histórica, aquela edição especial incluiu matérias sobre as empresas que promoviam o progresso da cidade, entre as quais a União Manufatora de Tecidos:

"Entre as empresas que participaram da ousada iniciativa industrial estava Cia. União Manufatora de Tecidos, que à época era uma vitoriosa empresa que participava do esforço que o País empreendia em direção ao mercado internacional. Àquela época a 'fábrica de tecidos', como era carinhosamente chamada a empresa de capital nacional, de propriedade da família Coelho, gerava quase mil empregos diretos, funcionando em regime de três turnos de oito horas cada, produzindo 1,5 milhão de sacas de juta por ano, utilizadas para embalar o café exportado pelo País, além de feijão, milho e arroz. (...). (In Pedaços da Nossa História 138 – 'Braspérola, uma indústria de ponta sufocada pelas torneiras secas' – jornal 'O Municipal', edição nº 9039, de 09 a 16/9/2005,p.5)[2]

[2] Desde os anos 1950, Alberto Marques Dias exerce o jornalismo em Duque de Caxias – jornais "Grupo", "Tópico", "Folha da Cidade", "O Municipal", Assessoria de Imprensa da PMDC e outros veículos de comunicação. Pelas reportagens que realizou sobre a fábrica de tecidos e outros aspectos da história da cidade, é uma das fontes de consulta indispensáveis aos interessados em pesquisar o assunto. Quanto ao suplemento em referência, foi concebido e implementado pelo jornalista Ruyter Poubel, então diretor de "Folha da Cidade".

Além de sacaria de juta, o complexo industrial produzia botões de madrepérola e peças de linho LC-120 ("L" de Lúcio, "C" de Coelho), inspirado no linho S-120 de origem inglesa. Entre aqueles produtos, o linho - por sua resistência, durabilidade e conforto – era muito usado em lençóis, toalhas, lenços, vestuário e outras peças de requinte. Gente de toda parte acorria à lojinha da fábrica em busca desses artigos finos, vendidos a varejo.

Os homens de elegância e poder – políticos, doutores, industriais, financistas... - não dispensavam o linho na confecção de seus ternos e a cambraia em suas camisas sociais, feitas com fios belgas. No imaginário popular, porém, o terno de linho, devidamente amarrotado, estava associado ao malandro à antiga, que completava o tipo com chapéu-panamá, sapato de duas cores e andar gingado.

Como lembrou Alberto Marques, em seu apogeu produtivo a fábrica funcionava em tempo integral, com troca de turnos a cada oito horas. Por seus portões chegavam caminhões com matéria-prima, enquanto outros levavam aos mercados consumidores sacaria de juta e fardos de tecidos – peças de linho, por exemplo, eram exportadas para Itália, França, Japão, Estados Unidos, Argentina, Uruguai, Chile e outros países, bem como abasteciam o mercado interno. Era um circular de trabalhadores e máquinas em seus pátios e galpões - empilhadeiras com suas cargas transitavam incessantemente.

Na entrada dos turnos, centenas de trabalhadores iam e vinham, em ruidosas caminhadas, ou em grupos de bicicletas, pela Av. Rio-Petrópolis e ruas adjacentes. Nas cercanias da fábrica desenvolvia-se um comércio de miudezas, principalmente de vendedores de comestíveis. Rotineiramente, formavam-se em sua portaria filas de pessoas em busca de trabalho. Naqueles tempos, ali pulsava vida e progresso – diferentemente de hoje, onde o abandono e o silêncio tomam seus pátios e oficinas. A fumaça da chaminé e o grito da sirene são coisas do passado[3].

Marcos Antônio Fernandes de Carvalho (Mimoso do Sul/ES, 1946) residiu por muitos anos na Av. Manoel Reis, 49, Centenário, onde seu pai era proprietário do armazém "São José", instalado no térreo do referido prédio. Nos anos 1960, tornou-se amigo de Marcelo de Souza Coelho Filho, cujo pai era sócio-gerente da fábrica de tecidos[4].

Como a família de Marcelo morava em amplo apartamento localizado na cobertura do prédio principal da fábrica, Marcos conheceu de perto suas dependências e o dia-a-dia dos que ali trabalhavam. A respeito daqueles idos, relembra:

---

[3] Empresa de grande porte, o grupo Braspérola proporcionava trabalho com carteira assinada e iniciação na indústria têxtil em suas unidades em Duque de Caxias: Cia. União Manufatura de Tecidos (Av. Rio-Petrópolis, 2973) e Braspérola S.A. (Rua Francisca Tomé, 114). Eram disputadas intensamente as eventuais vagas, cuja importância é referida no texto abaixo:

"Pelos idos de 1963, a Associação Caxiense de Estudantes Secundários (ACES) - situada em sobrado da esquina da Av. Rio-Petrópolis com a Av. Nilo Peçanha – promovia 'tardes dançantes' para aglutinar e atrair filiados. Comumente realizadas aos domingos, seus participantes eram em sua maioria jovens interessados no movimento estudantil.

Em certo domingo, três jovens de uns 18 ou 19 anos de idade ali compareceram pela primeira vez. Uma delas era prima de um militante da entidade, que a convidava insistentemente a participar das "domingueiras". Com timidez, posicionaram-se perto de umas das janelas, onde avistavam as avenidas laterais. Seus olhares para as pessoas eram discretos – não se sentiam à vontade!

Desde a chegada, militantes da associação procuravam deixá-las 'em casa'. Falaram das lutas dos estudantes caxienses e convidaram-nas à filiação na ACES, criada em junho daquele ano. Ouviram com atenção, mas sem esticar a conversa.

No final da tarde, um pouco mais descontraídas, revelaram a impossibilidade de atender o convite: não eram estudantes. Por razões financeiras, deixaram a escola sem concluir o curso ginasial. Após várias tentativas e com ajuda de parentes e amigos, conseguiram ingressar na União Manufatora de Tecidos, a fábrica próxima ao "Corte Oito" - eram, assim, companheiras de trabalho.

Aos poucos, foram contando seus esforços para aprender os fundamentos da linha de produção têxtil, indispensáveis ao "crescimento na fábrica". Os trabalhadores especializados, diziam, tinham melhores salários e carteira assinada. Assim, procuravam aproveitar a oportunidade de formação profissional. Na verdade eram ainda aprendizes, cumprindo período de estágio. Com as portas da educação quase fechadas, pois as vagas em escolas públicas eram reduzidas, a saída era buscar a iniciação no mercado de trabalho.

Interessados na aproximação, os estudantes mostravam que, de uma certa forma, eram companheiros de caminhadas – todos ali aprendiam: uns recebiam em escolas uma educação formal e distante do mundo do trabalho; outros a iniciação profissional em fábricas, sem o lastro da cultura livresca... Era preciso, sem dúvida, estreitar os encontros e conversas entre eles. Aquelas jovens trabalhadoras da fábrica de tecidos do "Corte Oito" tornaram-se assíduas naquelas tardes dançantes (In 'Cotidiano e reminiscências', caderno de anotações de Stélio Lacerda, texto 57)".

[4] Residente no bairro Centenário nos anos 1950 e 1960, Marcos Antônio Fernandes de Carvalho é comerciante em Duque de Caxias.

"Nos andares do prédio principal ficavam os escritórios, a creche, o posto de atendimento de urgências médicas, o setor de treinamento contínuo de pessoal, o laboratório de análise da qualidade dos produtos, e outros serviços".
Em imenso galpão de pé-direito muito alto, situava-se a linha de produção, com operários e máquinas corretamente dispostos. Para atender a demanda do mercado interno e até para exportação, com fibras de juta eram fabricados sacos destinados ao transporte de batatas, café e outros gêneros. Além disso, produzia-se o linho do tipo S-120, inspirado no modelo inglês."

Para as refeições, os trabalhadores dispunham de espaçoso refeitório, onde esquentavam suas marmitas e se alimentavam. Após forrar o estômago, distraíam-se com jogos de salão: pingue-pongue, totó, sinuquinha, damas..."

Antes de prosseguir em seu relato, Marcos lembra do relacionamento fraternal com Marcelinho e suas irmãs Lígia e Nélia de Souza Coelho. Nos tempos de juventude, eram companheiros nos clubes sociais, nas missas da igreja matriz, nas sessões dos cinemas da cidade e em festinhas familiares. Na própria fábrica de tecidos, muitas vezes participavam de encontros recreativos e esportivos[5]:

"Para a integração de seus trabalhadores, a fábrica promovia programação esportiva e social. Em área dos fundos, existiam espaços às práticas esportivas, destacando-se a quadra polivalente (futebol de salão, vôlei, basquete...) e o campo de futebol. Inclusive, uma equipe da fábrica - o União Manufatora de Tecidos F.C. - participava de competições promovidas pela Liga de Desportos de Duque de Caxias e enfrentava clubes de outras cidades. Além do esporte, eram realizadas tardes dançantes em datas especiais, às vezes com música ao vivo. Muitas amizades e romances se consolidaram naquela convivência sócio-esportiva."

O sócio-gerente da fábrica, Sr. Marcelo de Souza Coelho, era irmão de um dos sócios majoritários da Companhia União Manufatora de Tecidos, o empresário João Lúcio de Souza Coelho. As políticas industriais do grupo têxtil eram estabelecidas em seus escritórios no Rio de Janeiro, aplicáveis às unidades fabris de Duque de Caxias, Espírito Santo e Pernambuco.

O Sr. Marcelo de Souza Coelho participou ativamente da vida social da cidade, tendo sido um dos fundadores do Rotary Club Duque de Caxias e presidente de sua primeira diretoria – biênio 1965-66. Mais tarde ocupou a presidência do Clube dos Quinhentos e integrou-se aos quadros da Associação Comercial e Industrial do município.

Nos últimos anos, o grupo têxtil viveu séria crise econômica, que redundou na desativação da fábrica de tecidos do "Corte Oito", como era popularmente conhecida. O jornal Monitor Mercantil, na matéria citada anteriormente (de 04/3/2004), publicou:

"Com 89 anos, o pioneiro João Lúcio deixou os afazeres do dia-a-dia e cedeu o comando do grupo a familiares, que lutam pela sobrevivência da empresa de 51 anos. O grupo não sofreu concordata, muito menos falência. Simplesmente deixou de operar, por não suportar a competição. O BNDES já mostrou simpatia para negociar dívidas e, por isso, os administradores acreditam que com um sócio que injete R$ 25 milhões a tradicional

[5] Marcelo de Souza Coelho Filho é médico pediatra - em 2005, assumiu a direção do Hospital Infantil Ismélia da Silveira. Sua irmã, Lígia de Souza Coelho, é funcionária aposentada da PMDC.

marca poderia voltar ao mercado, gerando empregos e impostos. Esse valor não chega a ser grande, uma vez que o patrimônio é estimado em R$200 milhões – fora o fundo de comércio, que ficou aviltado com a paralisação da produção."

Não se tratou, pois, de concordata ou falência – a "fábrica simplesmente deixou de operar". Foi alcançada pelos problemas estruturais que afetavam a indústria têxtil brasileira, desde os anos 1980: alto custo da matéria-prima e do frete, envelhecimento do parque fabril e dificuldades de exportação. Sucumbiu por sua defasagem de capitais e tecnologia diante de empresas multinacionais, detentoras desses recursos em dimensão bem superior. O esvaziamento do complexo industrial em Duque de Caxias iniciou-se com a transferência da produção de linho para a fábrica de Cariacica, região metropolitana da Grande Vitória (ES). Motivaram essa medida as freqüentes crises de abastecimento de água – componente essencial na produção de tecidos - na Baixada Fluminense daqueles tempos, como lembrou Alberto Marques:

"Por depender da água, que a Cia. de Abastecimento de Duque de Caxias, mais tarde incorporada pela CEDAE, teimava em sonegar, a Braspérola acabou por transferir essa unidade fabril para Vitória, no Espírito Santo, o que representou a redução de emprego e renda para o município (...). (In Pedaços da nossa História 138, anteriormente citado)"

Para enfrentar seu crescente endividamento, o Grupo Braspérola recorreu, entre outras medidas, à penhora de suas máquinas e equipamentos – o aguardado socorro governamental ficou no campo das boas-intenções, sem efeito prático. Como resultante, a fábrica de tecidos de Duque de Caxias não conseguiu se reerguer. Em 1998, grupo empresarial pretendeu instalar um shopping center em suas dependências, à semelhança do que ocorrera com a antiga fábrica da Nova América, em 1995. O projeto não avançou por exigir investimentos de risco e em grande escala – seus amplos espaços continuaram vazios.

Outrora, milhares de trabalhadores ali conquistavam o pão de cada dia. Na impossibilidade de reativar sua função econômica original – a produção de tecidos –, torna-se necessário estudar seu reaproveitamento. Uma das alternativas lembradas é a sua desapropriação pela municipalidade, a fim de transformar a desativada fábrica de tecidos em centro de cultura. Por sua proximidade com bairros populosos (Centenário, Gramacho, Itatiaia...), a iniciativa contribuiria ao desenvolvimento cultural da cidade.

Duque de Caxias situa-se entre os municípios mais prósperos do país e com população em torno de um milhão de habitantes. Mesmo assim, não dispõe de infra-estrutura compatível no campo cultural – seus distritos e bairros carecem de instituições voltadas à iniciação em artes plásticas, teatro, música, dança, artesanato, folclore, literatura, poesia, história e outras tantas manifestações culturais. Nesse contexto, é promissora a idéia de transformar a antiga fábrica de tecidos em usina de talentos e criatividades.

Entrevista com Oscar Alves Pereira, trabalhador da União Manufatora de Tecidos e da Braspérola por quase vinte anos, realizada em 14/10/2005, no Instituto Histórico da CMDC.

Nascido em 1929 no subúrbio carioca de Inhaúma, Oscar Alves Pereira radicou-se em Duque de Caxias em 1942. Em 11/05/1950, foi admitido como "auxiliar de almoxarifado" na Companhia União Manufatora de Tecidos – Fábrica Duque de Caxias, onde trabalhou até 03/08/1953.

Por recomendação do diretor superintendente do grupo empresarial, Sr. João Lúcio de Souza Coelho, foi contratado, em 01/09/1953, para cuidar do almoxarifado da Braspérola Indústria e Comércio S.A., que se instalava no referido parque fabril – naquela ocupação permaneceu até 30/11/1960. Meses depois, em 01/02/1961, foi readmitido na Braspérola como "Expedidor", de onde saiu definitivamente em

20/02/1969. Assim, considerando os tempos de serviço nas empresas, totalizou aproximadamente 18 anos e seis meses de trabalho na fábrica de tecidos do "Corte Oito".

Em 14/10/2005, às 14 horas, Oscar Alves Pereira compareceu ao Instituto Histórico "Vereador Thomé Siqueira Barreto", mantido pela Câmara Municipal de Duque de Caxias, para uma entrevista sobre seus tempos de operário na fábrica de tecidos do "Corte Oito". Participaram do evento os professores Newton de Almeida Menezes, Rogério Torres da Cunha, Stélio José da Silva Lacerda e Tania Maria da Silva Amaro de Almeida – chegados mais tarde, Eldemar de Souza, José Maurício Menezes, Manoel Mathias Thibúrcio Filho e Alexandre dos Santos Marques deram contribuições aos trabalhos.

Equipamentos de filmagem e gravação instalados, Rogério Torres da Cunha pediu licença para cantarolar o samba "Três apitos". Composto nos anos 1930 por Noel Rosa, possivelmente dedicado à operária Josefina – uma de suas paixões inspiradoras -, era oportuno ao momento por nós ali vividos:

"Quando o apito
Da fábrica de tecidos
Vem ferir os meus ouvidos
Eu me lembro de você.

Mas você anda
Sem dúvida bem zangada
Ou está interessada
Em fingir que não me vê

Você que atende ao apito
De uma chaminé de barro
Porque não atende ao grito
Tão aflito
Da buzina do meu carro

Você no inverno
Sem meias vai pro trabalho
Não faz fé no agasalho
Nem no frio você crê

Mas você é mesmo
Artigo que não se imita
Quando a fábrica apita
Faz reclame de você

Nos meus olhos você lê
Que eu sofro cruelmente
Com ciúmes do gerente impertinente
Que dá ordens a você

Sou do sereno poeta muito soturno
Vou virar guarda-noturno
E você sabe porque
Mas você não sabe
Que enquanto você faz pano
Faço junto ao piano
Estes versos para você"

Antes de iniciar a entrevista, a professora Tania Amaro - diretora do Instituto Histórico - deu as boas-vindas ao entrevistado e ressaltou a importância do depoimento do Sr. Oscar Alves Pereira à recuperação da memória de um dos marcos da história econômica da cidade – a fábrica de tecidos de Duque de Caxias.

Após cumprimentar os presentes, o entrevistado exibiu reprodução das páginas 8, 9, 10 e 11 de sua Carteira Profissional, onde constam os registros de seus vínculos empregatícios com a Companhia União Manufatora de Tecidos e Braspérola Indústria e Comércio Sociedade Anônima. A seguir, esclareceu que - para fundamentar seu testemunho - empreendeu pesquisas nos arquivos do Sindicato de Indústria Têxtil de São Paulo e vasculhou a própria memória, a da esposa, D. Glícia Conceição Pinheiro Pereira (Ponte de Itabapoana/ES-1932) - radicada em Caxias desde 1948 e ex-funcionária da Braspérola de 1954 a 1957 -, e a do amigo e ex-companheiro de trabalho, Sr. Germano Guimarães de Souza (Duque de Caxias/1933) - ex-funcionário da Braspérola (1954-1974) e da Cia. União Manufatora de Tecidos (1974-1993).

As origens da Companhia União Manufatora de Tecidos S/A

Consultando seus apontamentos, Oscar começou a exposição com dados biográficos do fundador do grupo "União, Brasiljuta e Braspérola", Sr. Álvaro de Souza Carvalho, e as origens da Companhia União Manufatora de Tecidos:

> *"(...) Paulista de Casa Branca, aos 14 anos de idade começou a trabalhar na Estrada de Ferro Mogiana, ao lado do pai, exercendo a função de telegrafista. Mais tarde, ingressou no Banco de Comércio e Indústria do Estado de São Paulo, onde fez carreira e se tornou gerente da filial do Rio de Janeiro e assessor do presidente do banco, Sr. Numa de Oliveira, representando-o em diversas oportunidades.*
>
> *Junto de Numa de Oliveira, participou da Revolução Constitucionalista de São Paulo, em 1932. Com a derrota do movimento, passou 40 dias preso. Mais tarde, seu chefe e amigo foi reabilitado pelo governo Vargas e designado para missão especial em Londres, para participar da delegação brasileira que iria negociar créditos para o Brasil. Antes de embarcar, conseguiu a libertação de Álvaro de Souza Carvalho, designando-o seu representante no mundo das finanças.*
>
> *Entre as atribuições assumidas por Álvaro de Souza Carvalho estava a presidência da FÁBRICA SÃO LUIZ DURÃO S/A e a CORDOARIA BRASILEIRA S/A.*
>
> *Em 1939, adquiriu o controle da empresa JUCUTAQUARA INDUSTRIAL LTDA situada em Vitória/ES. Ali, usando equipamento quase obsoleto cedido pela fábrica São Luiz Durão, produzia-se sacaria de juta. Além dele, participaram dessa empreitada, como sócios, João Lúcio de Souza Coelho (que exerceu a função de gerente da fábrica), Geraldo Ourivio e o próprio Numa de Oliveira.*
>
> *Em 1949, a JUCUTUQUARA INDUSTRIAL LTDA foi transformada em COMPANHIA UNIÃO MANUFATORA DE TECIDOS".*

A fábrica em Duque de Caxias

Assim, a produção de sacaria de juta foi iniciada pelo grupo empresarial do Sr. Álvaro de Souza Carvalho no Espírito Santo, na Jucutuquara Industrial Ltda, no final dos anos 1930. Dez anos depois, em 1949, a pioneira empresa foi transformada em Companhia União Manufatora de Tecidos e instalada sua nova fábrica em Duque de Caxias – o grupo expandia suas atividades do Espírito Santo ao Rio de Janeiro. Para explicar a iniciativa, Oscar argumentou:

> *"Com a crescente demanda por sacaria de juta, o grupo necessitava ampliar a produção. Porém, no final dos anos 1940, não se podia expandir a fábrica de Vitória/ES devido à insuficiência de energia elétrica - era preciso, portanto, criar mais uma unidade fabril. Por sua proximidade com o Rio de Janeiro e facilidade de acesso, Duque de Caxias foi a cidade escolhida para construir a nova fábrica, em enorme área frontal à Av. Rio – Petrópolis, próxima ao centro.*
>
> *Com projeto arquitetônico avançado para a época, foi equipada com maquinaria de origem britânica, adquirida da firma James Mackie & Sons Ltda de Belfast, Irlanda do Norte - a montagem das máquinas foi orientada por técnico inglês, enviado pela referida empresa.*
>
> *Para atender a linha de produção têxtil, os primeiros operários foram trazidos da unidade de Vitória, principalmente os encarregados de tecelagem, fiação, bobinadeira, engomadeira*

e outros serviços especializados. Posteriormente, foram sendo admitidos trabalhadores de Duque de Caxias e regiões vizinhas."

Em 11 de maio de 1950, Oscar foi admitido na Companhia União Manufatora de Tecidos como auxiliar de Almoxarife, estando entre os primeiros de Duque de Caxias a conseguir emprego na fábrica – trabalhou no parque fabril (na União e na Braspérola) por mais de 18 anos. A respeito das condições de trabalho, contou:

Para os que trabalhavam em máquinas - como teares, fiadeiras, engomadeiras... – o salário variava de acordo com a produção, ou seja, quanto mais produzissem maior seria o salário. Indistintamente, as carteiras profissionais eram assinadas e a empresa respeitava a legislação trabalhista: salários estabelecidos para a indústria têxtil, repouso semanal remunerado, férias, 13º salário, fundo de garantia... Ademais, mantinha creche, assistência médica, refeitório, quadras esportivas, clube social e uma cooperativa para os empregados, procurando integrá-los no ambiente produtivo.

Para atender a crescente demanda, inclusive as exportações de sacaria de juta à Argentina e outros países, a fábrica funcionava em três turnos: o primeiro, das 6 às 16h, com intervalo de duas horas para almoço e descanso (das 12 às 14 h); o segundo, das 12 às 22 h, com igual intervalo de duas horas (das 14 às 16 h); o terceiro, das 22 às 6 h, com uma hora de descanso. Nessas ocasiões, com o aumento dos postos de trabalho, eram comuns os pedidos de emprego com cartinhas de políticos ou apresentações de funcionários antigos da empresa.

Na linha de produção, os operários conviviam com o barulho das máquinas e com a poluição das partículas emanadas das fibras. Entre outras medidas, umedecia-se o ambiente para reduzir os efeitos daquele pó nos pulmões.

A gerência da fábrica era exercida pelo Sr. Marcelo de Souza Coelho, irmão de um dos sócios majoritários, o Sr. João Lúcio de Souza Coelho. Com sua família, o gerente residia em apartamento situado na cobertura do prédio principal.

O diretor presidente da empresa era Álvaro de Souza Carvalho, cuja diretoria era assim integrada: diretor superintendente, João Lúcio de Souza Coelho; diretor financeiro, Geraldo Martins Ourivio (que presidia o Banco Irmãos Guimarães); diretor administrativo, Carlos Eduardo Lemos de Carvalho; diretor industrial, Manoel Henrique Wanderley; e diretor técnico, Oscar de Souza Carvalho."

Botões de madrepérola

Em 1952, em seu parque fabril de Duque de Caxias, a Companhia União Manufatora de Tecidos construiu uma pequena fábrica de botões de madrepérola. Na entrevista, Oscar Alves Pereira levou alguns daqueles botões, cuidadosamente guardados por sua esposa, D. Glícia Conceição Pinheiro Pereira, como recordação dos tempos em que ela e o marido trabalharam na unidade têxtil. Ao exibir aquelas delicadas peças, comentou:

"O maquinário para confeccionar os botões era de origem alemã e as matérias-primas constituídas por conchas nacionais ou vindas da ilha de Madagascar, em África. As conchas eram cortadas em diversos tamanhos, de acordo com a demanda. Após o corte, os discos iam para perfuração, lixamento e tingimento ou alvejamento. A seguir, as peças eram classificadas e encarteladas em dúzias, e vendidas em grosas (doze dúzias).

Os botões de madrepérola eram de grande aceitação, principalmente em lojas e confecções do Rio de Janeiro e estados vizinhos. Em meados dos anos 1950, as vendas chegaram a atingir CR$ 1.000.000,00 (Um milhão de cruzeiros), valor apreciável para uma fábrica de pequeno porte.

Por volta de 1958, a modesta fábrica de botões foi desativada, concentrando-se o grupo empresarial na produção de linho, então artigo dos mais procurados no mercado."

Braspérola Indústria e Comércio S/A – tecidos de linho

Em 1953, inicia-se a produção de linho em Duque de Caxias – até então, o parque fabril abastecia o mercado com sacaria de juta e, em menor proporção, botões de madrepérola. Um galpão foi erguido para atender a nova empresa, a Braspérola Indústria e Comércio S/A, conforme relata Oscar Alves Pereira:

"Em 1953 foi construído um galpão na Rua Francisca Tomé, dando fundos para as instalações da Companhia União Manufatora de Tecidos. Ali foram montados teares para confecção do tecido cru, isto é, sem acabamento – surgia, assim, a Braspérola.

As peças produzidas na nova fábrica eram enviadas à Tinturaria 'Vanini, Eliza', em São Paulo. Por sua vez, o tecido para acabamento acetinado - o LC-120 ou Victory – era entregue na tinturaria Citex, no Rio de Janeiro.

Originalmente, as peças eram confeccionadas com aproximadamente 90 ou 100 metros. Após seu retorno do acabamento, eram desdobradas para revisão e cortadas em peças de 40 a 42 metros, ocasião em que eram eliminadas as falhas de acabamento."

Para atender indagações dos entrevistadores, que lembraram o fascínio exercido pelas roupas de linho nos anos 1950, Oscar falou sobre a qualidade do tecido produzido na fábrica da Rua Francisca Tomé, no bairro Centenário:

"*Era considerado o melhor linho nacional, principalmente o tecido acetinado LC-120, equiparado ao S-120 inglês.*

De início, a fabricação era modesta, de poucos tipos de tecidos. Depois, a produção de linho diversificou-se, de modo a atender à confecção de ternos, camisas (principalmente de cambraia), vestidos, lençóis, fronhas...

O diretor superintendente, Sr. João Lúcio de Souza Coelho, usava as iniciais de seu nome e as de suas filhas para batizar os tecidos: linho LC –120 (Lúcio Coelho), VL (Vera Lúcia), TC (Tereza Cristina... De grande aceitação no mercado, o linho produzido em Duque de Caxias era adquirido em grandes quantidades pelos estados do Norte e Nordeste do país, principalmente Pernambuco.

O linho era um tecido tão requisitado que a Braspérola expandiu sua produção, inaugurando em Cariciaca/ES, em 1961, uma moderna fábrica. Com alguns companheiros de Duque de Caxias, trabalhei alguns dias ali e conheci sua estrutura de apoio aos trabalhadores - consultório médico e dentário, salas de aula, biblioteca, e outras atividades recreativas -, mostrando que o operário é o maior e o mais importante patrimônio de uma empresa.

Vale lembrar que, mais tarde, por falta de abastecimento de água na quantidade necessária à produção, foi desativada a fábrica em Duque de Caxias, ficando somente uma loja de retalhos e peças para atendimento no varejo – o parque industrial se esvaziava progressivamente."

Brasiljuta

Em 1954, o grupo empresarial "União - Braspérola" investiu em empreendimento industrial na Amazônia. Naqueles idos, existia muita demanda por sacaria de juta, usada para embalar o café, a batata e outros produtos. Sobre a nova empresa do grupo, Oscar comentou:

> *"Em 1954, Álvaro de Souza Carvalho, João Lúcio de Souza Coelho e Geraldo Ourivio assumiram a direção da Brasiljuta, situada em Manaus. Com três unidades completas de fabricação, produziam anualmente mais de 60 milhões de sacos de juta, dando emprego a uma legião de trabalhadores em Manaus, no Rio Negro, Itacoatiara, Parintins, Castanhal e Óbidos, no Pará. Ficava, assim, constituído o grupo UNIÃO/BRASILJUTA/ BRASPÉROLA."*

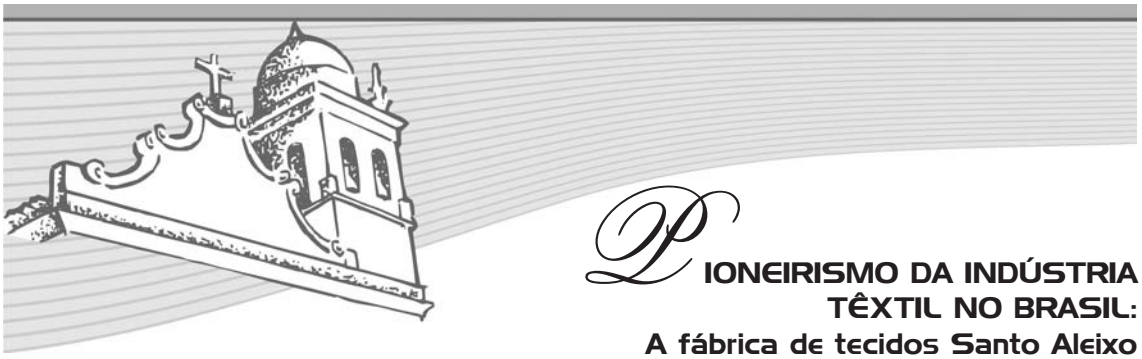
Sacaria de polipropileno

Nos anos 1960, as fibras sintéticas passam a ser utilizadas em larga escala, concorrendo com as fibras vegetais. Essa inovação tecnológica obrigou a Companhia União Manufatora de Tecidos a se atualizar, conforme relatou o entrevistado:

> *"Sempre atualizada em seu campo de atividades, a Cia. União Manufatora de Tecidos instalou em seu parque fabril, em Duque de Caxias, uma fábrica de sacaria de polipropileno com capacidade para produzir 1500 toneladas /ano."*

De 1950 a 1969, Oscar Alves Pereira viveu o dia-a-dia da União Manufatora de Tecidos e da Braspérola, em Duque de Caxias. Mesmo afastado do parque fabril há tantos anos, lamenta o estado de abandono daquele outrora centro produtivo, onde o macacão, a marmita e o companheirismo estavam presentes. Para a cidade, diz ele, não se trata apenas de supressão de postos de trabalho e receita tributária – mais que isso, perdeu um pouco de seu passado[6].

[6] Com base em anotações fornecidas por Oscar Alves Pereira, Stélio Lacerda transcreveu o depoimento. Por sua vez, a gravação em DVD foi realizada por Rogério Torres.



PIONEIRISMO DA INDÚSTRIA TÊXTIL NO BRASIL:
A fábrica de tecidos Santo Aleixo

Guilherme Peres[1]

A indústria têxtil brasileira tem seus primórdios no Estado do Rio de Janeiro, mais especificamente em Santo Aleixo (elevado a segundo distrito de Magé por um decreto de 28 de maio de 1892) na Baixada Fluminense. A abundância de recursos hídricos e um rio navegável até a sua proximidade foi, provavelmente, o que atraiu essa indústria àquela região.

O "Diccionário Geográphico do Brazil" de Alfredo Moreira Pinto, elaborado no último quartel do século XIX, registra que *"Santo Aleixo, é um pequeno lugarejo do Estado do Rio de Janeiro, situado na comarca e termo de Magé. Possui uma fábrica de tecidos, distante 12 klms. daquela cidade, nas fraldas da formosíssima Serra dos Órgãos. Foi essa fábrica fundada em 1848 e tem 120 teares que podem empregar 250 a 300 operários; limita-se ela a tecer algodão grosso, que é o mais procurado".*

Localizada ao longo da margem do Rio Santo Aleixo ou Roncador, vê-se em sua outra margem, a Capela de Santo Aleixo, "levantada" por José dos Santos Martins, tornando-se a 3ª filial da "freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Magepe, com provisão de 4 de setembro de 1743, e benzida no mês de abril de 1747. Seu fundador dotou-a de 300 braças de terra de testada e 1500 de sertão", diz Monsenhor Pizarro em suas memórias Históricas do Rio de Janeiro, colhidas entre 1794 e 1798.

As lavouras de cana predominavam no abastecimento de três engenhos que fumegavam nesse distrito, onde vicejavam também as culturas de mandioca, feijão, arroz, frutas e legumes. Lamentando a fraca produção da região, "pois que pode só contar-se de exportação regular 14.000 sacos de farinha, 700 de arroz descascado e 1000 arrobas de café", Pizarro descreve os portos que recebiam esses "efeitos" que se transportavam "do interior do país por terra, até aos lugares onde os rios Magepe e Iriri dão comodidade a embarque, tais como: o Porto Grande de Magepe, Porto Velho da Piedade e o de Iriri". Desses terminais embarcavam diariamente "40 barcos carregados de produtos desses territórios, e de lenha".

Descrevendo o rio principal que atravessa a região, afirma que o Rio Magepe "traz a sua origem da Serra dos Órgãos; e pela confluência dos: do Meio; do das Andorinhas; do das Pedras e do Aguapeí, até o sítio de Santo Aleixo, distante 3 léguas da barra, é navegável por 5 léguas de correnteza."

Apesar de o café ter-se constituído no elemento básico de exportação do Brasil a partir da primeira metade do século XIX, a riqueza gerada por esse "novo ouro" não contribuiu para as transformações econômicas, sociais e consequentemente as relações de trabalho nas fazendas, perpetuando o regime escravista e latifundiário herdado dos tempos coloniais.

No final da primeira metade do século XIX, as dificuldades financeiras do Império se agravavam. As dívidas nos bancos da Inglaterra se avolumavam cessando os empréstimos. O Governo tinha dificuldade

---

[4] Membro da Academia de Letras e Artes de Nova Iguaçu e da Academia de Letras e Artes de São João de Meriti. Fundador do Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense (IPAHB). Sócio fundador da Associação dos Amigos do Instituto Histórico / CMDC.

em atender as despesas públicas, levando a tomar medidas drásticas como o aumento dos impostos das importações em geral, "denunciando" o tratado anteriormente firmado com aquele país e criando um mal estar entre as duas nações.

A "tarifa Alves Branco" que, em 1844, elevou os artigos importados em até 60%, incluía também os tecidos de algodão, incentivando os grandes capitais externos a investirem na criação dessa indústria no Brasil. No Rio de Janeiro, iniciou-se a criação do bicho da seda em Itaguaí e a Fábrica da Fundição da Ponta da Areia em Niterói.

Com a proibição do tráfico negreiro, compromisso assinado com a Inglaterra em 1850, o governo Imperial passou a receber o fluxo de alguns capitais, anteriormente destinados ao comércio humano, agora aplicados em atividades mercantis.

Foi nesse clima que, em 1848, uma companhia dos Estados Unidos pediu autorização para desembarcar no Rio de Janeiro cerca de 100 teares destinados à produção de tecidos, a serem instalados numa fábrica construída no Município de Magé, em um "lugarejo" denominado Santo Aleixo, conforme citado anteriormente. O Governo Imperial, atento às taxas alfandegárias de importação, obrigava quaisquer desembarques a passarem pela alfândega, onde ficavam retidos até o pagamento dos impostos. Desse modo, não foi possível que as máquinas fossem levadas diretamente para o porto marítimo da Piedade, no fundo da Baia de Guanabara à foz do rio Magé, para que fossem transportadas em faluas, (barcaças destinadas a grandes transportes) e dali subissem esse rio, economizando tempo e facilitando seu deslocamento.

Encontramos no Relatório da Província de 1848 referências a esse episódio histórico do início da industrialização no Brasil, onde destaca-se:

> "o estabelecimento de que acima falei é uma fábrica de fiar e de tecer algodão, pertencente a uma companhia dos Estados Unidos, que está sendo montada no lugar denominado Santo Aleixo, no município de Magé. Os empresários têm lutado com graves embaraços: foi-lhes necessário abrir canais e um açude de 500 braças para conduzir as águas que têm que mover as máquinas; e têm despendidos cerca de 200:000$000. O governo geral não lhes permitiu que desembarcassem as máquinas e utensílios da fábrica junto do estabelecimento, e isso obriga-os a grandes despesas de armazenagem em trapiches, e retarda consideravelmente as conduções".

A construção dos canais para captação de água, abertos ao pé da serra a que se refere o Relatório, servia para alimentar o reservatório destinado a mover a roda principal com sua força hidráulica. Em seguida, cita a contratação de operários oriundos da colônia de Petrópolis, na maioria composta de alemães:

> "Nos seus trabalhos de construção tem atualmente trezentas pessoas quase todas livres, e pela maior parte colonos de Petrópolis. A força da máquina é de 60 cavalos, com 2500 fusos e 100 teares, e tem uma máquina de descaroçar algodão. O pessoal para o seu movimento será de 100 a 150 operários de trabalho diário, e produzirá 1.200.000 jardas de pano anualmente, empregando 400.000 libras de algodão do País. O agente dessa empresa espera que a fábrica comece a trabalhar dentro de seis meses, se embaraços pecuniários, resultantes da dificuldade que tem arrostado, a isso se não opuserem".

Caio Prado Júnior, em seu livro "História Econômica do Brasil", registra a situação dessa população marginal, que flutuava em torno de uma economia capitalista em ascensão: *"A população livre, mas pobre, não encontrava lugar algum naquele sistema que se reduzia ao binômio "senhor e escravo". Isto que já vinha*

dos tempos remotos da colônia, resultava em contingentes relativamente grandes de indivíduos mais ou menos desocupados de vida incerta e aleatória. A indústria nascente, para que o trabalho escravo mostrar-se-à desde logo ineficaz, encontrará naqueles setores da população, um largo, fácil e barato suprimento de mão de obra".

Início da atividade fabril

O primeiro documento que se tem notícia sobre essa fábrica é revelado por Thalita Casadei. Em uma carta enviada por Guilherme de Magalhães em 1847, dirigida ao visconde do Rio Branco, sobre a visita que o senhor *"Frederico Jones, sócio representante da Companhia de uma fábrica de fiar e tecer algodão, acompanhado do diretor Luis S. Moran, e de um engenheiro da mesma" fizeram a um "lugar denominado Santo Aleixo, distante desta Vila duas léguas, pouco mais ou menos (...) Ali compraram as precisas terras(...) e lá encetaram as obras precisas (...) Também se está concluindo o alicerce para o edifício da Fábrica, obra feita com toda a segurança de pedra e cal. (...) Em todos esses trabalhos tem sidos empregados há cinco meses de 70 a 100 operários colonos alemães vindos de Petrópolis.*

Ficamos sabendo também através dessa mensagem, detalhes do meio de transporte que trouxeram os teares para o Brasil: *"Vindos em uma barca chamada "Z Ring", dos Estados Unidos (...) trouxe tudo quanto é necessário para montar a referida Fábrica."*

Na construção dos galpões que iria abrigar essa atividade inicial, constatamos que o mesmo fora feito inteiramente de pinho, madeira aparelhada, vinda dos Estados Unidos com técnica própria. O sistema da relação de trabalho era o assalariado, que os diretores foram buscar no alto da serra, em Petrópolis, descartando o uso do braço escravo.

A história dos primeiros colonos alemães contratados para trabalharem na construção da Cidade de Petrópolis é dramática. Após o desembarque, com a maior parte da mão de obra destinada à lavoura, descobriram um solo pobre e pedregoso sob um manto de floresta tropical. Sem dominarem a profissão especializada para as tarefas de alvenaria que se apresentavam, a miséria e a fome rondaram centenas de famílias que chegavam, sobrevivendo sem nenhuma assistência por parte do Governo, levando pouco depois a se dispersarem em busca de outras regiões.

O relatório da Província de 1849 descreve um longo texto que define bem o início dessa atividade industrial:

> *"o estabelecimento pertence a uma companhia da América do Norte, é dirigido por Luiz Moran, está situado a quase duas léguas de distância da vila de Magé... Seus proprietários já têm despendido um capital superior a 200 contos de réis. O edifício principal com 30 palmos de comprimento, e 65 de largura são de cinco andares, todo feito de pinho por um sistema especial de construção... e não obstante terem vindo já aparelhadas dos Estados Unidos todas as peças de que se compõe, contudo o trabalho de arma-las, a preparação do terreno para sua melhor colocação, muitas obras de alvenaria e cantaria, canais e um açude de 500 braças, para conduzir as águas que tem que mover as máquinas, assaz tem custado a seu hábil e ativo diretor".*
>
> *Todo o maquinismo da fábrica é movido por uma forte roda de ferro com 42 palmos de diâmetro tocado por água. Em seu estado atual contém 1848 fuzos, 50 teares, uma máquina de descaroçar, 2 de limpar, 14 de cardar, 6 de engomar antes de fiar, e 2 para o mesmo mister antes de tecer: pode produzir mensalmente 100000 varas de pano, consumindo para mais de 50 libras de algodão bruto do País.*
>
> *As máquinas estão montadas segundo o sistema adotado na Inglaterra, e nos Estados Unidos. Apenas comece a trabalhar este estabelecimento deve ocupar de 140*

a 150 pessoas; tendo o diretor mandado já a Petrópolis convidar colonos para este fim, pretendendo em falta destes lançar mão de outros braços livres, e está na firme disposição de só em último caso recorrer ao serviço de escravos. Desde a fundação da fábrica até o ponto em que se acha, estiveram ali empregados quase que constantemente, de 100 a 150 operários, grande parte dos quais colonos de Petrópolis".

Em 1851, dinamizando toda a capacidade produtiva para atender os pedidos que chegavam constantemente, a fábrica teve que *"importar algodão das províncias do Norte"* conforme nos conta Luiz Carlos Soares em *"A Escravidão Industrial no Rio de Janeiro do Século XIX"*, devido *"a produção fluminense tornar-se insuficiente".*

O êxito de seu desenvolvimento fez com que o presidente dessa Província convidasse o seu representante no Rio de Janeiro, Sr. Samuel Southam, *"para que fundasse uma filial da Fábrica Santo Aleixo, em Petrópolis"*, considerando a imensa mão de obra livre oriunda da colônia alemã.

Visita do Vice-presidente da Provínicia

Veremos adiante que a maior parte desses trabalhadores era composta de crianças: meninos e meninas. Podemos concluir que a opção pela exploração dessa mão-de-obra imprópria justificaria um baixo "salário", mesmo que a esses menores fossem "oferecidos ensino escolar" e "assistência médica", conforme menciona nas entrelinhas o vice-presidente da Província João Pereira Darrigue Faro, em sua visita àquele conjunto fabril e publicado no Relatório da Província em 1852:

"No princípio de janeiro do corrente ano, visitada por mim, tive a satisfação de encontrá-la em excelente pé, observando a melhor ordem, muito asseio e regularidade no trabalho de todas as suas oficinas. Compõe-se atualmente o seu pessoal de 112 operários livres, em grande parte de menor idade, sendo 80 do sexo masculino e 42 do feminino, compreendendo-se entre aqueles 10 brasileiros. Os diretores do estabelecimento têm ali uma escola de ensino primário. Os meninos empregados na fábrica são tratados com muito desvelo, e os de idade menor, alem do salário e comida, recebem roupa, e são ali curados quando enfermos, bem como os operários que o desejam. Está assentada a duas léguas, pouco mais ou menos, do porto de embarque, para onde são os produtos transportados em carros, por uma estrada plana, em grande parte preparada e conservada pelos empresários".

Asilo Santa Leopoldina

Criado em 1854, por deliberação do vice-presidente da província, João Pereira Darrigue de Faro, esse asilo foi inaugurado com a presença de D. Pedro II e de D. Teresa Cristina, no prédio doado pelo português, comendador Bernardino Martins de Faria, no bairro do Fonseca, em Niterói, "tinha por finalidade abrigar e educar meninas órfãs". Ali funcionou algum tempo, quando se transferiu definitivamente, em 1864, para o bairro de Icaraí, existente até hoje com o nome de Irmandade de São Vicente de Paulo.

Fomos encontrar referências desse asilo no Relatório da Província do ano de 1864, dados interessantes sobre o encaminhamento de menores do referido estabelecimento para trabalharem na Fábrica de Tecidos Santo Aleixo.

Encabeçando o artigo destaca-se: *"Asylo de Santa Leopoldina"*. Segue-se um breve histórico da instituição:

"Fundado nesta capital a 24 de junho de 1854, tem ele recebido nos dez anos de sua existência 106 menores, compreendendo-se nesse número 95 do sexo feminino e 11 do masculino. Existem atualmente 77 meninas e 2 meninos, por haverem saído 18 meninas, 4 por casamento, 6 por pedidos de seus parentes e 8 por morte; e 9 meninos, 1 a pedido a pedidos de seus parentes e 8 remetidos ao Instituto dos artesãos na corte e à Fábrica de Santo Aleixo em Magé".

Almanak de Laemmert

A partir de 1851, o Almanak de Laemmert editado anualmente no Rio de Janeiro, fazia frequentemente referências sobre a Fábrica de Tecidos Santo Aleixo, intitulada:

"Fábrica de Tecidos de Algodão – Administrador, Luiz Moram.
Esta fábrica esta no distrito da Vila, no lugar denominado Santo Aleixo, é de cardar, fiar, torcer e tecer algodão, tocada por água, e da qual fez um excelente elogio o Exmo.sr. senador Antonio Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque. Fabrica panos grossos superiores aos de Minas, para roupas de escravos e sacaria. Vende algodão torcido para pavios de velas, barbante de algodão, cordão para redes, algodão cardado em pastas finas para modistas e etc.etc.... O depósito destes algodões é no Rio de Janeiro, rua do Hospício, casa de Samuel Southam & C. , únicos agentes".

Outros Relaórios

Em 1855, o Relatório da Província registra o processo de energia hidráulica que movimentava aquela fábrica, revelando a integração dos vários mecanismos que se estendiam até nos movimentos dos moinhos:

"Funciona atualmente esta fábrica com uma roda de ferro de 115 palmos de diâmetro e 16 de boca, tocada por água, fazendo mover simultaneamente, ou conforme as necessidades, dois moinhos onde se prepara a farinha para sustento dos operários; uma serra circular; um engenho de descaroçar algodão; duas máquinas de o limpar; 16 cardas;4 spuders; 4 puxadores; 2 tornos; 2.012 fusos; 6 máquinas de fazer novelos; 50 teares (trabalhando atualmente28); 4 máquinas de urdir e uma de desdobrar. Emprega-se constantemente nesta fábrica de 125 a 150 operários livres de ambos o sexos, e pela maior parte mulheres e menores. Esses produtos consistem em pavios para velas, barbante para costuras, panos grossos de diversas larguras para vestuário de trabalhadores, sacaria etc., que no mercado encontram vantajosa extração".

Venda da Fábrica

A venda dessa fábrica por motivo de falecimento do seu fundador está registrada no Relatório da Província do ano de 1857:

"A fábrica de fiar e tecer algodão em Santo Aleixo do município de Magé acha-se situada a duas léguas de distância da Vila, em um pequeno povoado onde existe uma capela sob a invocação do santo mencionado. O lugar é aprazível e saudável; a fábrica possue de

cem a duzentos empregados. Seus trabalhos começaram em 1849, e é dirigida por um engenheiro e administrador de nome Julio Blanchet.

Tendo falecido em 20 de abril do ano próximo passado o respectivo fundador James Moran, foi esta fábrica comprada pelo comendador Manoel Maria Bregaro, e José Antonio de Araújo Filgueiras, ambos brasileiros. Todas as pequenas máquinas concernentes ao serviço de descaroçar, limpar, fiar e tecer algodão, são movidas por uma grande roda, tocadas por água, a qual tem um diâmetro de 115 palmos e 16 de boca."

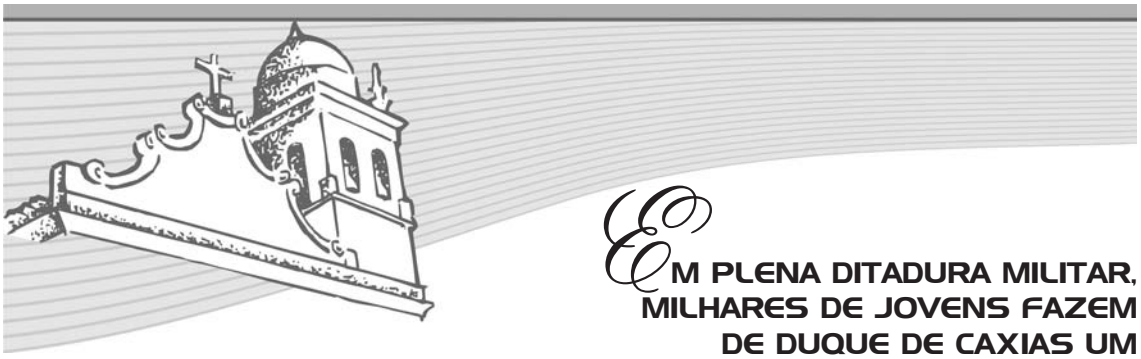
Posfácio

A história da indústria têxtil no Brasil está para ser escrita, mas, sem podermos afirmar, é quase certo que a Fábrica de Tecidos Santo Aleixo, localizada em Magé, seja registrada em seu relato como a pioneira do País. Anteriormente, houve uma tentativa de instalação de duas "fábricas de pano" com processo quase artesanal: a *"Real Fábrica de Tecidos de Algodão do Catumbi (1815) e a Real Escola de Fábricas de Fiação de Algodão, Tecidos de Malha da Lagoa Rodrigo de Freitas (1819), ambas financiadas pelo governo de D. João VI, alcançaram um breve período de existência, paralisando suas atividades em 1818 e 1822 respectivamente"*. Em nossa pesquisa encontramos outro estabelecimento fabril, mas posterior a Santo Aleixo; a fábrica de Tecidos São Luiz, fundada em 1869 em Itu, interior da Província de São Paulo. Contando com 62 máquinas adquiridas nos Estados Unidos, entre as quais 26 teares *"tocados pelas águas do ribeirão Quilombos"*, produzia *"algodão grosso da terra destinado principalmente às roupas de escravos, trabalhadores na agricultura e ensacamento do sal"*, era vendido *"à porta daquela fábrica"* e consumido em todo território nacional, sofrendo *"a concorrência de mercadorias semelhantes, vinda fábrica de Santo Aleixo e de Minas Gerais".*

Referências Biblografia

Auler, Guilherme. **Registro de Estrangeiros – 1840/1842. RJ:** Min. Just. Neg. Int., 1964.
Haddock Lobo, **R. História Econômica e administrativa do Brasil**. SP: Ed. Atlas, 1968.
Kidder, D. P. e Fletcher J. C. **O Brasil e os Brasileiros**. Coleção Brasiliana. RJ: Cia. Editora Nacional, 1941.
Prado Junior, Caio. **História Econômica do Brasil**. SP: Ed. Brasiliense, 1970.
Pondé, Francisco de Paula Azevedo. **O Porto da Estrela**. Revista do IHGB. Volume 293. RJ: IHGB, 1971.
Silva, Sergio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria na Brasil**. SP: Ed. Alfa Omega, 1978.
Soares de Souza, José Antonio. **A Estrada da Estrela e os Colonos Alemães**. RJ: Revista do IHGB – Volume 322, Janeiro / Março 1979.
Soares, Luiz Carlos. **A Escravidão Industrial no Rio de Janeiro**. in http://www.cedeplar.ufmg.br/abphe/textos.
Pinto, Alfredo Moreira. **Diccionário Geographico do Brazil**. RJ: Imprensa Nacional, 1896.
Vasconcellos, Francisco de. **Revista do Instituto Histórico de Petrópolis**. Volume 4. RJ/Petrópolis: IHP, 1985.

Almanak Laemmert. Eduardo & Henrique Laemmert. RJ: Tipographia Universal de Laemmert, 1851.
Relatórios da Província. Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Relatórios: 1848 / 1849 / 1850 / 1852 / 1853/ 1855 / 1857.



EM PLENA DITADURA MILITAR, MILHARES DE JOVENS FAZEM DE DUQUE DE CAXIAS UM GRANDE PALCO DA LIBERDADE

Josué Cardoso[1]
Rogério Torres[2]

Sábado, 14 de outubro de 1972. Milhares de pessoas reúnem-se no Estádio Municipal, conhecido como Maracanãzinho de Caxias, em um grande concerto de rock ao ar livre. O Dia da Criação, além de fluminenses e cariocas, abrigou pessoas vindas de vários estados e até de países vizinhos. Artistas como Fagner, Rui Mauriti Trio, O Terço, Karma e Sá, Rodrix & Guarabyra passaram pelo palco, onde um emaranhado de fios se misturava a incontáveis caixas de som, amplificadores, microfones, luzes, guitarras, baixos, flautas, violões e sintetizadores. A cidade entrava, para sempre, na história por ter realizado o primeiro festival ao ar livre do país voltado ao público jovem.

Realizar um evento como este no município - e em qualquer outro ponto do território nacional - era algo inimaginável na época. Muito menos em um espaço público administrado pela Prefeitura. O país ainda vivia sob uma ditadura militar e a cidade, por sua vez, era conduzida por um general , o primeiro militar do Exército nomeado interventor para "administrar" a cidade, que passou a ser considerada "área de segurança nacional" a partir de 1968.

"Era prefeito nomeado na época o general Carlos Marciano de Medeiros, sendo diretora do Departamento de Educação e Cultura da Prefeitura, a professora Hilda do Carmo Siqueira, irmã do Dr. Moacyr do Carmo, então o último prefeito eleito pelo voto popular. Ela foi uma das poucas exceções naquele desastrado governo, administrando o DEC com dedicação e competência, a qual a se subordinava a Divisão de Recreação e Cultura da municipalidade", lembrou o professor e historiador Stélio Lacerda. E foi justamente uma parceria com esse setor da Prefeitura que possibilitou a realização do evento.

O País estava plenamente submetido ao Ato Institucional n° 5, assinado por Artur da Costa e Silva no final de 1968 e que vigorou por 10 anos. Entre outros atos de força, o AI-5 permitiu o fechamento do Congresso Nacional por quase um ano. Era certamente um dos momentos mais difíceis da vida nacional, quando até mesmo conversas em grupo, em recinto fechado ou não, eram terminantemente proibidas.

Os jovens brasileiros, mesmo que um pouco tardio, também faziam parte do movimento de contracultura que havia se alastrado pela Europa e Estados Unidos a partir da guerra do Vietnã, iniciada em

---

[1] Jornalista. Editou os semanários "O Municipal" e "Folha da Cidade" a partir do final da década de 70, além da "Revista da Cultura Caxiense", da Secretaria Municipal de Cultura, e do 'Jornal do Folclore", da Federação de Reisado do Estado do Rio de Janeiro. Implantou o Departamento de Jornalismo da "Rádio Som & Lazer FM" (a primeira a operar no Município) e produziu diversos programas de MPB e rock. Recebeu o Prêmio Baixada de Comunicação em 2004 e é vice-presidente da Associação Caxiense de Imprensa Escrita e Falada e sócio-fundador da Associação dos Amigos do Instituto Histórico de Duque de Caxias.

[2] Professor e Historiador. Licenciado em Pedagogia pelo Instituto de Educação Governador Roberto Silveira e em História pela Sociedade Universitária Augusto Mota. Professor das redes públicas de Educação do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Duque de Caxias. Colunista da Revista "Caxias Magazine". É sócio benemérito da Associação dos Amigos do Instituto Histórico de Duque de Caxias e autor de vários livros, fotografias e vídeos voltados à cultura e à história da Baixada Fluminense.

1959 e que durou até 1975, considerado o mais longo conflito militar ocorrido depois da II Guerra Mundial. Esse movimento fez surgir o "flower power", que originou vários festivais de rock, e a "era de aquarius". A juventude era chamada de "geração bendita", curtindo o "desbunde", a paz e o amor, os cabelos longos e as roupas coloridas. Assim como ocorria lá fora, nossos jovens também eram contra as guerras e a tecnocracia e buscavam um modo de vida alternativo, longe dos conflitos.

Contracultura

A peça "Hair", um dos maiores símbolos daquela década, estreou em 1968 e depois seguiu para a Broadway, onde foi encenada quase duas mil vezes. De seu elenco, Beverly D'Angelo, única a não aparecer nua em cena, ganharia consagração em Hollywood. O álbum com as canções da peça foi agraciado com o Grammy de 1969. Seguiram-se outras montagens em Los Angeles, Londres e Sydney. No México, depois da primeira apresentação, foi proibida pelo governo e os atores, ameaçados de prisão, tiveram que deixar apressadamente o país.

Ela chegou ao Brasil quase um ano após a decretação do famigerado AI-5, estreando em São Paulo por iniciativa de Ademar Guerra. Além da descrença dos empresários, ele e o produtor Altair Lima tiveram que vencer também a censura. Apesar das restrições, Ademar conseguiu dobrar os censores, dando um tratamento requintado à única cena de nudez autorizada, que caiu no gosto do público e da crítica e é lembrada até hoje como um dos grandes momentos do teatro brasileiro. A peça marcou a estréia de vários jovens atores e atrizes, que depois se tornaram famosos por suas atuações no teatro, cinema e televisão. O elenco inicial tinha, entre outros, Aracy Balabanian, Armando Bogus, Bibi Vogel e Sônia Braga, a grande estrela da peça. Entre os que se encantaram com ela, estava Caetano Veloso, que compôs "Tigresa" em sua homenagem. "Hair" ficou em cartaz até 1972, contando com outros profissionais como Antonio Fagundes, Buza Ferraz, Denis Carvalho, Ney Latorraca, Nuno Leal Maia e Wolf Maia.

O rock and roll, que influenciara gerações em todo o mundo desde o final da década de 50, era mais uma vez o canal para a juventude extravasar. Ele passava por mais uma mutação depois da dissolução dos Beatles, em 1970. O mesmo acontecia com a música popular brasileira que, mesmo sob a ditadura, havia experimentado inovações com o romantismo da jovem guarda e a psicodelia da tropicália. O AI-5 reinava com todas suas armas. Quem fugia das regras podia ser preso, morto ou exilado. A repressão era violenta e não havia filme, livro, jornal, revista, disco ou show que não sofresse mutilação ou proibição. Virada a década, o espírito "underground" se fortalece como mais uma vertente do rock, na busca de preencher a sensação de abandono que o país vivia sob a esteira das leis de exceção.

Em 1972 foram lançados importantes discos na MPB, como "Acabou Chorare" (Os Novos Baianos), "Clube da Esquina" (Milton Nascimento e Lô Borges), "Mutantes e Seus cometas no País dos Baurets (Os Mutantes), "Amanhecer Total" (O Terço), "Passado, Presente e Futuro (Sá, Rodrix & Guarabyra), "Quadrafônico" (Alceu Valença e Geraldo Azevedo), "Hoje é o Primeiro Dia do Resto da Sua Vida" (Rita Lee), "Sonhos e Memórias 1941-1972" (Erasmo Carlos), "Transa" (Caetano Veloso), "Expresso 2222" (Gilberto Gil) e "Vento Sul (Marcos Valle), além do anual de Roberto Carlos, que já chegava às lojas com vendas antecipadas de centenas de milhares de exemplares.

Pioneirismo

O pesquisador Álvaro Faria (http://arquivoculturamauff.blogspot.com/2007/11/o-rock-brasileiro-dos-anos-70-alvaro.html) assinalou na monografia "O Rock Brasileiro dos Anos 70": "Um sonho perseguido com afinco pela nossa juventude roqueira era a realização do "nosso" Woodstock, um grande festival de rock ao ar livre, nos moldes do lendário evento acontecido nos EUA, em 1968. Muitas tentativas se fizeram,

mas a repressão e a desconfiança do governo somada à precariedade do nosso show business da época só resultaram em, no máximo, sucessos parciais".

E cita o histórico evento realizado em Duque de Caxias: "Uma das primeiras tentativas neste sentido foi o festival "Dia da Criação", que aconteceu em outubro de 1972 no Estádio Municipal de Duque de Caxias, RJ. O evento, organizado por Marinaldo Guimarães, empresário do grupo Módulo 1000 e um dos principais "agitadores" do rock na época, reuniu cerca de duas mil pessoas, e teve como atrações Sá, Rodrix & Guarabyra, Milton Nascimento & Som Imaginário, O Terço, Os Brazões, Karma, Sociedade Anônima, Módulo 1000, O Grão, Diana & Stul, Liverpool, Jards Macalé, A Gosma e Faia. Muitos destes artistas não chegaram a deixar nenhum registro gravado". (NR.: Vale acrescentar que Milton Nascimento e o Som Imaginário, mesmo anunciados, não se apresentaram).

A partir daí, outros concertos de rock foram realizados em alguns pontos do Brasil, destacando-se o Hollywood Rock (Estádio do Botafogo, RJ), o "Festival de Águas Claras" (Iacanga, São Paulo) e o "Banana Progressiva" (teatro da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo), todos em 1975. Foi a partir deles que "a repressão começou a tratar com mais dureza os eventos de rock, principalmente ao ar livre", observa o pesquisador. Mesmo assim, ainda teve destaque o "Som, Sol e Surf", em Saquarema (1976), assim como o "Hollywood Rock", produzido, como o primeiro, pelo jornalista Nelson Motta. Depois, o mega "Rock in Rio", do Roberto Medina, em 1985. Mas isso já é uma outra história.

Ousadia

Apesar de sua importância histórica, o "Dia da Criação" não teve grande repercussão na imprensa e a divulgação que merecia pelo seu pioneirismo no Brasil. A propaganda "boca em boca" parece ter sido a principal para o sucesso do acontecimento, como lembram algumas pessoas que lá estiveram e com as quais conversamos. Além de uma chamada no Caderno B do "Jornal do Brasil" no dia do evento e um "flash" na TV Globo, contou apenas com a cobertura da edição brasileira da "Revista Rolling Stone".

O anúncio oficial do evento foi feito em sua edição n° 25 (outubro), em matéria que ocupou toda a página 3: "O Grupo de Trabalhos Avulsos pretende que o Dia da Criação seja uma festa livre onde todas as pessoas possam participar com sua música, sua arte e as boas vibrações. Um concerto pop em que se mistura, pela primeira vez, educação e rock.", assinalava o texto, acrescentando que parte da renda seria destinada à caixa escolar do Município, sendo os ingressos vendidos antecipadamente nas salas de aula da cidade e em dois postos: um no Edifício Profissional, no bairro 25 de Agosto, e outro em Ipanema, zona sul do Rio.

Além de nominar as presenças "confirmadas" acima mencionadas, informava que fariam parte da estrutura no dia do evento, um posto médico e policiamento no interior do estádio, onde foi montado o palco e recebido o público. Ao redor do gramado, foram montadas tendas de lona para a produção, camarins de músicos e venda e troca de roupas e artes plásticas, além de refrigerantes e sanduíches. O anúncio (em princípio material jornalístico e não publicitário), divulgou até um roteiro de como as pessoas de fora poderiam chegar ao local do evento, cuja entrada custaria apenas Cr$ 5 (Cinco cruzeiros).

Trinta e seis anos depois, foi muito trabalhoso levantar as circunstâncias de como o "Dia da Criação" foi concebido e realizado. São pouquíssimos os registros sobre o evento e as pessoas envolvidas em sua organização já faleceram, como Marinaldo Guimarães, Leonis (O Leão de Caxias) e Ademir Lemos, além de Carlos Garcez, do qual não se tem notícias.

"As previsões iniciais de 12 horas consecutivas de som acabaram virando quase 20 horas de festa total", assinalou o jornalista Ezequiel Neves na coluna "Toque", publicada em 7 de novembro de 1972 na "Rolling Stone", único órgão a cobrir o evento.

De fora

Apesar de não constar na lista dos participantes, o grupo Massa Experiência (Aldemir Duval - baixo, composição e voz, Paulo Romário - piano e vocal, Marçal – guitarra, Gigante - percussão e vocal e Roberto - bateria), surgido em Duque de Caxias em meados de 1971, tinha sua participação como certa, convidado que foi, representando a Baixada Fluminense. Porém, não subiu no palco. Aldemir Durval, que hoje mora e trabalha como músico na França, explicou, por email, que havia sido acertado que o grupo encerraria o evento, oficialmente aberto pelo O Terço. Porém, isso não aconteceu, segundo ele, por iniciativa da organização do evento, que se perdeu diante do tamanho que se tornou o evento. "Nem por isso perdemos o bom humor e participamos como outras milhares de pessoas participaram. Foi um momento histórico para a música brasileira e nós estávamos lá", lembrou Duval.

Segundo o jornalista Eldemar de Souza, um dos letristas do grupo, a Massa Experiência foi a primeira banda pop-rock surgida em Duque de Caxias, no bojo do pós-tropicalismo. "Não há notícia de nenhum outro grupo de músicos na Baixada Fluminense, que a tenha precedido em apresentações no circuito musical de sua época, nos teatros da Zona Sul carioca", afirmou ele no texto "A Massa Experiência e as experiências da Massa", publicado em seu blog pessoal.

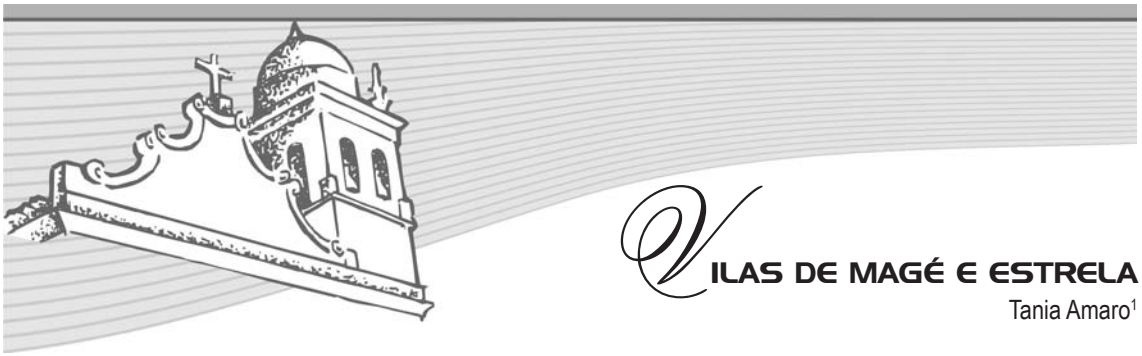
O local onde foi realizado o "Dia da Criação" é administrado pela Prefeitura até hoje. Ali funcionam a Vila Olímpica da cidade e a Secretaria de Esporte e Lazer. Quem por ali passa, não faz a mínima idéia de que o local serviu como um importante atalho para que surgissem outros grandes eventos de música ao ar livre e, ao mesmo tempo, mostrar ao País que a liberdade se conquista, não vem ao acaso como um presente qualquer.

A cidade só viria a reconquistar sua autonomia em 1985, depois de abrigar mais dois coronéis do Exército e um civil, todos nomeados sem consulta à população. Porém, não se teve notícia de nenhum outro evento como aquele até os dias de hoje.

O "Dia da Criação" é, certamente, um elo perdido na história cultural do Brasil.

• Na seção Transcrição, foi reproduzida reportagem sobre o "Dia da Criação".

• Na seção Iconografia, foi reproduzido o cartaz de divulgação do evento.



VILAS DE MAGÉ E ESTRELA

Tania Amaro[1]

O presente estudo tem como objetivo apresentar as características da relação entre a cidade e porto do Rio de Janeiro e duas importantes áreas na região do recôncavo da Guanabara, atualmente denominada Baixada Fluminense: Magé, elevada à condição de vila em 1789, e Estrela, em 1846. Junto com Iguaçu, elevada à vila em 1833, igualavam-se na esfera político-administrativa, naquele período, aos nossos atuais municípios.

A relação da cidade do Rio de Janeiro com as povoações, freguesias e vilas do recôncavo guanabarino, desde sempre, deu-se de forma estreita, tendo sido a região hoje denominada Baixada Fluminense, um eixo importante no processo de interiorização da ocupação colonial do território brasileiro, bem como nela constituiu-se um importante emaranhado de estradas e caminhos que serviam para o escoamento das mercadorias produzidas no interior e que eram encaminhadas para o consumo e a comercialização no centro urbano mais próximo, ou seja, a urbe carioca.

A partir de meados do século XVI, iniciou-se uma ocupação mais permanente da região do Rio de Janeiro e do recôncavo guanabarino. Os franceses, sob o comando de Nicolau Durand de Villegagnon, ignorando os termos do Tratado de Tordesilhas de 1494, firmado entre Portugal e Espanha, organizaram uma expedição cujo objetivo era fundar, no litoral brasileiro, a França Antártida. Instalaram-se na ilha de Serigipe, no ano de 1555, construíram o forte de Coligny e estabeleceram uma relação de escambo com os nativos Tamoio, seus aliados. Contudo, a atuação francesa começou a ser interrompida em fins de 1564. O governo português decidiu organizar expedição, com o objetivo não só de expulsar os franceses, mas de fundar uma cidade fortificada que impedisse a volta dos mesmos.

A colônia era dirigida, naquele momento, por seu terceiro governador geral, Mem de Sá. Seu sobrinho Estácio de Sá, comandando alguns navios e soldados portugueses, auxiliado pelos jesuítas Nóbrega e Anchieta, e unido aos índios Temiminó, chefiados por Araribóia, fundaram uma nova povoação, criada já com a categoria de cidade, entre o morro Cara de Cão e o Pão de Açúcar, a 1º de março de 1565. Por várias vezes, os portugueses e franceses confrontaram-se, sendo a baía de Guanabara e seu entorno o palco desses confrontos que só terminaram em 1567.

Durante o século XVII, o açúcar foi um dos responsáveis pela ocupação das terras, através dos engenhos que representaram, nesse momento, o mais importante fator econômico de desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro. Nesse século, a cultura da cana-de-açúcar desenvolveu-se em torno da Guanabara e da parte norte da Capitania de São Tomé. Essa atividade contribuiu para o surgimento, em volta da Guanabara, de pequenos núcleos de povoamento que se comunicavam com o mar por numerosos

---

[1] Licenciada e bacharel em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Pós-graduada em História das Relações Internacionais pela mesma universidade. Especialista em preservação de acervos. Sócia titular da Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores - ABRACOR. Sócia fundadora e diretora de pesquisa da Associação dos Amigos do Instituto Histórico / CMDC. Professora da Unigranrio e da rede estadual de ensino. Coordenadora da Pós-graduação *lato sensu* em História Social da Baixada Fluminense / Unigranrio. Diretora do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto, da Câmara Municipal de Duque de Caxias, onde supervisiona as atividades de pesquisa e preservação do acervo desse órgão.

rios que desaguavam na baía, fazendo crescer o número de habitantes e tornando a cidade e o porto cada vez mais importantes, integrando-os com a região do recôncavo guanabarino.

Ainda no século XVIII, a relação da urbe carioca com a região estreitou-se ainda mais, através dos "caminhos" que ligavam a região das minas, quando o eixo econômico do Brasil, em sua relação com Portugal, voltou-se para o ouro do planalto mineiro. Com a necessidade do escoamento do ouro e o abastecimento da província mineira, a região da Baixada da Guanabara passou a ter importância estratégica, pois se transformou em área obrigatória de passagem, por conta de seus rios, bem como pelas estradas que foram abertas através das serras para que o trânsito de mercadorias se desenvolvesse melhor.

O "Caminho Novo" ou "do Pilar", aberto devido às necessidades oriundas da mineração, entre elas a necessidade de um caminho rápido, econômico e seguro, que ligasse o Rio de Janeiro à região mineira, intensificou as relações daquela cidade com os portos da Estrela, Pilar e Iguaçu, promovendo a interação através da navegação no interior da baía. Até aquele momento, a única via de acesso para a região das minas era o caminho dos Guaianás, que começava na freguesia de Nossa Senhora dos Remédios de Parati, subindo a serra do Cunha, chegando à Taubaté, a caminho das lavras auríferas. Caminho longo que levava, em média, três meses para se chegar do planalto mineiro e exigia embarque e desembarque dentro da baía de Sepetiba com o ouro vindo das minas, apresentando perigos decorrentes devido à presença de baleias e piratas entre Angra e Parati.

Durante o século XVIII, abriram-se três caminhos oficialmente reconhecidos entre o Rio de Janeiro, através da Baixada Fluminense, e a região das Gerais. Entre 1699 e 1704, foi aberto o Caminho Novo do Pilar; no ano de 1724, o Caminho Novo de Inhomirim; e, em 1728, o Caminho Novo do Tinguá. Todos esses caminhos, depois de subir a serra do Mar, encontravam-se em Santo Antônio da Encruzilhada, pouco antes de atingir a margem direita do rio Paraíba.

No século XIX, as freguesias da Baixada da Guanabara intensificaram ainda mais suas relações com o Rio de Janeiro, abastecendo a capital com alimentos e madeira e passando a armazenar e escoar a produção do café do Vale do Paraíba, sendo áreas de investimento do capital privado alocado na abertura de estradas e na construção da ferrovia Barão de Mauá (1854), principais vias de circulação de mercadorias do eixo Minas Gerais - Rio de Janeiro.

Conclui-se assim que a Baixada da Guanabara, ao longo dos séculos, constituiu-se como uma importante região de passagem entre o interior e o litoral. Esta posição estratégica contribuiu decisivamente para transformações tanto na cidade do Rio de Janeiro como na própria região, revelando uma estreita interdependência econômica, social e cultural.

No período de lutas pela expulsão dos franceses, ainda no século XVI, o governo português tratou de organizar a ocupação da colônia e utilizou o antigo método da doação de terras através do sistema de sesmarias (concessão real de terras, consistindo na permissão do uso das mesmas por colonos). O sistema de capitanias hereditárias havia sido instituído no Brasil em 1536, pelo rei de Portugal, Dom João III, e após a expulsão dos franceses da baía de Guanabara, foram doadas várias sesmarias no entorno da mesma, tendo início à colonização portuguesa com o povoamento da região e a efetiva implementação da empresa colonizadora européia.

Através da Relação de Sesmarias, de Monsenhor José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, podemos avaliar as concessões das várias sesmarias doadas e José Inaldo Alonso, em seu livro Notas para a História de Magé, afirma que, na região que seria mais tarde a vila de Magé, encontramos vários agraciados com lotes de terra, entre eles, cita como sendo os primeiros: Pedro Martins Namorado e José Adorno (5 de setembro de 1565).

Também Simão da Mota receberia a sua parte a 7 de setembro desse ano, nas proximidades do rio Magepe (nome primitivo da cidade de Magé, que significa "cacique pequeno"). Ainda assim, Alonso afirma que a fundação de Magé deve-se a Cristóvão de Barros e não a Simão da Motta. Este, apesar de

ter recebido sua porção de terra primeiro como reconhecimento pelos relevantes serviços prestados na defesa do Rio de Janeiro contra os franceses, *"não deu o devido valor econômico proposto pela Coroa portuguesa"* [2].

Cristóvão de Barros, figura de destaque na defesa do Rio de Janeiro na luta contra os franceses, também foi contemplado com sesmarias em Magé - recebeu cerca de 16.000 alqueires na região, entre 1566 e 1580, onde instalou um grandioso engenho de cana-de-açúcar que ganhou o status de um dos mais importantes do Brasil no período. Devido a isso, Alonso atribui a Cristóvão de Barros, a responsabilidade pela formação do núcleo fundamental, aglutinador de moradores no entorno da fazenda Magé-mirim, que deu origem à atual cidade.

Alberto Lamego cita Frei Vicente Salvador (História do Brasil 1500-1627):

> *"CRISTOVÃO DE BARROS, bem afortunado em guerras, e assim, depois que chegou ao Rio de Janeiro, em todas as que teve com os tamoios foi vitorioso, e pacificou de modo o recôncavo e rios daquela baía que, tornado os ferros das lanças em foices e as espadas em machados, tratavam os homens de fazer as suas lavouras e fazendas, e ele fez também um engenho de açúcar junto a um rio chamado Majé."* [3]

Magé desenvolveu-se lentamente com a fragmentação das primeiras sesmarias, nem todas ocupadas pelos que as recebiam. Contudo, de acordo com Alonso, a ocupação inicial das terras de Magé teve como fatores econômicos, a produção de açúcar, a extração do pau-brasil e a pesca.

> *"Prova indiscutível foi o engenho de Cristóvão de Barros, que em pouco tempo esgotou o solo, com o plantio da cana e as lenhas para uso no fabrico do açúcar obrigando-o a solicitar mais terras. Seu engenho foi um dos mais importantes, não só no Rio de Janeiro, mas também do Brasil, na década de 1580, como está no Tratado Descritivo do Brasil, de Gabriel Soares de Sousa. Outro fator foi a extração de pau-brasil, abundante, de São Gonçalo à região de Caxias, incluindo a Ilha do Governador, como está no mapa de Thevet. Além disso, o Alvará autorizando Cristóvão de Barros a extrair seiscentos quintais anualmente. A pesca, de importância significativa, era sazonal, da fataças, ou corimãs, nas águas vivas de junho. Era tão importante que se mandava lançar pregão, avisando o dia em que devia fazê-la 'para que fossem a ela todos os que quisessem e poucos deixassem de ir, assim pelo preceito como para recreação', assinala o autor da nossa primeira História do Brasil".* [4]

A economia da região, no século XVI, centrava-se na produção intensiva do açúcar, na extração de pau-brasil e na pesca sazonal de tainhas. A agricultura de alimentos e a criação de animais eram apenas para subsistência. Somente mais tarde, de acordo com Alonso, encontrar-se-á a produção de bananas e a extração de lenha para o consumo da cidade do Rio de Janeiro.

Com a expulsão definitiva dos franceses, o povoado de Magepe-mirim começou a crescer, passando à freguesia em 18 de janeiro de 1696 (**Nossa Senhora da Piedade de Magé**). Esta se limitava ao norte com a freguesia de Inhomirim e, atravessando os limites do Guapimirim, prosseguia pela Serra até limitar-se com o distrito de Cantagalo; a leste, com a de Guapimirm; a oeste, com Suruí; ao sul, com o mar.

---

[2] ALONSO: 2000, p. 20
[3] LAMEGO: 1964. p.191.
[4] ALONSO: 2000, p. 21

Segundo Guilherme Peres[5], uma capela construída num outeiro doado por Simão da Mota, erguida pelo sargento-mor João Dantas à margem da baía de Guanabara no ano de 1565, em louvor a Nossa Senhora da Piedade, foi a origem da freguesia de Magé. Mais tarde, ao ruir esta capela, foi edificada nova igreja (1696), *"em lugar distante uma légua da primeira e para ali, transferida a sede da freguesia".*

A ocupação do recôncavo da Guanabara começou a se adensar com a multiplicação de pequenos grupos de povoamento e a abertura dos primeiros caminhos para o interior fluminense. A economia intensificou-se, com a importação de produtos do reino e a exportação do açúcar, pau-brasil e pescado. A comunicação com a cidade fazia-se pela navegação fluvial através de canoas, pequenos barcos e faluas, sendo a localização dos portos do recôncavo, nas margens dos rios, resultado da busca de condições viáveis para as embarcações.

Muito comum era, quando surgia um grupo de povoamento, construir-se logo uma igreja para atender às necessidades dos moradores. A presença de capelas e igrejas numa determinada região demonstrava a importância que aquele território representava perante o poder do rei e o poder eclesiástico. Com isso, a administração da Igreja Católica dividiu sua ação em freguesias (distritos) para a distribuição dos sacramentos. A vida social da época passava pela igreja. Batizados, nascimentos, casamentos, óbitos, testamentos eram registrados nos livros da matriz ou das igrejas filiais. As freguesias, no início da colonização, eram entendidas como paróquias, filiais de uma igreja matriz que tinha os moradores sob sua jurisdição. Mais tarde, as freguesias passaram a desenvolver também funções jurídicas cíveis, quando em cada igreja matriz e nas capelas curadas passou a ter um juiz de paz, com a função de intervir, conciliar e julgar pequenas demandas.[6]

Deve-se ressaltar, então, que o processo de ocupação da região obedeceu à lógica da formação de capelas às margens dos rios, perto dos portos, ao redor dos quais cresciam os arraiais, criando-se paróquias e posteriormente, transformando-as em freguesias.

> *"Os próprios governadores tão hábeis na multiplicação de fomento agrícola pela doação de sesmarias, não tinham elementos para concentrar em povoados essa população dispersa e a sua prolífica descendência. Outro poder, entretanto, paralelamente velava. Era a Igreja.*
>
> *Foi esta que, ciosa da organização e do domínio espiritual de seu crescente rebanho católico, lançou, com a fundação de freguesias, as verdadeiras raízes das futuras vilas e cidades. Foi em torno dessas primitivas capelas elevadas a curatos que todas elas nasceram sob a vigilância dos vigários, posteriormente dilatando-se para agrupamentos urbanos com o surto de um comércio local."* [7]

As freguesias do recôncavo da Guanabara, até a criação das vilas às quais estariam subordinadas, estavam inseridas administrativamente na jurisdição da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Para se ter noção da importância de uma vila na organização da colônia, deve-se lembrar que, no ano de 1891, com a proclamação da República, elas se tornaram os atuais municípios do Brasil.

As vilas funcionavam como a esfera municipal do poder público, sendo subdivididas em freguesias (que poderiam ser elevadas à categoria de novas vilas). As vilas eram administradas pelos edis (vereadores),

---

[5] PERES: 2004, p. 91.
[6] BEZERRA: 2003, p. 22.
[7] LAMEGO: 1964. p. 199.

que compunham a Câmara Municipal, e tinham a regulamentação da vida social e do poder público baseada no Código de Posturas.

Marlucia Santos de Souza[8] afirma que, quando um arraial tornava-se uma região economicamente importante ou era considerado um local estratégico, poderia ser elevado à categoria de vila. Essa transformação poderia ser feita a pedido de proprietários, na medida em que se tornava área de troca, de comércio e de fazendas produtoras para o mercado, com seus moradores enriquecendo e aumentando seu prestígio político; ou ainda, através do poder central, que visava a defesa e a ocupação do território ou a conveniência política. As condições prévias eram a construção dos prédios da igreja matriz, da Câmara, da cadeia e um pelourinho.

Magé conquistou sua autonomia política com o Alvará de 9 de junho de 1789, emitido pelo vice-rei Dom Luís de Vasconcelos. A vila de Magé *"possuía um arraial com 170 casas e 16 sobrados, situados desde a igreja matriz até o porto grande, criou-se o pelourinho e designou-se casa para o uso da Câmara e a cadeia, demarcando-se os limites de sua jurisdição"* [9]. A vila compreendia as freguesias de Guia de Pacobaíba, Anhum-mirim, Magepe, Águapei-mirim e Suruí, e confrontava seus limites com a vila de Santo Antônio de Sá no rio Águapei-mirim e a cidade do Rio de Janeiro com o rio Anhum-mirim.[10]

É interessante ressaltar que Magé possuía *"três engenhos de açúcar. Cultura de cana de açúcar, café, bananas e outras frutas, como o cambucá, jaboticaba, laranjas. Havia, na época, grande números de negociantes de todos os gêneros (...). A exportação regular era de 14 mil sacas de farinha, (...) 700 sacas de arroz descascado, (...) 1000 arrobas de café (...). Os portos de saída dos produtos para a cidade eram: o Grande da Piedade, o Velho da Piedade e o Iriri "* [11].

Com referência às freguesias da vila de Magé, pode-se destacar que em Pacobaíba havia um engenho e duas olarias; produzia-se mandioca, milho, feijão, arroz, legumes, café, cacau, anil, além de bananas, jaboticabas e outras frutas; essa produção embarcava par ao Rio de Janeiro através dos três rios da freguesia, o da Guia, o Piranga e o Mauá. Em Suruí, encontravam-se dois engenhos de açúcar, um na embocadura do rio Iririmirim e outro na Cachoeira; plantava-se mandioca para o fabrico de farinha, que se tornou famosa, além de arroz, legumes, bananas e algum café; o único porto para escoamento dos produtos ficava na base do morro da igreja de São Nicolau. Na freguesia de Guapimirim, havia quatro engenhos de açúcar, um de aguardente e algumas olarias; cultivava-se cana, mandioca, arroz, milho, legumes e café; havia a extração de lenha e fabrico de carvão; três rios serviam à navegação e escoamento da produção, o Sernambitiba, o Guapimirim e o Magé-mirim. Em Inhomirim, havia engenhos de açúcar e de aguardente; cultivava-se cana, mandioca, arroz, café e legumes; na parte da serra, plantava-se milho, maçã, marmelo, pêssego, figo, uva, pêra e outras frutas; criavam-se porcos para consumo interno e da cidade carioca; vários portos escoavam a produção através de vários rios, sendo os principais o da Estrela e o de Inhomirim. No porto da Estrela, existia o arraial com numerosas casas e pousadas para viajantes que iam e vinham das Minas Gerais, e também ali se descarregavam e embarcavam os produtos que vinham do Rio de Janeiro para o interior e vice-versa[12].

É importante citar os aspectos do surgimento das primeiras capelas dessa região, já que ao redor da maioria delas, foram se desenvolvendo os povoados, que dariam origem aos distritos de ação da igreja (freguesias).

---

[8] SOUZA: 2002, p. 47.
[9] PERES: 2004, p. 92
[10] PERES: 2004, p. 92
[11] ALONSO: 2000, p. 47
[12] PONDÉ: 1971, p. 63

Igreja de São Nicolau de Suruí (de 1628, reedificada 1709), com a freguesia de Suruí datada de 1640. A ocupação da região do Suruí teve início no século XVI, com a sesmaria de Inácio de Bulhões (doada a terra a 10 de setembro de 1565).

A primeira construção da igreja foi no sítio Góia, possivelmente na segunda metade do século XVII. Seu fundador foi Nicolau Baldim, que recebeu terras ainda em 1614. Por volta de 1709, a então proprietária, Ângela Gomes de Parada, empenhou-se junto aos moradores para a reedificação da capela. Contudo, segundo anotações de Pizarro, já em 1647, existia também a paróquia de Nossa Senhora de Copacabana, onde se ministravam os sacramentos, em terras do cônego Antônio Duarte Raposo. Alonso refere-se às anotações do visitador[13] Dr. Araújo e, de acordo com elas, acredita-se que a região havia sido elevada à freguesia, aproximadamente, 90 anos antes, ou seja, ainda no século XVI, sendo a administração dos sacramentos realizada na capela de Nossa Senhora de Copacabana (suas terras constam da doação do Francisco Gomes da Rocha, em 24 de setembro de 1669).

A freguesia de Suruí, em meados do século XVII, limitava-se ao norte com outras localizadas na Serra dos Órgãos; a leste, com a de Nossa Senhora da Piedade de Magé; a oeste, com a de Inhomirim e o mar; e, ao sul, com as de Inhomirim e Guia de Pacobaíba. Suruí possuía 260 residências e 1450 pessoas sujeitas aos sacramentos. Capela filial, apenas uma: a de Nossa Senhora da Conceição, em Paquetá, fundada por Antônio Nunes da Costa Paquetá, por volta de 1718, que depois de arruinada, sofreu uma reforma por iniciativa do Alferes Luís de Souza Vaz (1784).

De acordo com José Inaldo Alonso, havia ainda em Suruí, uma capela dedicada a São Francisco, fundada em 1616 por Francisco Dias Machado e sua mulher, Isabel Esteves. Porém, o desleixo dos administradores fez com que o patrimônio se perdesse.

Igreja de Nossa Senhora da Piedade (1650), com a freguesia tendo sido criada pelo Alvará de 1696, de 18 de janeiro de 1696.

Segundo Alonso, Frei Agostinho de Santa Maria, no volume X do Santuário Mariano, em 1823, fala-nos da milagrosa imagem de Nossa Senhora da Piedade e revela curiosas informações sobre a capela e culto, afirmando que a sua fundação deve-se ao Sargento-Mor João Dantas. Porém, as informações referem-se à igreja da Piedade Velha, no monte. Monsenhor Pizarro diz que a única referência à época em que teria surgido a igreja é a informação do visitador Dr. Araújo, em 1737, que fala em 80 ou 90 anos antes, sendo assim, por volta de 1650.

Ainda afirma Pizarro que, para atender as necessidades dos fiéis, diante da incapacidade do porto e a ruína do templo, fizeram com que se edificasse nova igreja em outro local mais acessível, uma légua distante, na paragem do Caminho Grande da Fazenda de Magé-Mirim, onde a proprietária, Dona Joana de Barros, viúva do Capitão Inácio Francisco de Araújo, doou 50 braças em quadra para a mesma, em 10 de agosto de 1748. A pia batismal foi transferida antes de terminar a obra, porém, no ano de 1751, a nova igreja encontrava-se pronta. Segundo José Inaldo Afonso, tinha como capelas filiais: Santa Anna, em Iriri; Santo Aleixo; e, ainda uma em Suruí mencionada por Pizarro.

Igreja de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba (1647). A freguesia é de 1647, limitando-se ao norte com a de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, pelo rio Bonga; a oeste, com a mesma, pelo rio Inhomirim; a leste, com a de São Nicolau de Suruí; e, ao sul, com o mar. Tinha 2211 residências e mais de 1760 habitantes adultos (sujeitos aos sacramentos).

---

[13] Era corrente, em todo o território da América portuguesa, as chamadas visitas pastorais ou diocesanas, através das quais a Igreja Católica disciplinava a fé da população e cuidava da administração eclesiástica. O visitador deveria ser o bispo, autoridade máxima da diocese e, na impossibilidade deste, deveriam assumir seu lugar sacerdotes zelosos da honra de Deus e salvação das almas, podendo ser letrados, ou quando não, pelo menos pessoas de bom entendimento e experiência. Cioso de seu dever, o visitador jurava sobre os "Santos Evangelhos" e recebia a provisão episcopal que o nomeava visitador geral; eram também nomeados os demais membros da visita: o secretário ou escrivão e o meirinho ou tesoureiro.

Pelo relato de Frei Agostinho de Santa Maria, o *Santuário Mariano*, podemos perceber que a edificação da igreja de Nossa Senhora da Guia foi precedida por outra, dedicada a Santa Margarida, a mártir de Antioquia, segundo José Inaldo Alonso. Inclusive diz que a primeira construção foi a do padre Gaspar da Costa, para satisfazer a devoção de sua irmã, Margarida de Lima. Esta era feita de taipa de pilão, espécie de barro batido. Contudo, no relato de Frei Agostinho encontram-se também dados referentes a outra ermida dedicada a Nossa Senhora da Guia, na Fazenda da Guia, como capela do engenho. Os devotos colocaram a imagem pintada de Nossa Senhora na capela de Santa Margarida e construíram nova igreja, de pedra e cal, que deve ser a atual igreja existente na localidade, tendo sido várias vezes reformada internamente.

Foram realizadas duas reformas na matriz da Guia. Uma por volta de 1942, quando os franciscanos a administravam, e outra mais recente, pelo padre Montezano, na década de 1990. Os dados do Frei Agostinho de Santa Maria ajudam a fixar os pormenores da vida religiosa em Pacobaíba, em especial no século XVII e primeiro quartel do século XVIII. De acordo com Monsenhor Pizarro, pelas notas do Dr. Araújo, na visita ordinária de 1737, o início da paroquiação data de 1647, aproximadamente. Contudo, pelo primeiro livro de assentamentos paroquiais, levaria o começo da paróquia ao ano de 1683. Adverte ainda que, em 1722, a paróquia tinha o título de Santa Margarida. Capelas filiais: Nossa Senhora dos Remédios, São Francisco de Croará, São Lourenço e Nossa Senhora dos Remédios.

Igreja de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim (1647). Segundo pesquisas realizadas por Alonso, a freguesia consta de 1674. A Igreja de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim foi edificada antes de 1647. Teve como fundadores os irmãos Pedro Gago e Estevão Gago. Ficava próximo ao rio Sernambetiba. Demolido o templo, passou a matriz para a igreja de Nossa Senhora da Conceição, construída pelo Padre Antônio Vaz Tavares, em 1713, distante três léguas.

Em 1726, Antônio Pacheco Barreto, doou o outeiro das Igramixamas, junto ao rio Guapimirim, onde se construiu a nova igreja, inaugurada em 1753 ou 1754; teve como primeiro pároco, em 1750, o padre Antônio Ribeiro Rangel. Capelas filiais: Santa Anna, Nossa Senhora da Cabeça e Nossa Senhora da Conceição.

Igreja de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim (1698). A freguesia de Inhomirim foi criada em 1677. Seus limites: ao norte, Nossa Senhora da Conceição da Paraíba Velha, na serra dos Órgãos; a leste, fronteira com a freguesia de Suruí; ao sul, com a de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba, pelo rio Bonga; e a oeste, com a de Nossa Senhora do Pilar de Iguaçu, no rio Saracuruna, e com a de Nossa Senhora da Conceição da Roça do Alferes.

A Igreja ficava distante do porto da Estrela cerca de duas léguas. Não se sabe quem a mandou construir. A sesmaria mais antiga na região data de 1568[14]. Com o abandono do templo, em 1700, na Fazenda da Figueira, João Martins Oleiro fez nova doação. A construção foi feita em pedra e cal e enquanto não terminavam as obras, a assistência paroquial passou para a capela de Nossa Senhora do Desterro. Havia sete altares, com o Santíssimo Sacramento no principal. Para manter o culto, uma irmandade a assumiu, em 1764.

As irmandades eram grupos de pessoas que cuidavam dos mortos, organizando enterros e missas; organizavam também as procissões e festejos das igrejas. Esses devotos tinham uma roupagem e seu altar específico, incluindo um ordenamento de compromisso onde se explicitava o que era permitido ou proibido aos irmãos[15].

No território da paróquia de Inhomirim, ficava a fazenda São Paulo, da família do Duque de Caxias. De acordo com José Inaldo Alonso, Luiz Alves de Lima e Silva possivelmente tenha sido batizado, ou na igreja matriz de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, ou na capela filial de Nossa Senhora do Rosário. Por

[14] LEAL: 2006, p. 41
[15] SOUZA: 2002, p. 39

Inhomirim também passava o Caminho Novo de Minas. A região paroquial era muito extensa e a freguesia abrangia Petrópolis até a Serra dos Órgãos. Em 1808, desmembrou-se a região serrana, ficando para a paróquia de Inhomirim a área da Baixada, até parte do meio da serra. Capelas filiais: Nossa Senhora da Estrela dos Mares, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Amor Divino, Nossa Senhora da Lapa, Santa Ana e Senhor do Bom Jesus de Matosinhos.

Durante o século XIX, foram feitas alterações nos limites de Magé. Em 20 de maio de 1846, pela Lei Povincial nº 397, o arraial da Estrela foi elevado à vila, englobando as freguesias de Inhomirim, Guia de Pacobaíba, Pilar e parte de Petrópolis.

A história de Estrela iniciou ainda no século XVI, *"quando Antônio Fonseca recebe sesmaria na beira do rio Inhomirim. Pouco a pouco a localidade foi sendo ocupada por fazendeiros, graças à fertilidade do solo e a facilidade que o Inhomirim oferecia para o acesso àquelas terras, até mesmo por embarcações maiores, quando a maré estava alta"* [16].

Uma capela erigida por Simão Botelho, em 1650, à margem do rio Inhomirim, dedicada a Nossa Senhora da Estrela dos Mares, foi o marco inicial para a formação do porto e do arraial, que ficaram fazendo parte da freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim até 12 de abril de 1698, quando por Alvará, Estrela passou a condição de freguesia.

Estrela ficava no ponto inicial do caminho do Inhomirim, aberto por Bernardo Soares de Proença em direção às minas, entre 1721 e 1724. Anteriormente, o caminho que ligava as Minas Gerais ao Rio de Janeiro, conhecido como Caminho Novo do Pilar, terminava no porto do mesmo nome, onde as mercadorias que vinham ou seguiam para o interior eram embarcadas. Este foi aberto no período de 1699 a 1704, de norte para sul, ou seja, do interior para o litoral, após cruzar o rio Paraíba, acompanhava o ribeirão do Lucas até Cavarú e, em seguida o rio Ubá, cruzando o vale do rio Sant'Ana, chegava ao alto da serra do Couto, de onde se podia vislumbrar o Rio de Janeiro. Daí, atingia-se a planície próxima ao engenho do capitão-mor Francisco Gomes Ribeiro (na antiga Fábrica Nacional de Motores), indo ter no porto do rio Pilar, de onde se seguia pela baía ou por terra rumo às capelas de Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu, de Santo Antônio de Jacutinga, de São João Batista de Meriti e de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, com destino à corte. Apesar de reduzir em 15 dias o tempo gasto no antigo caminho que ia dar a Parati, o acesso ao Pilar era difícil e, muitas vezes, os tropeiros, devido às ribanceiras da serra íngreme, perdiam suas cargas e animais[17].

O novo caminho, aberto por Bernardo Soares de Proença, amenizou as dificuldades encontradas pelos tropeiros e viajantes que seguiam ou vinham do interior e encurtou em quatro dias a viagem através de uma variante ligando Pati do Alferes à serra dos Órgãos e esta, na freguesia de Inhomirim, ia dar ao porto Estrela. Esse caminho propiciou um estreitamento do contato com a cidade do Rio de Janeiro e, a partir do século XVIII, com a intensificação da necessidade de ligar o interior ao litoral em função do escoamento das riquezas auríferas produzidas nas minas, a freguesia de Estrela tornou-se um importante entreposto comercial[18], passando a ser a via obrigatória de todas as riquezas que circulavam entre a corte e a região das Minas Gerais. Devido a sua posição estratégia, o arraial teve sua população aumentada, as pousadas e vendas multiplicaram-se para abrigar os viajantes e tropeiros, a escravaria aumentou... tudo isto indicando uma movimentação econômica ascendente.

---

[16] TORRES & VALENTE: 2004, p. 47.
[17] OLIVEIRA: 2004, p. 9.
[18] FRÓES: 1974.

Abrindo-se aqui um parêntese, não se pode pensar a história da Baixada da Guanabara sem os escravos, que trabalhavam na lavoura, nos engenhos produzindo açúcar e aguardente, abriam os caminhos, construíam as igrejas, conduziam as embarcações. Da mesma forma, a região teve uma imensa formação de quilombos, onde os quilombolas participavam da economia local, negociando armas e mercadorias, em troca de lenha e outros produtos. Também cobravam uma espécie de pedágio a quem passasse pelos rios por eles controlados. Nessa região, podiam se esconder na serra ou fugir para a baía, com o auxílio inclusive dos comerciantes locais, quando as milícias chegavam; assim, as várias expedições enviadas para acabar com os quilombos acabaram por fracassar.

Com o aumento do tráfego pela variante aberta por Proença, o vice-rei de Portugal, Dom Fernando José, autorizou, em 1800, várias melhorias, inclusive calçamento, escolhendo o capitão Aureliano de Souza Oliveira para realizar a obra que, de tal maneira impressionou o príncipe regente Dom João, em 1809, levando-o a promover o capitão ao posto de tenente-coronel.

A vinda da família real para o Brasil contribuiria ainda mais para o desenvolvimento da região devido a transferência da fábrica de pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas para a Raiz da Serra da Estrela. Em julho de 1826 foram adquiridas as fazendas da Cordoaria, da Mandioca e do Velasco, além de terreno à margem do rio Estrela, próximo ao porto. A construção foi iniciada no mesmo ano, sendo concluída em 1831 e recebendo o nome de Fábrica de Pólvora da Estrela. A fábrica abasteceu o exército do Império durante a guerra do Paraguai (1864), escoando a produção pelo porto Estrela.

Mesmo após o declínio da produção do ouro, o porto Estrela, junto com o caminho do Proença, continuou exercendo a função de principal via de escoamento do café, produzido no interior, mantendo a freguesia de Estrela como importante entreposto comercial. Eram encontrados ao seu redor, povoados circundados por engenhos cuja expressiva produção agrícola, de açúcar, milho, mandioca, arroz, café, frutas, proveriam a sustentação dos habitantes da cidade.

No ano de 1840, a Lei Provincial nº 143 autorizou o presidente da Província a mandar construir uma estrada que partisse do porto Estrela para Paraibuna. A estrada, projetada por Júlio Frederico Koeler ficaria conhecida como Estrada Normal da Estrela, ficando pronta em 1847, sendo construída de acordo com as normas técnicas de engenharia, partindo da principal rua do arraial, a rua da Estrela, de acordo com o Registro da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim[19].

Outra melhoria para o porto e para o caminho que ia dar nas minas, foi a criação da Companhia de Navegação Fluvial a Vapor Niterói-Inhomirim[20]. Como o porto da Estrela, apesar do movimento, não contava com um adequado sistema de transporte marítimo e fluvial, um decreto autorizou a criação da Companhia a 20 de maio de 1840. Nessa época, a região ao redor de Estrela ia cada vez mais se incrementando, pois seu porto exportador, seus ancoradouros, estalagens e promissor comércio recebiam a cada dia mais movimento.

Sendo a principal rota de passagem para o interior, Estrela não continuaria sendo um simples arraial. Nessa época, o porto Estrela teve o movimento mais intenso de todos os pequenos portos do fundo da baía e, com o surgimento da Estrada Normal da Estrela, uma boa parte do trânsito desviava-se de Iguaçu e Pilar para Estrela, e *"sem que os outros portos percam sua função, Estrela os supera e na medida em que assume uma hegemonia no comércio da região, a autonomia política é reclamada"*[21].

Em 20 de maio de 1846, o vice-presidente da província do Rio de Janeiro, Luís Antônio Muniz dos Santos Lobo, sancionou a Lei nº 397, elevando-a a categoria de Vila, abrangendo as freguesias de Inhomirim e da Guia de Pacobaíba (desmembradas de Magé), do Pilar (de Iguaçu) e o curato de Petrópolis

[19] PONDÉ: 1971, p. 64
[20] INEPAC: 2004, p.44.
[21] FRÓES: 1974, p. 52.

(transformado em freguesia sob a invocação de São Pedro de Alcântara de Petrópolis, desmembrado de Paraíba do Sul).

Atente-se aqui para a questão da localização de Estrela, cujo território era cortado pelas principais vias de comunicação com o interior, através das quais iam e vinham as riquezas do mesmo para o litoral e vice-versa; portanto, sua posição geográfica contribuiu para que o arraial fosse elevado a condição de vila. E, exatamente, por esta área de passagem e comércio estar tão próxima da cidade do Rio de Janeiro, podemos avaliar que, com seus moradores enriquecendo e aumentando seu prestígio político, teriam influência nos assuntos políticos junto ao poder central.

De acordo com Marlucia Santos de Souza, a partir de 1856, a Empresa Estrada União, deu continuidade ao caminho até Paraibuna. A Estrada Normal de Estrela e a União-Indústria promoveram uma diminuição do tempo gasto no trajeto a apresentavam melhores condições como vias de circulação. Esse beneficiamento, segundo a autora, favoreceu Estrela, tornando o seu porto no principal escoadouro fluminense do século XIX[22].

O crescimento de Estrela foi paralelo à dinamização do porto do Rio de Janeiro como pólo da economia de exportação brasileira. O período mais expressivo das atividades daquela vila deu-se nas décadas de 40 a 60, do século XIX, época áurea da produção cafeeira no vale do Paraíba fluminense.[23] O porto do Rio era o mais importante da colônia e toda a baía da Guanabara vivia em torno desse núcleo de exportações que fazia a ligação com a Europa e os mercados internacionais.

Porém, com todo o desenvolvimento, Estrela correspondia a um mundo arcaico que se caracterizava por tropas e escravos; faluas, saveiros e pranchas que transportavam o café para o consumo da sociedade européia... *"(...) o café reclamava um transporte mais rápido, e reclamava a desmobilização da mão-de-obra escrava do setor de transporte, para empregá-la na produção."*[24]

A necessidade de livrar o crescente tráfego de mercadorias e, sobretudo, o café, das inconveniências ligadas ao transporte fluvial (dependência das marés, assoreamento dos rios e canais), levaria os homens esclarecidos da época a pensarem na possibilidade de se construírem estradas de ferro que chegassem ao pé da serra. Já em 1840, surgira a idéia de se construir uma estrada que ligasse o porto do rio Sarapuí à vila de Iguaçu. No dia 30 de abril de 1854, o Barão de Mauá concretizava projeto semelhante, ligando o porto da Guia de Pacobaíba à região de Fragoso, em Raiz da Serra, iniciando a era ferroviária no Brasil e tornando-se um marco histórico da ocupação urbana, dando novo perfil à ocupação do solo.

Atente-se para o fato de que, para a Baixada, foi o começo do fim da navegação pelos rios, dos portos fluviais, e dos caminhos dos tropeiros, modificando por completo as relações comerciais e a ocupação do solo. Foi o início do processo de surgimento de vilas e povoados que se organizaram em torno das estações ferroviárias, origem de muitas das nossas atuais cidades, como nos demonstra Lima Barreto:

> *"- É o Cambambe. Aquelas paredes foram de um sobrado em cujo andar térreo havia uma venda. / - Ali? Para que? / - Antes das estradas de ferro, as comunicações com o interior se faziam pelo fundo da baía, por Inhomirim, porto de Estrela, hoje tapera; e daí até ao cais dos Mineiros, em faluas que passavam por aqui. Os tripulantes destas é que sustentavam a venda que existiu há cinqüenta anos naquele ilhéu sem uma árvore".*[25]

---

[22] SOUZA: 2002, p. 49.
[23] FRÓES: 1974, p. 13
[24] FRÓES: 1974, p. 27
[25] LIMA BARRETO: 2001, pág. 576.

A partir daí, o transporte passou a ser quase totalmente absorvido pela Estrada de Ferro Barão de Mauá e pela União-Indústria: do porto do Rio de Janeiro ao porto chamado Mauá, tinha-se a navegação a vapor; a partir daí até Raiz da Serra, a ferrovia; e por fim, subindo a serra na direção de Minas e interior, a Estrada União-Indústria.

Com o tempo, o porto Estrela declinou em favor do porto Mauá, mais bem aparelhado, servido pela navegação a vapor, associado à União-Indústria. Iniciou-se, então, um processo de deslocamento do eixo dos transportes, da freguesia de Inhomirim para a da Guia de Pacobaíba; contudo, o município de Estrela ainda desempenhava a função de ligar o fundo da baía ao porto carioca, deslocando-se, porém, o ponto inicial das vias de circulação de uma freguesia para outra. O município de Estrela continuou sendo a dar vazão à produção cafeeira, através de seus três portos de fundo da baía: Pilar, Estrela e Mauá. Contudo, no final dos anos 1860, desarticulou-se esse quadro com a inauguração da Estrada de Ferro D. Pedro II que, passando por Maxambomba, Queimados, subindo a serra, iria cruzar, em 1868, com a Estrada União-Indústria.

No ano de 1891, uma reforma administrativa fez Estrela perder sua condição de vila, tendo sido seu território anexado aos municípios de Magé e Iguaçu.

Vários fatores podem ser colocados para explicar a decadência lenta e a perda de importância daquele famoso porto e da vila de Estrela. Inicialmente, o processo de deslocamento do eixo econômico, por conta das riquezas produzidas da serra para cima, lembrando que Estrela fazia o papel de intermediária entre a região produtora do café e o porto do Rio de Janeiro. Posteriormente, a inauguração do primeiro trecho da Estrada de Ferro Pedro II, fez com que o escoamento da produção fosse definitivamente deslocado da região. Estrela não era mais posição estratégica como entreposto comercial.

Ao desvio das rotas de comércio, ainda podem ser somadas as epidemias de cólera e febres endêmicas na região, que aumentaram devido à obstrução dos rios e pântanos abandonados sem saneamento, para o que a falta de braços para a limpeza dos rios e abertura de canais de drenagem contribuiu, ocasionando o aumento das áreas de brejo e, com elas, a proliferação dos mosquitos transmissores de doenças.

Some-se a isso, também, a abolição da escravidão. Desde 1850, com a extinção do tráfico, o problema de mão-de-obra foi enorme. A abolição, que significou a ruptura no sistema produtivo e deixou a Baixada em quase completo abandono, daria o golpe definitivo nesse sistema, e ainda acentuaria as constantes crises pelas quais a produção de café no vale do Paraíba vinha passando.

O Decreto nº 241, de 9 de maio de 1891, baixado por Francisco Portela, governador do Estado do Rio de Janeiro, transferiu a vila e a sede do município de Estrela para a povoação da Raiz da Serra, elevada a categoria de vila de Inhomirim, limitando-se este município com o de Magé pelo rio Suruí e por uma linha reta que, partindo da sua nascente ia até o alto da serra, confrontar-se com Petrópolis.

> *"Aos poucos as pessoas iam abandonando suas casas que foram sendo destruídas, tendo, até mesmo seus alicerces arrancados. Hoje quase nada mais resta da antiga Estrela, apenas a escadinha do porto, as ruínas da "Casa das três portas" e da capelinha do outeiro, mudas testemunhas de um tempo em que 'no Porto havia um imenso concurso de viandantes; as ruas (...) cheias de bestas carregadas, soltas e sem carga ou descarregadas; (...) no meio da gritaria e confusão (...)' ."*[26]

[26] TORRES & VALENTE: 2004, p. 50.

A 8 de maio de 1892, o Governo Constitucional Efetivo do Estado do Rio de Janeiro extinguiu o município através do Decreto nº 1, assinado pelo Dr. José Tomás Porciúncula, presidente do Estado. Desde então, Estrela, ou o que restava dela, ficou fazendo parte do 6º distrito de Magé.

Referências Bibliográficas

ALONSO, José Inaldo. **Notas para a história de Magé**. Niterói: Ed. Autor, 2000.

AMADOR, Elmo da Silva. **Baía de Guanabara: um balanço histórico**. *in* ABREU, Maurício de Almeida. (Org.). *Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro*. RJ: SMCTE/DGDIC-Divisão de Editoração, 1992.

BEZERRA, Nielson Rosa. **As confluências da escravidão no Recôncavo da Guanabara: Iguaçu e Estrela (1833-1888)**. Dissertação de mestrado. Vassouras: Universidade Severino Sombra, 2003.

CAMPOS, Maristela Chicharo de. **O governo da cidade: elites locais e urbanização em Niterói (1835-1890)**. Tese de Doutoramento. Niterói: UFF, 2004.

FRÓES, Vânia Leite. **O Município de Estrela (1846-1892)**. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1974.

INEPAC. **Projeto Inventário de Bens Culturais Imóveis**. Desenvolvimento Territorial dos Caminhos Singulares do Estado do Rio de Janeiro. RJ: SECulturaRJ / Sebrae, 2004.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Guanabara**. RJ: IBGE, 1964.

LEAL, Maria Beatriz. **Recordo-me de ti, terra bendita: centenário da Matriz de Raiz da Serra**. RJ: Vide, 2006

LIMA BARRETO, A.H. **Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá**, cap. IV in VASCONCELLOS, Eliane (Org.). Lima Barreto: Prova Seleta. RJ: Editora Nova Aguillar, 2001.

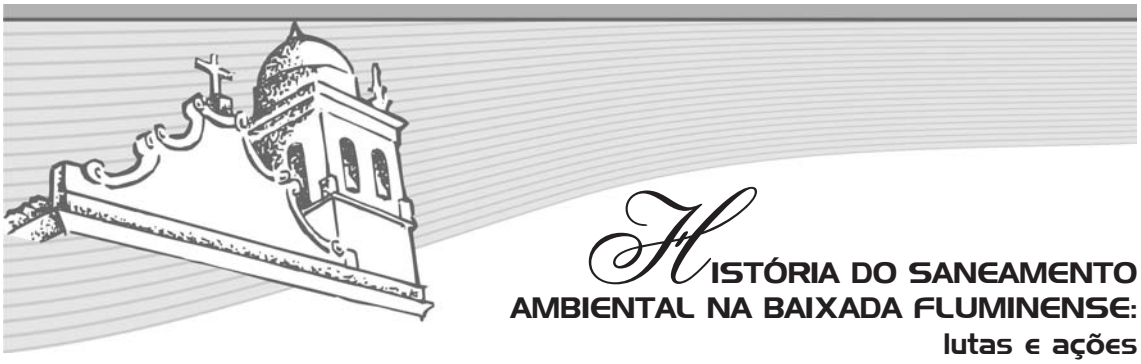
PERES, Guilherme. **Vilas de Magé, Estrela e Iguassú** *in* TORRES, Genesis. Baixada Fluminense – A Construção de uma História. RJ: IPAHB, 2004.

PONDÉ, Francisco de Paula Azevedo. **O Porto da Estrela**. Revista do IHGB. Volume 293. RJ: IHGB, 1971.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. **O Ouro e o café na região de Iguaçu**. in Revista Pilares da História, Ano III, nº 4, p. 40-43, Duque de Caxias: CMDC/ASAMIH, 2004. pp. 7 – 21.

SOUZA, Marlucia Santos de. **Escavando o passado da cidade. A construção do poder político local em Duque de Caxias / 1900-1964**. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2002.

TORRES, Rogério e VALENTE, Armando. **A Estrela que apagou-se e o seu porto inexistente** *in* LACERDA, Stélio e TORRES, Rogério. Pelos Caminhos que a História Deixou. RJ: Renascer, 2004.



HISTÓRIA DO SANEAMENTO AMBIENTAL NA BAIXADA FLUMINENSE: lutas e ações

Alexssandra Juliane Vaz[1]

Introdução

Considerando as condições precárias em que vive exposta grande parcela da população brasileira, o saneamento básico é encarado como um desafio para os governantes administradores do país e uma meta a ser alcançado dentro do planejamento urbano. Sabemos que as características do meio determinam de certa forma as atividades humanas, assim como os homens exercem influência sobre o espaço. Logo, é necessário que haja um equilíbrio entre a vida e o meio, os aspectos negativos que interferem na qualidade de vida e ambiental devem ser superados, em prol do bem-estar das populações e gerações futuras.

Este artigo tem por objetivo fazer um resgate histórico do desenvolvimento das políticas de saneamento na Baixada Fluminense, ao mesmo passo que procura evidenciar as lutas populares que foram de suma importância para a instalação dessas infraestruturas urbanas na região, verdadeiras conquistas cidadãs. Pretende-se ainda, evidenciar o município de Duque de Caxias dentro dessa conjuntura e homenagear a todos aqueles que lutaram dignamente no passado para transformar essas terras em ambientes mais limpos e sadios para a população hoje residente na Baixada Fluminense, que ainda necessita de investimentos sanitários para uma melhor qualidade de vida ambiental.

O Saneamento Básico na Baixada Fluminense

A Baixada Fluminense, ao longo da sua história, passou por vários processos de crescimento econômico com importância significativa para a economia do Estado do Rio de Janeiro, principalmente devido a sua localização e às características do solo e dos rios, que eram navegáveis. Participou da produção açucareira (século XVII); do escoamento do ouro entre Minas Gerais e a metrópole, através dos portos (século XVIII); da produção cafeeira (século XIX); e da produção de laranjas (século XX).

Devido a esses fatores econômicos, durante as décadas de 1920 e 1930, aumentaram os investimentos públicos visando a melhoria de infraestrutura da região, porém, de acordo com Amador (1997)

> *o saneamento da Baixada foi sem dúvida um dos exemplos mais perversos de agressão a natureza e reprodução e acumulação de capital, praticados com recursos públicos. Enormes somas de dinheiro foram utilizadas na valorização das terras de grandes proprietários, que as adquiriam (se é que adquiriram) por preço vil, e as revenderam com grandes lucros, na medida em que passaram a ser loteadas e vendidas para a população proletária, que foi empurrada para a Baixada inóspita (p. 338).*

[1] Licenciatura e Bacharelado em Geografia (UERJ). Pós-Graduação em Sociologia Urbana (UERJ). Mestranda em Geografia Física (UERJ). Professora da rede privada de ensino: Colégio Católico São Francisco, Colégio Brasileiro de São Cristóvão e Colégio Independência.

Já na década de 40, com o declínio do ciclo da laranja houve a necessidade de redirecionar as atividades econômicas, passando a interessar os loteamentos populares (Oliveira, 1991). "Os loteamentos que se desenvolveram na Baixada Fluminense na sua grande maioria não tiveram nenhum planejamento nem seguiram as condições mínimas de infra-estrutura" (p. 11). Resultando em uma ocupação desordenada e predatória sob o ponto de vista urbano e ambiental.

A ocupação sem planejamento mais o assoreamento dos canais ocasionou problemas de insalubridade que afetavam a qualidade de vida daquela população. Para o autor, a luta pelo saneamento básico era a luta pela democracia, porque ela...

> *permite o acesso de milhões de pessoas a melhores condições de vida. O saneamento básico possibilita melhores condições de saúde, acessibilidade, segurança, lazer e relação saudável como o meio ambiente. O direito ao saneamento básico possibilita, enfim, uma melhor apropriação da cidade por seu habitante (p. 65).*

Segundo Monteiro (2008), entre os anos de 1906 e 1930 ocorreram algumas tentativas de sanear a Baixada Fluminense, foram propostas políticas de saneamento para toda a região que se encontrava em estado pantanoso propício às endemias. Em 1910, durante o governo Nilo Peçanha foi criada uma comissão para estudar a região, desencadeando algumas obras até 1916. No governo Getúlio Vargas em 1930 foram criadas propostas um pouco mais eficazes para a configuração da área (Monteiro, 2008). Em 1933 foi criada a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, sob subordinação do Departamento de Portos e Navegação do Ministério da Aviação e Obras Públicas. Esta tornou-se autônoma em 1936 passando a chamar-se Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense, "que representou a consolidação da atuação dos engenheiros na intervenção ambiental visando o saneamento de regiões rurais" (Fadel, 2008, p. 1), legitimando as medidas de combate à malária, sob comando do engenheiro Hildebrando de Araújo Góes.

Órgão de escala nacional, o DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento) criado na década de 1940, afirma em seus relatórios ter saneado 4.500 quilômetros da região e desobstruído 3.800 quilômetros de rios, além da construção de diques, canais e reservatórios de compensação (Monteiro, 2008). Anos mais tarde, o autoritarismo do golpe militar de 1964 desarticulou diversas organizações e perseguiu lideranças populares e sindicais. Na Baixada a desarticulação mais imediata foi nos centros pró-melhoramentos de bairros (Oliveira et. al., 1995). Ainda assim, no final da década de 70 a ONG FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) começa a atuar na Baixada, articulando as federações de moradores e capacitando suas lideranças, papel desempenhado até os dias atuais.

O PLANASA (Plano Nacional de Saneamento) foi criado em 1971 com recursos do BNH (Banco Nacional de Habitação) para superar o déficit no acesso aos serviços de saneamento, se antes o objetivo era o controle das enchentes vinculado aos interesses econômicos da Baixada, dentro desse projeto a meta para a região passou a ser o abastecimento de água. Durante esse período, segundo Porto "a Baixada Fluminense, na qualidade de espaço periférico, tem intervenções pontuais, geralmente concentradas nos centros dos seus municípios e capturadas pelos interesses políticos e eleitorais que dominam essas cidades" (2003, p. 63).

Na segunda metade da década de 70 ressurgem os movimentos populares, articulados com dois atores importantes, a igreja católica com as comunidades eclesiais de base (CEBs) e os partidos comunistas, com destaque para o PCB (Partido Comunista Brasileiro) e o PC do B (Partido Comunista do Brasil). Ambos atuavam na denúncia do autoritarismo e na crítica à espoliação urbana, principalmente na questão da saúde e das enchentes. "As enchentes eram nesse período a calamidade pública que denunciava a ausência de serviços de saneamento que atingia o conjunto dos moradores da região" (Porto, 2003, p. 65). Até início da década de 1980 a luta pelo saneamento da Baixada se apoiava no discurso da espoliação urbana e da desigualdade social.

Em 1984 surge o Comitê Político de Saneamento da Baixada Fluminense, uma conquista das federações de moradores de Nova Iguaçu – Movimento Amigos do Bairro (MAB); Duque de Caxias – Movimento União de Bairros (MUB); São João de Meriti – Amigo de Bairros de Meriti (ABM); Nilópolis – Pró-Federação das Associações de Moradores de Nilópolis. Inicialmente faziam manifestações públicas diante da sede dos governos municipais, posteriormente estenderam as reivindicações ao governo do Estado. Lutavam com o apoio da igreja católica pela melhoria das condições de habitalidade, denunciando o abandono da região, promoviam encontros para discutir os problemas comuns e elaborar as reivindicações, sendo as principais:

- Maior aplicação de verbas públicas em saneamento básico para a Baixada;
- Prioridade dos orçamentos municipais e estaduais para saneamento básico;
- Participação das associações de moradores através de suas federações, nos planejamentos e projetos de obras;
- Aplicação de recursos de maneira integrada, oriundos do governo municipal, estadual e federal.

Toda essa articulação promoveu um encontro com o então Secretário de Obras e Meio Ambiente, Luis Alfredo Salomão, em dezembro de 1984, culminando na elaboração do Plano Global de Saneamento e Meio Ambiente na Baixada Fluminense. As obras começaram em 1985, mas foram paralisadas no ano seguinte com a extinção do BNH, pelo governo José Sarney. As obras retomadas em 1987 sob o governo Moreira Franco não foram suficientes para evitar as enchentes de 1988 que deixaram milhares de desabrigados na região. Outras ações importantes foram a inauguração da primeira estação piloto de tratamento de esgoto da Baixada, em Vilar dos Teles (1989) e as obras de limpeza e canalização dos rios e afluentes (1990).

As enchentes de 1988 que deixaram à região em estado de calamidade reorientaram a agenda política do comitê, elaborando um plano emergencial de saneamento. Mobilizações de massa serviram para que Estado elaborasse um projeto de macro e mesodrenagem que combatessem as enchentes, dentro do Projeto Reconstrução Rio. Entretanto, o comitê precisou organizar uma caravana para Brasília com mais de 20 ônibus para pressionar o governo federal, pois mesmo com a aprovação do projeto pelo Banco Mundial as obras esperaram dois anos para ter início. Esse projeto foi de ação emergencial e esteve centrado na prevenção das enchentes. Entretanto, devemos considerar o caráter paliativo dessas obras, "visto que as condições climáticas (de chuvas intensas), de topografia (terrenos baixos) e de geologia serão mantidas, e que persistem os fatores responsáveis pelo assoreamento dos canais fluviais, como o desmatamento, o uso irracional do solo e a erosão na bacia" (Amador, 1997, p. 377). Dessa forma, o cerne do problema persiste, ocorrendo apenas uma ilusão temporária de recuperação da área, que estimula as ocupações.

Em 1990 a dimensão ambiental foi incorporada à luta do comitê, que passou a chamar-se Comitê Político de Saneamento e Meio Ambiente da Baixada Fluminense. Mais tarde, em 1994, introduziu uma nova temática, a habitação, passando a chamar-se Comitê Político de Saneamento, Habitação e Meio Ambiente da Baixada Fluminense. Esse órgão, reconhecido pelo Estado como interlocutor do movimento organizado, constituiu-se como uma das principais organizações populares do Rio de Janeiro.

A luta do comitê era uma luta clara pela cidadania, por justiça sócio-ambiental. Em 1991 solicitaram uma audiência pública com o então governador do Estado Leonel Brizola, através de uma carta com o título "Saneamento Básico: direito à cidade, direito à vida", que ressaltava:

> *A luta pelo saneamento básico da Baixada significa para sua população sofrida melhores condições de vida. Significa diminuir os índices de mortalidade infantil e os números de doentes; ter mais segurança no seu local de moradia; ter direito a morar com dignidade,*

com espaços de lazer e um ambiente ecologicamente saudável. Enfim, a luta pelo saneamento altera consideravelmente as desigualdades sociais impostas ao povo da Baixada Fluminense.

Com a eleição de Marcelo Alencar para o governo do Estado pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) houve uma desarticulação do Comitê com a esfera governamental, que estruturou uma política enfraquecedora em torno do saneamento, dando vez às máquinas partidárias clientelistas locais (Porto, 2003). Passou a vigorar uma nova política de saneamento dentro do Programa Baixada Viva (PBV), com atuação reduzida para o âmbito dos bairros, contando com atuação da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) no intuito de desenvolver estudos e reuniões com objetivo de intervenção no PBV.

Em suma, no decorrer das três últimas décadas, a Baixada recebeu pelo menos seis grandes projetos de saneamento: Plano de Impacto (1975); Projeto Especial de Saneamento para a Baixada Fluminense e São Gonçalo (1984); Plano de Setorialização da Rede de Abastecimento de Água da Baixada (1986); Projeto Reconstrução Rio (1988); Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (1994); Programa Nova Baixada (1995). Porém, para Porto (2003), ainda está "longe de expressar maior justiça social e ampliação dos direitos da cidadania. Na região ainda vigoram fortes desigualdades sociais e ambientais, que se traduzem no baixo acesso a bens e serviços urbanos" (p. 14). O saneamento é encarado como uma questão social na Baixada Fluminense, porque as políticas adotadas atendiam as necessidades de uma clientela específica.

Para o autor, o padrão das políticas públicas de saneamento adotadas na Baixada nos últimos 30 anos foram patrimonialistas e clientelistas, fundado na apropriação privada dos recursos públicos, para atender as elites locais e as empreiteiras responsáveis pela execução das obras. O que explica o fato de um bilhão de dólares investidos não terem causado alterações significativas na qualidade de vida da população.

Dados de saneamento para Duque de Caxias

O município de Duque da Caxias faz parte da região metropolitana do Rio de janeiro, situa-se a 22º 47' 09'' S e 43º 18' 43'', tem área total de 464,573 km², divida em quatro grandes Distritos: 1º Centro, 2º Campos Elíseos, 3º Imbariê e 4º Xerém. Seu povoamento data do século XVI, começou em uma área doada a vários sesmeiros por Estácio de Sá em 1565, onde hoje fica o Núcleo Colonial São Bento.

Analisando especificamente os dados de saneamento básico do município de Duque de Caxias, o estudo socioeconômico do município apresentado pelo TCE-RJ (Tribunal de Contas do Estado) em 2007, apurou dados no ano 2000 informando que "no tocante ao abastecimento de água, Duque de Caxias tem 69,3% dos domicílios com acesso à rede de distribuição, 27,9% com acesso à água através de poço ou nascente e 2,7% têm outra forma de acesso à mesma" (p. 17). Pesquisas também foram feitas com relação aos resíduos urbanos, no tocante ao município caxiense, o TCE-RJ (2OO7) informou que "88,9% dos domicílios tem coleta regular de lixo, outros 3,6% têm seu lixo jogado em terreno baldio ou logradouro, e 6,8% o queimam" (p.18). Já a Fundação CIDE (2006) informa que são coletadas 756,8 toneladas de lixo por dia em Caxias, tendo como destino o Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, no próprio município. No relatório do TCE-RJ (2007) "a rede coletora de esgoto sanitário chega a 57,1% dos domicílios do município; outros 20,9% têm fossa séptica, 4,3% utilizam fossa rudimentar, 13,2% estão ligados a uma vala, e 3,5% são lançados diretamente em um corpo receptor (rio, lagoa ou mar)" (p. 18).

Melhorias para Duque de Caxias e novas esperanças para a região da Baixada Fluminense como um todo são esperadas com a implantação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007 pelo Ministério do Planejamento. De acordo com o Ministério das Cidades (2008) 40 bilhões deverão

ser investidos no setor, em todo o Brasil, entre 2007 e 2010. Dentro do PAC fica estabelecido: políticas de desenvolvimento econômico, de infra-estrutura, de urbanização de favelas e saneamento, contando com investimentos do Orçamento Geral da União (OGU), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Considerações Finais

Após anos de lutas, ainda são constantes na Baixada Fluminense as ruas sem calçamento, a inexistência de redes de esgotos, o escoamento das águas pluviais, a presença de valas negras, a ocorrência de enchentes, a convivência com vetores, entre outros males que atormentam a população. Entretanto, sabe-se que o descuido com a saúde pública e o saneamento faz com que essas periferias tornem-se espaços de endemias e epidemias (Corrêa, 2001). É inadmissível o número de pessoas acometidas por parasitoses, doenças de pele, respiratórias e diarréicas, que na maioria das vezes tem como causa a falta de higiene e, como agravamento o próprio local de moradia, que deveria ser assistido pelo poder público.

Sendo assim, parabenizo a todos que de alguma forma lutaram por melhorias sanitárias na região da Baixada Fluminense ao longo da sua história. E afirmo a necessidade de investimentos em equipamentos de saneamento para toda a região, que possam proporcionar melhorias na qualidade de vida da população, que ao longo de muitos anos construíram esse solo, tornando essa terra um lugar de orgulho para seus filhos e gerações futuras.

Referências Bibliográficas

AMADOR, E. S. **Baía da Guanabara e Ecossistemas Periféricos: Homem e Natureza**. Rio de Janeiro, AMADOR, E. S. (Prório Autor), 1997.

CIDE. **Índice de Qualidade dos Municípios** - Verde II. Rio de Janeiro, Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro, 2003.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

FADEL, S. **Engenheiros, meio ambiente e saneamento no período pós-30**. In ANPUH (Ed.) XIII Encontro de História Anpuh-Rio. Rio de Janeiro, 2008.

MONTEIRO, G. **Parábola dos semeadores: análise das políticas de saneamento para a Baixada Fluminense (1906 – 1930)**. Revista Pilares da História, Ano 7, cap. 4, 40-43, Duque de Caxias: CMDC/ASAMIH, 2008.

OLIVEIRA, J. F., PORTO, H. R. L. & SANTOS JUNIOR, O. A. **Saneamento Ambiental na Baixada: cidadania e gestão democrática**. Rio de Janeiro, FASE, 1995.

PORTO, H. R. L. **Saneamento e Cidadania: Trajetórias e efeitos das políticas públicas de saneamento na Baixada Fluminense**. Rio de janeiro, FASE, 2003.

TCE-RJ. **Perfil dos Municípios do Estado: Estudo sócio-econônico do Município de Duque de Caxias**. Rio de Janeiro, TCE, 2007.

MOVIMENTO NEGRO: Celebrando 25 anos na Baixada Fluminense

Ercília Coêlho de Oliveira[1]

Os negros sempre fizeram movimentos de libertação e de resistência no Brasil e a Baixada Fluminense[2] está incluída nesse processo. O que pretendemos com esse texto é "comemorar" os 25 anos de APNs[3]; os 20 anos PAB[4] e relembrar o 7º Encontro Intereclesial[5] de Base na Diocese[6] de Duque de Caxias e São João de Meriti.

Abordaremos os momentos de destaque do movimento negro na Baixada Fluminense a partir dos anos 70, quando o povo negro mostra sua face nos movimentos sociais a partir da Igreja, buscando melhores condições de vida e dignidade. Para chegar a conquistar políticas públicas, nesses momentos, a Igreja Católica caminhou através das CEB's[7] "Comunidade Eclesial de Base" e, sendo assim, não podemos deixar de falar na importância que o 7º Encontro teve para o movimento negro.

Em 2008, foi comemorado os 25 das APNS, 20 anos da Campanha da Fraternidade[8], ouvir o clamor desse povo negro[9], é hora de parar e lembrar o que tem sido feito e os desafios que ainda existem na sociedade. Em 2009 aconteceu o 12º Encontro Intereclesial das CEBs no Maranhão; em cuja preparação, as comunidades de Duque de Caxias fizeram o dozinho, que é preparado sempre antes do grande encontro. Faz 20 anos que o 7º Encontro aconteceu na diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti.

---

[1] Professora da Rede Estadual e Mestre em História Social, USS (Universidade Severino Sombra). Membro da Pastoral do Negro.

[2] "Desde a metade do século XIX até o início dos anos 40, os municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Queimados, Japeri, Magé, Mesquita, componentes da Baixada Fluminense, formavam como que distritos, que a partir de então foram se emancipando". ALVES, José Cláudio Souza. *Baixada Fluminense: A Violência na Construção do Poder no Antigo Distrito de Nova Iguaçu*. São Paulo: Tese de Doutorado, 1995.

[3] - Agente da Pastoral do Negro.

[4] - Pastoral Afro Brasileira. ed. Paulinas. São Paulo: 2007. Documento da CNBB nº86. É contemplada no 19º Plano Pastoral Geral. Diretor. Flávia Regionatto, enquanto aguardava o documento definitivo em 2008.

[5] - É um encontro onde as comunidades (Igreja) se reúnem para trocas de experiências, celebrações e discutem vários temas que está posto na sociedade como, a questão indígena, negra do trabalho entre outras.

[6] "Compreende um conjunto de paróquias - organização originária da Idade Média feudal. São compostas de capelas rurais, comunidades urbanas e periféricas e pela Matriz que fica no centro das cidades." SUÜLP, Cleto João. *Conselho de Pastoral nas Paróquias, Como Organizar e Dirigir a Comunidade Cristã*. (2.ªed.) Petrópolis: Vozes, 1995, p.10. (Coleção De Base para Base)

[7] São Comunidades eclesiais de bases (CEB'S), correspondem a pequenos grupos que se reúnem em comunidades de fé em Jesus, oram, refletem a palavra de Deus, vivem em fraternidade, celebra a fé ligada à vida dos pobres, atuando juntos na transformação da sociedade". *Serviço de Documentação*, v. 22, nº 217. Petrópolis: Vozes, 1989, p.258.

[8] - Conforme CNBB - Reflexão que a Igreja católica no Brasil propõe no período da quaresma, reflexão esta que vem a partir de necessidades internas da igreja, bem como das necessidades de atuação do cristão na sociedade. A primeira Campanha da fraternidade (1964) - o seu tema foi "Lembre-se" você também é igreja. A partir dos anos 70, diante das conjunturas nacionais os temas foram voltados para as necessidades sociais da população. Exemplo. Em 1975 o tema foi "Partir e Repartir o Pão". Ver Campanha da Fraternidade de 1987. Quem Acolhe o Menor a Mim Acolhe, CNBB. P . 1-6.

[9] Campanha desenvolvida pela Igreja Católica o Ouviu o Clamor desse povo - a Fraternidade e o Negro, campanha de 1988.

Isso nos leva a considerar a importância nesse momento de celebrar, comemorar, buscar na memória[10] fatos importantes, a "conciliação" nos conflitos, e de discutir e propor novos projetos que venham reanimar a caminhada do povo negro.

A Igreja Católica fez seus concílios e conferências, encontros onde se discute os caminhos da Igreja, na tentativa de atualizar-se e avançar em suas propostas, dando continuidade ao Concílio Ecumênico Vaticano II. [11]Este concílio abriu as portas para um diálogo com outras Igrejas e para as Conferências de Medellín[12] e Puebla , com a opção preferencial pelos pobres em Medellín e com a proposta de evangelizar pobres, entendemos os negros também.

Para construir a CEBs, foi utilizado a Teologia da Libertação, acreditamos que seu método e conteúdo apresentam uma contribuição ao pensamento teológico geral contribuindo com a Igreja, com a sociedade e com a cultura geral. Desde seu surgimento a Teologia da Libertação, com seu método, ver, julgar e agir[14], foram incluídas na Teologia Mundial e dando sua contribuição para diversos espaços, como nos movimentos sociais. Atualmente ocupa espaços nos centros acadêmicos, nos congressos teológicos o que favorece uma certa abertura e nos movimentos eclesiais.[15]

A luta do povo negro é antiga, mas queremos lembrar a partir dos anos 70, quando as discussões começaram a ficar mais acaloradas. Essas discussões, levaram o movimento a outras perspectivas como a educacional e a política e a organização dos negros a partir da Igreja Católica. E como ele se fortalece nas CEBs com a Campanha da Fraternidade "Ouvi o Clamor Deste Povo em 1988.

A presença negra nas CEB's, no final das décadas de 1970 e 1980 é abordada em vários movimentos culturais, políticos e sociais, na Baixada Fluminense, buscando uma maior participação na vida política da sociedade local. Ainda na década de 1980, nota-se um crescimento de grupos que atuavam na vida da cidade. Estes grupos elaboravam estratégias de atuação e identificação que os uniram em torno de projetos, ações e lugares que afirmaram sua pluralidade cultural e seus projetos políticos e sociais. Um desses grupos era a Pastoral do Negro, intitulada no final da década de 1990 de Pastoral Afro.[16]Atualmente Pastoral Afro Brasileira.

A história deste grupo remonta o final da década de 1970. A proposta para a formação de um grupo negro ligado à Igreja Católica surgiu em setembro de 1978, quando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) convocou em Brasília, alguns estudiosos sobre religiosidade popular, a fim de dar subsídios aos bispos brasileiros que iam a Conferência Episcopal Latino-Americana de Puebla, no México (1979).

A finalidade deste encontro era apresentar da maneira mais clara possível as linhas da religiosidade popular brasileira, não exclusivamente a religiosidade "afro-brasileira". Essa nova reunião foi realizada em

---

[10] Memória para nós nesse momento é lembrar o passado para questionar e pensar como será o futuro, pois a palavra comemorar, do latim commemorare, significa trazer à memória, recordar, lembrar, e, por extensão, celebrar, festejar. Celebrar, também de origem latina celebrare tem o significado de: fazer realizar com solenidade, promover, patrocinar. Trazer à memória, alguns fatos que envolveram as lutas dos negros anteriormente APNs e PAB. Colocar esse trabalho em evidência.

[11] Assembléia de prelados católicos em que tratam de assuntos dogmáticos, doutrinários disciplinares. VATICANO II. Documentos Conciliares. Petrópolis: Vozes, 1966.

[12] Conferência Episcopal Latino-Americana reunida em Medellín (1968), onde em sua conclusão apontaram para a América Latina uma opção preferencialmente pelos pobres.

[13] A Conferência de Puebla, (1979). Tinha como preocupação a realidade pastoral no mundo.

[14] Método utilizado pela Teologia da libertação para implantar e as comunidades com ação pastoral.

[15] -Segundo DUQUE, (2000, p. 21, Aput OLIVEIRA, 2005, P. 113). Um Balanço da Teologia da Libertação: contexto, contribuição, crise. In: Sarça Ardente – Teologia na América Latina: Perspectivas. Luiz Carlos Susin. (Org). São Paulo: Paulinas, 2000, p. 21.

[16] VALENTE, Ana Lúcia. O Negro e a Igreja Católica – O espaço concedido, um espaço reivindicado. A pastoral, é termo assumido e amplamente utilizado pela Igreja, é compreendida pela comunidade negra, como sendo o zelo apostólico para com o povo, sobretudo para com os pobres e os abandonados. Tem como objetivo a evangelização no seu sentido pleno, ou seja, "continuar a missão de Jesus, o que exige que a Igreja seja discípula. Viva do Evangelho, imitando o próprio agir de Jesus, e esteja atenta aos palcos do mundo, indo ao encontro das situações humanas". Campo Grande: CECITEC/UFMS, 1994, p. 102.

São Paulo, no Instituto Paulo VI, no dia 05 de dezembro de 1978. Durante o encontro surgiu a idéia de se fazer um levantamento dos padres e religiosos (as) que fossem negros ou mulatos, para começar a discutir, a partir da situação do negro, a visão que se tinha da realidade religiosa, quer seja do catolicismo, quer das religiões afro-brasileiras. A idéia foi acatada e transformou-se em um dos projetos.[17] O trabalho inicia-se com o Grupo União e Consciência Negra, desde meados da década de 1970 e com o Movimento Negro Unificado contra o racismo e a discriminação (MNU), em 1978. O Grupo "União e Consciência Negra", era o grupo que atuava na Igreja na década de 1970, após algumas discussões referentes à atuação da Igreja Católica, houve uma proposta de um outro tipo de trabalho, com características marcadamente cristãs.

Surgiu então, os Agentes de Pastoral Negros, dissidentes da União e Consciência Negra.[18] Sabe-se que em 1987 já existiam no Brasil grupos de negros organizados, conforme aponta documento da Comissão dos Religiosos, Seminaristas e Padres Negros "Ouvi o clamor desse povo negro", com a Campanha da Fraternidade que teve como lema: "Quem acolhe o menos a mim acolhe". A Pastoral do Negro intensifica os seus projetos com a Campanha da Fraternidade de 1988: "Ouvi o Clamor deste Povo - A Fraternidade e o Negro".

A partir da Campanha o grupo de negros organizado teve um crescimento considerável e houve necessidade de redimensionar a organização. Esse redimensionamento aconteceu no encontro de representantes, em setembro de 1988, na cidade de Curitiba, Paraná. Os grupos escolheram seus representantes por região. Esses representantes elegeram uma Comissão Nacional dos APNs: Ana Cristina Ferreira Gomes – São João de Meriti-RJ, Ana Sônia Rodrigues Bessa Pinheirinho, Criciúma-SC, Lauro Cornélio da Rocha, Belo Horizonte-MG, Claudinei Araújo, Baependi-MG, Isabel Aparecida dos Santos, Santa Madalena-SP, José Geraldo Rocha, Parque Analândia, São João de Meriti-RJ, Vera Regina Triunfo, Porto Alegre-RS, Mário Domingos Mendes, Vila Falcão, Bauru-SP, Sebastião de Oliveira, Parque Analândia, São João de Meriti-RJ, Paulo Borges, Paraná.[19]

Nas referidas Dioceses foram utilizados os materiais oficiais da Campanha da Fraternidade, paralelamente ao material elaborado pelos próprios agentes de pastoral, tais como: cânticos mais animados, tocados ao som de instrumento de percussão e textos diversos sobre temas ligados ao negro, como: educação, política, identidade (símbolos, auto-estima e outros), estimulando a formação de grupos paroquiais e comunitários.

A Diocese de Duque de Caxias através de alguns religiosos e leigos, estiveram ao longo dos anos buscando interagir com a sociedade através de suas atividades e já em 1989 inicia-se essa proposta em grande estilo. Um dos momentos mais marcantes na vida da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti, foi o Sétimo Encontro Intereclesial das CEB's ocorrido entre 10 a 14 de julho de 1989. Essa decisão foi tomada no encontro realizado em Trindade. A escolha de Duque de Caxias representava a escolha da Baixada Fluminense.

> *"A Baixada é uma síntese do próprio Brasil. Aqui chegaram e moram pessoas vindas de todos os Estados do país, a maioria gente expulsa da terra pelos latifundiários. Um povo que traz a marca do sofrimento e da resistência. É a síntese dos grandes desafios nacionais: terra, trabalho, saúde e educação. Acolhendo aqui o Sétimo Encontro e todas as comunidades evangélicas e católicas, urbanas e rurais estarão sendo acolhida a solidariedade da Igreja, na luta dos povos, na luta dos pobres, na celebração e na partilha da caminhada"* [20].

---

[17] Idem
[18] Idem
[19] Idem
[20] SEDOC. Serviço de documentação. Comunidades Eclesiais de Base - Povo de Deus na América Latina, a caminho da Libertação. Petrópolis: Vozes, v. 22.219. Novembro e dezembro, 1989, p. 260.

O encontro contou com a participação de vários evangélicos e algumas pessoas de religiões afros, mais ou menos duas mil pessoas brasileiras e estrangeiras, tinha como lema "Povo de Deus na América Latina a Caminho da Libertação". Aconteceram várias plenárias e uma delas foi dedicada a "João Candido - Massacre das Culturas" – onde discutia sobre João Cândido, líder da Revolta da Chibata. Sua filha Zelândia participou do encontro. O nome das plenárias contemplou os excluídos da sociedade brasileira: um operário, um nativo (índio) e um negro.[21]

A pastoral tem como objetivo: conscientizar e acompanhar as comunidades no trabalho eclesial e na transformação da sociedade buscado igualdade política, econômica, social e cultural; celebrar na cultura afro-latino-americana e caribenha; participar dos encontros nacionais de entidade negra católica, promovidos pela CNBB[22] cursos; oficinas entre outras atividades.

A Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti sempre esteve envolvida nas questões sociais mais importantes para a comunidade dos excluídos[23] e as negras e os negros lutaram para que através das CEBs, conseguissem viabilizar suas lutas.

Dentre as diversas comunidades, a comunidade São José se destacou por ter sido uma comunidade peregrina, o centro comunitário não ter virado capela, e por ter assumido a questão negra desde a campanha da Fraternidade de 1988. Nessa comunidade todos os primeiros domingos do mês às 18h têm a proposta de fazer um estudo e seguir a missa inculturada. Não vamos discutir o conceito, pois percebemos que ainda é uma adaptação, uma intenção de inculturação[24], mas é um avanço nessa celebração. Eles procuram utilizar símbolos da identidade africana e participam das celebrações com pessoas de outras regiões como do Rio de Janeiro, Nilópolis, Duque de Caxias e outras. De vez em quando recebem visitas de estrangeiro, principalmente americanos, e de diversos pesquisadores.

Atuação política e cultural da Pastoral Afro-Brasileira no Cenário da Baixada Fluminense, teve inicio no final da década de 70 e ao longo dos anos 80. Vários movimentos culturais, tais como: Movimento Negro Unificado, a Pastoral do Negro, o Grupo de Mulheres, diversos partidos políticos e as demais Pastorais Sociais se manifestaram no cenário da Baixada buscando uma maior participação na vida política local.

Nos anos 80, a partir da Campanha da Fraternidade de 1988, foi criado na Matriz de São João Batista em São João de Meriti o "Salão Quilombo" onde frei Davi Raymundo, franciscano, coordenaria o trabalho criando o "Pré-vestibular para Negros e Carentes", para acolher, refletir e ajudar os negros em suas dificuldades frente ao desafio de ingressar na universidade. Iniciam-se nesse momento as celebrações inculturadas.

Frei Athailton Belo (Frei Tatá) chega a São João de Meriti dando continuidade ao trabalho, ele já fazia um trabalho em Nilópolis, assume a coordenação da pastoral junto com outros membros.

A inculturação da qual estamos nos referindo é a da cultura afro. Pois a Igreja Católica segundo Munari[25] verifica quatro posturas da Igreja em relação ao povo negro na História do Brasil: negação da humanidade do povo negro, negro não é gente, não tem alma e nem religião; aceitam-se a sua humanidade.

Diante de uma realidade de exclusão em vários níveis, o que os negros têm para comemorar, celebrar e lembrar nesses últimos 25 anos na Baixada Fluminense. Na religião: APNS, PAB, as missas

---

[21] Idem. 314.

[22] Conferência Nacional de Bispo no Brasil

[23] Excluído para nós e a falta de oportunidade para que o negro tenha acesso aos bens e oportunidades necessárias para uma vida com dignidade

[24] Inculturação **Pe. Mário de França Miranda: a inculturação da fé. Toda nossa fé é inculturada. Toda fé vem de uma expressão, fé sem expressão não há.** O Evangelho é uma fé inculturada, uma fé expressa na cultura semita. (Porém é complicado quando se trata de inculturação afro no ritual romano) Jornal Ressurreição http://www.paroquiadaressurreicao.com.br/entrev/entrevista11.htm.s/d.

[25] MURANI Geovanni. O alcance do protesto popular: uma estudo da questão racial a partir da Baixada Fluminense, Mestre pela PUC, São Paulo 1989.

inculturadas, batizados, casamentos, participação no CONENC (Congresso Nacionais de Entidades Negras Católicas). Participação no Curso de verão do Rio de Janeiro, também com as atividades acima e com estudos, gravação de 3 CDs para trabalho, as composições do Frei Athaylton. Ida à Basílica de Aparecida Norte todos os anos, participação no encontro nacional de padres negros e Duque de Caxias e São João de Meriti em 2007, Cursos e oficinas.

Memórias a partir dos encontros nacionais dos APNs: o primeiro aconteceu em 14 e 15 de março 1983. Com 70 participantes. Onde já aparecia a cisão do grupo Consciência Negra agora APNS o motivo da cisão era que o mesmo queria trabalhar as questões da negritude separado da Igreja. O encontro foi no Colégio Carmelita em São Paulo. A temática girou entre a realidade vivida pelos negros e a sua participação na Igreja.[26]

Os trabalhos de grupos foram orientados pelo Padre Antonio Aparecido Silva não vamos aqui analisar e nem descrever os encontros nesse momento, apenas citaremos alguns pontos mais relevantes das propostas do encontro que seriam: denunciar a discriminação e assumir a negritude; estudar e conhecer as origens negras e elaborar subsídios sobre a realidade do negro. O segundo encontro ocorre no mesmo ano em 6 e 7 de setembro de 1983, com mais de 100 pessoas, na Igreja Imaculada Conceição dos Capuchinhos em São Paulo. Um dos destaques do encontro foi a decisão de que os APNs pudessem trabalhar sua libertação junto ou em conjunto com outros negros. O tratamento que foi dispensando ao Candomblé foi importante na medida em que as APNs, desconheciam as religiões afros.[27]

Outros encontros aconteceram, o décimo foi em 3 de junho de 1988, ano da Campanha da Fraternidade Ouvi o Clamor desse povo Negro, tivemos a participação de mais de 500 pessoas, tendo sido realizado no Centro de Pastoral São José da Região Belém em São Paulo. Uma das questões do encontro era negritude e as Comunicações Sociais, também foram tratadas questões litúrgicas musicais e simbólicas.[28] Ocorreram outros encontros e foram ampliando as discussões em relação ao avanço da pastoral afro-brasileira, inclusive com a realização do primeiro Congresso Nacional de Entidades Negras Católicas (CONENC) em setembro de 1998 em Limeira–SP e o segundo Seminário em julho de 2000 em Goiânia–GO[29].

Durante a Campanha da Fraternidade algumas comunidades foram despertadas para as celebrações inculturadas afros como as Comunidades São José, São Jorge e Santa Clara, na Paróquia São João Batista em Duque de Caxias, algumas pessoas também começavam a se organizar em torno desse objetivo como a Edna Maia apoiada pelo Ensino religioso.

Em ritmo afro, a Pastoral e a comunidade São José celebraram na sua cultura.Em Engenheiro Belford, em São João de Meriti, no encerramento da campanha de 1988 a comunidade passou por um dos momentos mais difíceis, pois ouve pessoas que levantaram e foram embora e algumas pessoas da comunidade afastaram-se, desse tipo de liturgia como a Família do José Ezequiel Legionário da paróquia São João Batista já falecido.

É impossível falar ou escrever, como é uma missa inculturada, pois depende muito dos participantes. Porém o local é preparado com panos coloridos, flores, música apropriados, instrumentos de percussão, motivos pelos quais estão celebrando, podem acrescentar água de cheiro, vestes coloridas, pode ser feita uma invocação aos antepassados, referencia a mãe terra, um belo ofertório com diversos alimentos para

---

[26] Cf Quilombo Central Relatórios. (Aput ROCHAp.1983p.1) dos primeiros encontros dos APNs.S. Paulo. 1983 datilografado. Cf também Ana F. Valente. op cit.p 94.

[27] livro do Geraldo p.87.

[28] Cf Quilombo Central relatório do Décimo encontro APNs. São Paulo: 1988. Datilografado. p.1-4

[29] BINA, Gabriel Gonzaga. A contribuição do Atabaque para uma liturgia mais inculturada em meios Afros Brasileira. Pontifício Faculdade de Teologia Nossa senhora da Assunção. São Paulo: p.10.2006.

serem partilhados no final da celebração. Segue-se na maioria das vezes os rituais romanos, apenas acrescentam-se detalhes da africanidade.

Na comunidade São José, as celebrações eram apenas acrescidas de alguns elementos, depois da vinda do frei Tatá nos últimos seis anos, as celebrações passaram para o primeiro domingo em horário diferente das outras celebrações da comunidade, para que as pessoas pudessem celebrar com mais tranqüilidade. Outra atividade era com grupos de capoeira, o grupo Percumbal coordenado por Cláudio Maré percussionista da Pastoral Afra, que acompanhava e ajudava as crianças da comunidade na arte do jogar capoeira.

Acontecem também os batizados como pequeno Hagos, filho de Wilson dos Santos Vieira, físico doutorando e Denise de Souza Vieira, atuantes no magistério. No dia 13 de março de 2005, na celebração foram lembrados os antepassados, a tradicional água de cheiro representando a abundância das graças de Deus, a farta procissão das ofertas, que trouxe os frutos da Terra e do trabalho humano. No final da Celebração Frei Athaylton, (frei Tatá), apresentou o projeto espiritualidade e cantos afros católicos. Os pais de Hagos também se casaram na comunidade numa missa inculturada.

Na Matriz de São João também acontecem missas inculturadas. No dia de Zumbi dos Palmares em 20 de novembro ou em momentos específicos, como na ocasião de visitas de estrangeiros, são colocados em alguma parte da celebração elementos afros. As celebrações acontecem também em diversas partes de outros municípios: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro.

Em relação às músicas, foram gravados três CDs. O primeiro chamado "A Força dos Antepassados", produzido para o IV Congresso de Entidades Negras Católicas (CONENC), realizado na cidade de Porto Alegre no Rio Grande do Sul, em janeiro de 2005.[30] E no V Congresso realizado na Bahia, em Janeiro de 2007. O segundo com tema "Negras e Negros em busca da Igualdade Inclusão e Justiça Social" junto com um círculo bíblico preparatório para a Romaria das Entidades Negras Católicas em Aparecida do Norte. Toda organização a nível nacional ficou por conta das comunidades da Baixada Fluminense.

Educação e Cultura

O Pré-vestibular foi a grande arrancada da Pastoral. O curso surgiu na Bahia e foi implantado em São João de Meriti pelo frei Davi, as discussões e articulações para a organização, então, do primeiro núcleo do Pré-Vestibular para Negros, na Baixada Fluminense, iniciaram-se no final de 1992, tendo como primeiro objetivo a capacitação de estudantes para o exame vestibular da PUC-SP e das universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro. Os pré-vestibulares espalharam-se por toda Baixada e pelo Rio Janeiro, atualmente o PVNC, tem outro tipo de organização, não é mais tudo decidido em cada núcleo e foram incluídas aulas de Cultura e Cidadania entre outras mudanças.

Em relação à pastoral do negro, um dos projetos em São João de Meriti é o E.M.C. Programa de Inglês e Espanhol para militantes comunitários. Os participantes dos grupos fizeram uma Assembléia no dia 16 de março de 2002, na Igreja de São João Batista no centro de São João de Meriti, o programa vem na linha dos pré-vestibulares para negros e carentes, e tem como objetivo incrementar e capacidade de comunicação dos participantes em uma sociedade cada vez mais globalizada.

A fundação do projeto foi no dia 10 de março e irmã Maria abriu as portas da Casa da Criança tendo como professoras e articuladoras Rosangela Vale, e Dilma Ferreira Vale, professora e auxiliar na coordenação do curso[31]. O projeto começou com duas turmas e um ano depois contava com 11 turmas em

---

[30] Jornal Pilar, nº 178, abril de 2005, p. 4.

[31] Irmã Maria Religiosa Vicentina que estava servindo na casa da Criança no Centro de São João de Meriti.

três núcleos, Colégio Renascer, Casa Da Criança, Comunidade São Francisco de Assis, os núcleos são na área da Paróquia de São João Batista, sendo que em 2004, havia também um núcleo na Comunidade São José, nesse espaço encontra-se a Casa da Criança. O projeto contou com o apoio do Frei Tatá OFM.[32] E de vários voluntários como professores e apoio.

Outra atividade que foi o curso de verão organizado pelo ISER, no Rio de Janeiro, em 2008, na oficina Educação Popular e Negritude foram discutidas várias vertentes como as cotas, leis, e o PVNC. A oficina foi encerrada com um rap "20 anos da Pastoral Afro".

Um momento também importante para a comemoração foi a contribuição da abordagem feita pela Escola de Samba Independente da Praça da Bandeira em relação à História do Negro na Baixada Fluminense em seu enredo para 2007,[33] cuja letra do samba enredo, "Ecoa um Grito de Liberdade na Baixada"[34], é a seguinte:

> *"África de onde veio a raça negra açoitada/ Ecoou um grito forte nos quilombos da Baixada. Trazidos em navios negreiros, Bantos para trabalhar/ De Angola pra Baixada Fluminense. Os negros atravessaram o mar/ No mosaico da escravidão, cansados de tanta tirania. Sonhavam com a sua libertação/ Jesuítas em catequese o tempo é colonial O sagrado e o profano na mistura cultural/ Um grito forte ecoou ôôô/ Contra toda opressão ôôô Quilombolas vão formar/ Na Baixada uma nova região Na resistência, exemplo de coragem e fé/Com sutileza o negro é a raiz do candomblé. Ô mamãe ê, minha adorada mãe de santo/ Deito a cabeça no teu colo. Me faz um cafuné seca meu pranto/Um vento de fogo um Ponto de Luz e Fé Joãozinho da Goméia, Rei do Candomblé/Negra Lorença, eterna escrava do amor O Mestre Sala dos Mares/Que um dia o Poeta inspirou Salve a raça negra/E todo Movimento Cultural Com Pré-Vestibular prá negros e carentes /Vou brilhar no carnaval Tem, Ojuobá axé/Frei Davi, Frei Tatá com muita fé. Oya Matamba, Amalyra e Odara (Bis)/E a Cota para o negro estudar.*

Esse carnaval levou os negros para a avenida, mas em São João já se estava a algum tempo colocando em destaque as negritudes. Na política, através de questionamentos em relação às políticas publica que atendessem os negros. Em São João de Meriti, foi criada a Lei 736/97 - Semana de Conscientização da Sociedade sobre o Negro, encaminhada por Jorge Florêncio, como também em outros municípios.

Existe ainda a Lei de Cotas a nível estadual nº832/02 regulamentada pela governadora Benedita da Silva, o PVNC, Pré-vestibular para negros e carentes. Um movimento de Educação popular laico e apartidário esta dentro das políticas afirmativas, tem uma organização diferenciado do então pré-vestibular para negros e carentes iniciado na Baixada, o Educafro[35].

---

[32] Jornal Pilar nº147, abril de 2002, p. 8.

[33] HISTÓRIA DO G.R.E.S. INDEPENDENTE DA PRAÇA DA BANDEIRA SEDE: RUA CLEMENTE PEREIRA LEANDRO, 25 FUNDAÇÃO: 02/03/2002. A escola de samba Arrastão de São João passou a se chamar Independente da Praça da Bandeira, porque, em 2001, se juntou com um Bloco (de mesmo nome), na Localidade de Praça da Bandeira, no Município de São João de Meriti, e não, na famosa Praça que todos nós conhecemos próximo ao Estácio e a Vila mimosa. O Bloco sempre foi muito mais forte que a escola, em São João de Meriti, por isso, a diretoria da agremiação, optou pela união das duas agremiações.

[34] Autor do enredo: Ricardo Paulino e Robson Rony

[35] Autor do Samba enredo: Marcos Machado, China do Vale ,Gilson Novaes,J.B.,Toinzinho,Joãozinho do Vilar,Chiquinho do Bar,Everton Já é, Samuka e Renê Siqueira. Cores: branca, verde e a azul. Educafro é a sigla de Educação e Cidadania de afro-descentes e carentes e nasceu na Baixada Fluminense por iniciativa de Frei David Raimundo dos Santos. A sede da Educafro localiza-se no centro de São Paulo e sua finalidade maior é assessorar os núcleos pré-vestibulares comentários, inseridos em outros estados, como: Rio de Janeiro sede da Educafro localiza-se no centro de São Paulo e sua finalidade maior é assessorar os núcleos pré-vestibulares comentários, inseridos em outros estados, como: Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais. Os Universitários beneficiados pelo projeto estudam em faculdades particulares, com bolsas de até 100%, e públicas no território nacional. Também existem universitários da Educafro em Cuba.

A Pastoral Afro Brasileira em São João de Meriti tem participação no Conselho de Igualdade Racial, implementação da lei 10639 de 2003.

Ao comemorar esses avanços percebemos que ainda existe muito a conquistar. Há grandes desafios nesse momento, como diz frei Athailton Belo, como a criação do Museu João Cândido; e a promoção de um acompanhamento mais efetivo da Coordenadoria Superintendência de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SUPPIR MERITI, estará implementando em São João de Meriti.

Segundo Leila Regina Soares[36].

> *A história de criar um espaço público de gestão de políticas para a igualdade racial em São João de Meriti começou com a re-organização do Fórum de Entidades Negras, em 2005, para organizar a Conferência Municipal e propor diretrizes de políticas públicas. Participam das reuniões do COMIRA, 06 organizações da sociedade civil eleita no Fórum de entidades Negras e 06 organizações governamentais. O critério de participação da sociedade civil foi o de ser uma entidade com história de ativismo na promoção da igualdade racial. Não foi possível estabelecer esse critério com o governo e a participação se deu pela indicação do próprio governo.*[37]

Contudo já havia um trabalho nesse sentido nos últimos tempos. Diversas pessoas de alguns seguimentos da sociedade, participam das reuniões do COMIRA, Conselho de Igualdade Racial que se encontram distribuídas em seis organizações da sociedade civil eleitas no Fórum de entidades negras e seis organizações governamentais. O critério de participação da sociedade civil foi o de ser uma entidade com história de ativismo na promoção da igualdade racial. Em relação aos participando do governo não foi possível estabelecer esse critério e a participação se deu pela indicação do executivo.[38]

Também presenciamos a vinda em São João de Meriti do Ministro Edson Santos, presidente do Conselho de Igualdade Racial, CNPIR, no dia 6 de fevereiro de 2009. Segundo Leila Regina os objetivos dessa vista eram o de fortalecer o COMIRA e de desenvolver uma atividade com o Partido dos Trabalhadores. Desse encontro e em comum acordo com o executivo municipal foi composta a diretoria da coordenadoria assim definida: Superintendente Leila Regina Silva Soares; Coordenador Frei Athaylton Monteiro Jorge Belo Padre da Paróquia de São João Batista; Chefe da Divisão Cultura Afros Descendentes Williann George Lyra da Silva representante do Candomblé;Maria da Fé Silva Vianna - Chefe da Divisão de Eventos da Igualdade Racial representando a da Igreja Metodista; Chefe da Divisão de Projetos para Igualdade Racial Elisa Soares de Lima Caetano da sociedade civil.

A longa e penosa luta em prol da dignidade étnica em São João de Meriti e na Baixada Fluminense continua e, como parâmetro, essa trajetória anterior que aqui brevemente apresentamos. O que esperamos é que essas reflexões possam ajudar a construir novas estratégias que nos possibilitem, como intelectuais e cidadãos, a construção efetiva de ações que pavimentem a estrada futura em direção a uma sociedade mais justa e próspera para todos, não só aqui em nossa região, como em todo o nosso país.

---

[36] Mulher de grande participação nos movimentos sócia. Agente de Pastoral Negra / Quilombo Matriz- secretaria / Foi uma das Coordenara Pré-Vestibular para Negros e Carentes- Matriz / Assessora Vereador Jorge Florêncio / Coordenação do Disk Mulher Baixada / Atendimento às Mulheres em Situação de Violência / Coordenação Programa de Mulheres na Rádio Onda Livre / Coordenação de Políticas de Gênero e Raça na Casa da Cultura / Fórum de Mulheres Maria da Penha na ABM / Presidente do COMIRA - Conselho Municipal pela Igualdade Racial / membro da Direção do PT Meriti.

[37] Entrevista. Dia 10 de março de 2009.

[38] Idem

Referências Bibliográficas

Fontes

Arquivo Diocesano de Duque de Caxias e São João de Meriti, Cúria Diocesana de Caxias.

http://www.aescrj.com.br/escolas2009/grupoB/Praca_da_bandeira2009.h

JORNAL - Folha de São Paulo, 5 de julho de 2002.

Campanha desenvolvida pela Igreja Católica. **Ouviu o Clamor desse povo - a Fraternidade e o Negro**, campanha de 1988.

Conclusões da Conferência de Medellín – 1968. Texto Oficial - **Trinta anos depois, Medellín é ainda atual?** São Paulo, Paulinas, 1998.

Conclusão da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano - **Evangelização no presente e no futuro da América Latina**. Puebla: ed. Paulinas,1979.

CNBB-25. **Comunidades Eclesiais de Bases na Igreja do Brasil**. São Paulo: Paulinas, 4 a. ed, 1982.

CNBB-28. **Diretrizes Gerais da Ação Pastoral de Igreja Brasil (1983-1986)**. São Paulo: Paulinas, 1983.

CNBB (DP 641). **Comunidade Eclesial de Base na Igreja do Brasil**; 7ª. Reunião Ordinária do Conselho Permanente, DF, 23 a 26 de novembro de 1982. Conferência Nacional dos Bispos. 4ª.ed. São Paulo: Paulinas, 13-14-1986.

SECOC Serviço de Documentação v. 20-203. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____Serviço de Documentação v. 20-207. Petrópolis: Vozes,1987.

_____Serviço de Documentação v. 21-214. Petrópolis: Vozes, 1989.

_____Serviço de Documentação v. 22-217. Petrópolis: Paulinas, 1991.

Secretariado Nacional. 11o.Intereclesial as CEB's - **CEB's: Espiritualidade Libertadora. Seguir Jesus no Compromisso com os excluídos**. Belo Horizonte: O Lutador Diocese de Itabira/Cel.Fabriciano-MG, Julho de 2005.

Os Encontros Intereclesiais de CEB's de Vitória a Duque de Caxias. Col. Fé e Vida - CEB"s 8. São Paulo: Loyola, 1989.

Os Encontros Intereclesiais de CEB's de Vitória a Duque de Caxias. Col. Fé e Vida - CEB"s 8. São Paulo: Loyola, 1989.

Entrevista Leila Regina Soares. No dia 13 de abril de 2009. Pela Internet.

BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velho**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

GIRARDI, Giulio. **Os Excluídos Construíram a Nova História? O Movimento Indígena, Negro e Popular**. Trad. Cláudia Scchilling. São Paulo: Ática, 1996.

-GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. São Paulo: Círculo do Livro, [s.d].

GURVITCH, GEORGE. Proudhon e Marx I. Lisboa, Presença, 1963.

LEORATO, Pe. Massimiliano. **CEB's – Gente que se faz gente na Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1987.

SOUZA, Marlúcia Santos de. **Escavando o Passado da Cidade de Duque de Caxias e o projeto político local (1950-1964)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Niterói, 2002.

OLIVEIRA, Coelho Ercília. **A busca da construção do movimento negro em Duque de Caxias e São João de Meriti nos anos 80 e início dos anos 90: CEB's, Identidade Negra e cidadania**. Revista Hidra de Igoassú. Ano II, nº. Caderno de textos de História Local e regional da Baixada Fluminense. Duque de Caxias, p. 42, 2000.

IGUASSÚ E SUA GUARDA NACIONAL: um símbolo de poder no sertão do Jerixinó[1]

Marcos Paulo Mendes Araújo[2]

O interesse em escrever este pequeno artigo nasceu após a leitura de uma obra coordenada pelo eminente professor iguaçuano Ney Alberto Gonçalves de Barros, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu[3]. A obra em questão apresenta um histórico da Câmara Municipal de Nova Iguaçu e durante sua leitura pude perceber que durante muito tempo a casa de legislativo municipal contou com diversos membros da Guarda Nacional.

A presença era tão marcante, que o próprio professor Ney Alberto assinala que no ano de 1900, a *Câmara de vereadores do município de Iguassú, com sede na cidade contava com 11 vereadores com patentes da Guarda Nacional, contra dois sem tais títulos* [4]. Ainda nesta citação, consta a relação com os nomes de tais vereadores na parte final, mas por uma de organização deste artigo, resolvi apresentar os nomes ao final.

Mas para tratar da Guarda Nacional em Nova Iguaçu, acredito que seria mais interessante começar tratando da criação da própria guarda. Criada para defender a constituição, a independência e o império, sua criação data de 18 de agosto de 1831, ou seja, logo no início do período regencial.

Segundo o historiador Rocha Pombo[5], essa guarda foi criada pelo Padre Diogo Feijó, quando este era Ministro da Justiça. Pombo assinala ainda que essa criação se fez necessário logo após a abdicação de Pedro I, quando formou-se na côrte um núcleo de revolucionários que tinham grande força política e clamavam pela restauração exigindo a volta de Pedro I ao trono brasileiro.

Esse grupo era composto por senadores do império, deputados, negociantes portugueses e brasileiros, além de vários militares de altas patentes. Pombo assinala também que esse grupo político, através de uma prévia organização, conseguiu articular de maneira muito eficaz, criando uma frente de combate muito acirrada, onde se destacou o periódico O Caramuru.

É bem verdade que a criação da Guarda Nacional *mais do que tudo, irritou profundamente os faciosos; pois viam que a regência conquistava a opinião e se fazia forte* [6]. Os restauradores sabiam que vencer o governo não seria uma tarefa simples. Pois a Guarda Nacional foi ganhando espaço e a confiança da população. Mas, se a Guarda Nacional foi se firmando no início como a defensora dos interesses da

---

[1] Jerixinó: É o nome do maciço que se prolonga desde a localidade de Nilopólis até o bairro do K32 em Nova Iguaçu. Os moradores da Baixada apelidaram o maciço como Serra de Madureira.

[2] Formado em História pela FFCG; Especialista em História pela UFF e em Educação pela UFRJ. Atualmente é doutorando em Ciências da Educação pela UNC (Argentina). Professor do Curso de História da Universidade Iguaçu e da Rede Flama de Ensino.

[3] O Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu foi criado em 15 de novembro de 1962.

[4] BARROS, N. A. G. de.(Coord.) Memória da Câmara Municipal de Nova Iguaçu. Nova Iguaçu (RJ): Jornal Hoje; Câmara Municipal de Nova Iguaçu, 2000. p.73.

[6] POMBO, R. História do Brasil. Vol. IV Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., s/d. p. 386.

[7] HOLLANDA, S. B. de. (direção). História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil monárquico, tomo II: declínio e queda do Império. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.274-298.

regência contra os possíveis ataques da oposição, com o passar do tempo, a instituição foi ganhando outras funções e novas dimensões.

Segundo Adolfo de Morales de Los Rios Filho a criação da "briosa" fez nascer *uma nova elite na sociedade brasileira*[7]. Muitos jovens e outros nem tão jovens assim, fazendeiros, comerciantes e profissionais liberais, representantes de uma nova classe social em ascensão no novo império brasileiro apresentava-se como candidata para formar a oficialidade da recém criada Guarda Nacional.

Ainda segundo Morales:

> *Os postos mais desejados eram os de capitão, major e coronel. Tude dependia dos possibilidades financeiras do candidato a ser coronel do 427º Regimento de Cavalaria, major do 666º Batalhão de Infantaria ou capitão de artilharia...*

Na Vila de Iguassú a coisa não era diferente. Entre 1831, ano de criação da guarda e 1918, quando a mesma foi dissolvida, muitos iguaçuanos estiveram a frente dos corpos da Guarda Nacional que foram estabelecidos dentro do termo da vila. Mas antes de continuar tratando da Guarda Nacional, gostaria de apresentar uma pequeno esboço sobre a cidade de Iguassú. Inicialmente gostaria de deixar registrado que o uso do "SS" é proposital, por estar tratando de uma época onde a grafia realmente fazia uso deste digráfo, tendo sido alterada apenas na década de 30.

Situada na região do entorno da cidade do Rio de Janeiro, a Vila de Iguassú foi criada oficialmente no dia 15 de janeiro de 1833, através de um decreto provincial assinado pelo regente Nicolau de Campos Vergueiro. Iguassú nasceu com vocação para o comércio. A ocupação da bacia do Rio Iguaçú começou a se efetivar a partir do século XVII, logo depois que Garcia Rodrigues Paes ligou Paraíba do Sul ao Porto do Pilar no Rio Iguaçu para facilitar o escoamento do ouro trazido de Minas Gerais. Esse caminhão foi aos poucos substituindo o antigo caminho de Parati.

Mais tarde, começaram a surgir ao longo desse caminho, outras variantes, sendo uma delas, a que mais tarde passou a constituir a Estrada Real do Comércio. E foi nas margens dessa via que surgiu o povoado que deu início ao primeiro núcleo urbano de Iguassú. Cercada de todas as facilidades geográficas possíveis, ou seja, uma estrada oficial que ligava a localidade ao interior e com um complexo de portos fluviais que permitiam sua ligação com a capital do império, permitindo assim, o escoamento da produção de café do Vale do Rio Paraíba do Sul.

Desta forma, Iguassú foi aos poucos, tornando-se um importante entreposto comercial da Província do Rio de Janeiro. E para acompanhar este progresso, era necessário que a elite iguaçuana da época, também gozasse dos mesmos privilégios dos seus congêneres espalhados por todas as partes do país.

Segundo consta, neste período a Vila de Iguassú possui enormes fronteiras. Ao norte e noroeste, possuia limites com a cidade de Paraíba do Sul, Nossa Senhora da Conceição do Alferes e de Sacra Família do Tinguá no termo de Vassouras; ao sul: Irajá e Campo Grande; ao leste: Baía da Guanabara, Freguesia de São Nicolau do Suruí, Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba; a oeste: com Itaguaí. Atualmente os limites municipais diminuíram em muito, ou seja, quase pela metade, tendo hoje uma área de aproximadamente 520,5 Km^2.

---

[7] LOS RIOS FILHO, A. M. de. O Rio de Janeiro Imperial. 2a ed. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2000. p. 346.

A Guarda Nacional em Iguassú

Segundo Waldick Pereira[8], ilustre pesquisador iguaçuano já falecido, em sua obra A Mudança da Vila, em 1847, Iguassú contava com uma legião da Guarda Nacional, cujo comando estava entregue ao Barão do Guandú, o coronel Inácio Antônio de Souza Amaral. Segundo consta essa legião estava subordinada a um grande comado da guarda que estava nas mãos do Barão do Pati do Alferes (Francisco Peixoto de Lacerda Werneck), e que compreendia além de Iguassú, Vassouras, Valença e Paraíba do Sul.

Foi somente em 31 de julho de 1847, através de decreto do vice-presidente da Província do Rio de Janeiro José Maria da Silva Paranhos, que Iguassú, juntamente com Magé e Estrela, ganham juntas o status de Legião, tendo ela recebido o número 13 e sendo composta por três batalhões de infantaria, um esquadrão de cavalaria e uma companhia de artilharia.

Mais tarde, no dia 07 de outubro, uma modificação na estrutura foi realizada na organização da Guarda Nacional e isso acabou refletindo na composição da instituição na Vila de Iguassú. Os corpos da guarda na Vila de Iguassú, juntamente com os corpos de Vassouras passam a ser organizados conjuntamente e ganham um único comando. Com esta nova organização, cada município ganha um batalhão de infantaria e um corpo de cavalaria. Algum tempo depois, já em 1849, Iguassú passa a ter dois batalhões de infantaria, assim organizados:

1º Batalhão (2º da 13ª Legião) – 1ª Companhia em Iguassú, 2ª Companhia em Iguassú, 3ª Companhia em Iguassú e 4ª Companhia em Jacutinga.	**2º Batalhão** (3º da 13ª Legião) – 1ª Companhia em Marapicú, 2ª Companhia em Marapicú, 3ª Companhia em Jacutinga e 4ª Companhia em Meriti.

Novas modificações foram realizadas em 1852 e também foram sentidas em Iguassú. Neste ano foi criado um comando superior que uniu as guardas de Iguassú e de Vassouras em um único corpo. Para lidera este novo comando foi escolhido o Barão de Campo Belo, que ficou encarregado de organizar as unidades.

Esteve Campo Belo à frente do comando até 1861, ano de sua morte. Nesse período Iguassú possuía um esquadrão de cavalaria, um batalhão de infantaria do serviço ativo e um batalhão de reserva. O Comando Superior de Iguassú e Vassouras somava-se a outros 14 já existentes na Província do Rio de Janeiro em 1855. Em 1859, segundo consta nos relatórios provinciais, existia sob a ordem desse comando superior 3.007 homens, sendo 2.334 da ativa e 673 da reserva e segundo consta ainda havia cinco homens que formavam uma "força de pedestres".

Voltando a falar sobre o Comando Superior da Guarda Nacional nas cidades de Iguassú e Vassouras, cabe destacar a figura de seu comandante, o coronel Laureano Corrêa e Castro (Barão do Campo Belo). Cavaleiro da Ordem de Christo, Comendador da Ordem da Rosa, tendo sido agraciado em 1854 com o título de Barão de Campo Belo. Sobre o período em que esteve no camando desta organização, podemos destacar grandes e importantes realizações. Segundo Ribeiro, citado na obra Fazenda do Secretário de Bruzzi Castelo:

> *Em Vassouras, a Guarda Nacional chegou a possuir grandioso efetivo de mais de 1000 praças bem fardadas; havia até porta machados...A cavalaria era digna de ver, composta de moços ricos e abastados. O alferes Gil Francisco Xavier, opulento, mais tarde Tenente-Coronel, só ele, apresentava meia dúzia de esplêndidos ginetes, animais de raça...Tudo era devido ao zelo e diligência do comandante superior, Coronel Laureano Corrêa e Castro, Barão do Campo Belo, homem enérgico e muito inteligente. À frente dos seus batalhões, bem montado, ereto, garboso, aprecia um velho general...Do seu bolso, gastou com a guarda mais de setenta contos de réis.*

[8] Historiógrafo iguaçuano. Publicou várias obras sobre Nova Iguaçu entre as décadas de 60 e 70.

A citação acima faz referência apenas aos guardas de Vassouras, mas sem dúvida nenhuma, os de Iguassú mantinham o mesmo padrão, até pela qualidade que era exigida pelo seu comandante.

Sobre a importância da Guarda Nacional para a vida da nação, devo salientar que é de vital interesse aqui verificar a historiografia para poder entender como e porque ela foi criada. Outro ponto fundamental para esse pequeno estudo foi a tentativa de compreensão de como era a vida no sertão do Jerixinó.

Sobre o ponto inicialmente descrito, concordo plenamente com as palavras de Jeanne Berrance de Castro na obra *História Geral da Civilização Brasileira*, organizada pelo eminente historiador Sérgio Buarque de Holanda, quando descreveu a Guarda Nacional como sendo uma instituição de *"origem alienígena"*, pois acabou essa guarda tomando no Brasil *"uma conotação diversa"* e serviu por fim para alimentar a idéia de criação de *"símbolos nacionais válidos"*. Assim, representando os maiores valores liberais da época, tornou-se essa força paramilitar, uma espécie de reforço ao poder civil. E muitos foram aqueles que a ela se integraram com o intuito de ganhar projeção política em suas respectivas regiões, o que não foi diferente em Iguassú.

Abaixo procurei compilar, algumas relações encontradas nas obras consultadas. Vale lembrar que tais obras são publicações que possuem a pretensão de apenas contribuir com a história do município de Nova Iguaçu e que carecem de outras pesquisas complementares, ou seja, as relações de nomes não podem ser consideradas fechadas. Uma coisa que chamou muito a atenção foi o fato das relações possuírem nomes que ainda hoje despontam na região como lideranças políticas.

Relação de Guardas existente na obra de Waldick Pereira

Miguel Athanasio da **Costa Barros Sayão**: coronel do 7o corpo de cavalaria de Iguassú (outubro de 1873); Francisco de **Lemos** de Faria **Pereira Coutinho** (Conde de Aljezur): comandante do mesmo corpo em 1859. Em 1861 foi nomeado presidente do Conselho de Recursos e Revista; Francisco Pereira de **Bulhões Carvalho**: reformado como Coronel em 1860, havia sido nomeado em 12 de outubro de 1838, major do esquadrão de cavalaria de Iguassú; Manoel Joaquim Pereira Pinto Sayão: nomeado na mesma data, capitão da companhia de cavalaria de Marapicu; Luiz Pinto Duarte: alferes; Bento Pereira de Bulhões Carvalho: capitão; Alberto **Soares de Souza e Melo**: coronel; Azarias **Pereira da Silva** Durão: alferes; Bernardino José de Souza e Melo Júnior: tenente-coronel; Alfredo César Soares: coronel; Ernesto França Soares: coronel (foi Vereador e Prefeito de Iguassú); Paulino Barbosa: capitão; Nicolau Rodrigues: capitão; Francisco José Soares Neto: major; Augusto **Monteiro Paris**: major; Francisco **Pinto Duarte**: capitão; Pedro Gaspar Gonçalves: tenente; Joaquim Lobo de **Alarcão**: capitão; Domingos José Claro: capitão; Lino da Silva Braga: alferes; João da Costa Pereira: tenente-coronel; Dionísio José da Costa: capitão; João Maria Pires Camargo: tenente-coronel; João Rodrigues de Matos: major; Francisco de Paula **Bulhões Sayão**: tenente-coronel; Delfim **Pinto Duarte**: alferes; Inácio Antônio de **Souza Amaral**: coronel comandante.

Aqui podemos perceber um número considerável de nomes da vida pública da Vila de Iguassú no século XIX, muitos dos quais, ainda hoje estão indelevelmente ligados à política e economia da cidade, através de seus herdeiros e demais descendentes. Mas é claro que seria necessário um trabalho mais especifico para traçar as ramificações dessas famílias, num verdadeiro esforço genealógico, mas sabemos o quanto é difícil este tipo de pesquisa, mas na continuidade dessa investigação, pretendo continuar os levantamentos sobre os guardas de igusssú e suas famílias.

Relações da Guarda Nacional de Iguassú em 1861, *encontradas na obras de Ruy Afrânio Peixoto*

7º Corpo de Cavalaria: Comandante: Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho; Quartel-mestre: tenente Joaquim Pedro de Andrade; Cirurgião: tenente Dr. Joaquim de Oliveira; Secretário: alferes José Bernardino Corrêa Vásquez; Porta-estandarte do 1o Esquadrão: Antônio Ribeiro Filho.
1ª Cia. (Freguesia da Vila de Iguassú): capitão: Francisco de Paula e Silva; tenente Antônio Francisco do Canto; alferes Luís Pinto Duarte; alferes do 2o esquadrão: José Gonçalves Júnior.
2ª Cia. (Freguesia da Vila e de Marapicu): capitão Francisco de Paula e Silva; tenente: José Timótheo Pereira; alferes: Cândido Luiz Teles e Macedo.
3ª Cia. (Freguesia de Marapicu): comandante: major do extinto corpo de cavalaria João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho; tenente: João da Costa Nunes; alferes Luiz da Costa Nunes.
4ª Cia. Capitão: Bento Pereira de Bulhões Carvalho; tenente: Francisco de Paula da Costa Barros Sayão; alferes: Felício Antônio da Silveira Filho.

24º Batalhão de Infantaria do Serviço Ativo: Comandante: Tenente-coronel: Francisco Pereira de Bulhões Carvalho; Quartel-mestre (tenente): Domingos C. de Carvalho; Cirurgião: tenente Luiz Alves de Souza Lôbo; Secretário: alferes Antônio Joaquim P. de Almeida; Porta-bandeira: alferes Luiz Pereira Barboza.
1ª Cia. (Freguesia da Vila): capitão Francisco Xavier de Moura; tenente Clarindo V. de Azevedo Coutinho; alferes José E. de Assunção e F. Xavier do M. Filho.
2ª Cia. (Freguesia da Vila): capitão Francisco J. S. Filho; tenente: Manoel de Moura; alferes: Manoel de J. Coutinho.
3ª Cia. (Freguesia de Marapicu): capitão: José C. da Silva Pinto; tenente: Dionísio J. da C. Filho; alferes: Laurindo J. da Silva.
4ª Cia. (Freguesia de Marapicu): capitão: Domingos J. Claro; tenente: Antônio D. Teixeira; alferes: Lino da S. Braga.
5ª Cia. (Freguesia de Jacutinga): capitão Jacinto J. Cabral; tenente: Manoel A. da Costa; alferes: Antônio A. Diniz; alferes José D. de Melo.
6ª Cia. (Freguesia de Meriti): capitão: Manoel P. Silveira; tenente: João A. dos Santos; alferes José R. Fortes.
7ª Cia. Capitão: Miguel de S. Moura; tenente: João da C. Pereira; alferes: Miguel da Silva.
8ª Cia. Capitão: Miguel Anastácio da C. B. Sayão; tenente: Esperidião P. Barroso; alferes: Azarias Pereira da Silva Durão.

9º Batalhão da Reserva: Comandante: Tenente-coronel: João M. P. Camargo; Cirurgião: tenente Antônio J. P. Da Costa; tenente José M. G. Câmara; Secretário: alferes: José M. Dos Santos; Porta-bandeira: alferes Manoel G. Bastos.
1ª Cia. (Freguesia da Vila): capitão: Joaquim Inácio do N. Faria; tenente: Antônio M. Alves; alferes: Pedro G. Gonçalves.
2ª Cia. (Freguesia de Marapicu): capitão José G. Cruz; tenente Joaquim L. de Alarcão; alferes Bernardo J. Soares.
3ª Cia. (Freguesia de Jacutinga): capitão João M. P. Camargo; tenente: João A. da Costa; alferes: Manoel P. de Melo.
4ª Cia. (Freguesia de Jacutinga e Meriti): capitão: José P. da Silveira; tenente: Antônio Dias T. Pimenta; alferes: Pedro P. da Silveira.

Relação de vereadores de Iguassú pertencentes à Guarda Nacional em 1900

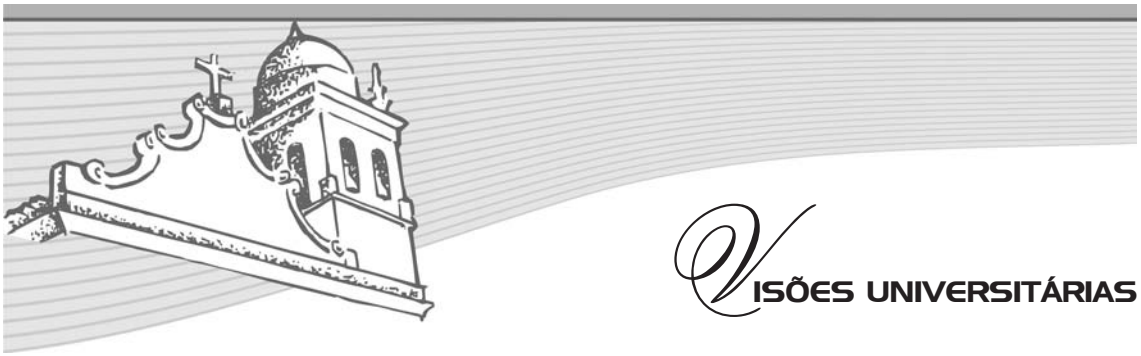
Coronel Alfred Soares; capitão Olympio Soares; capitão Andrade Araújo; tenente: Silvestre dos Santos; capitão: Salustiano de Almeida, capitão: Chaves; capitão José Esteves de Souza Azevedo; tenente-coronel: Bernardino de Melo; tenente-coronel: Jeronymo Pinto de Oliveira Rangel; capitão: Luiz Antônio da Silva Costa e capitão Manoel Vieira da Costa Neto.

Por fim, cabe ressaltar que por vezes os nomes aparecem mais de uma vez nas relações. Ocorre que os nomes estão em obras distintas e as pessoas envolvidas, em situações distintas ao longo dos anos.

Acredito que os interessados no assunto possam conseguir mais informações no Arquivo Nacional que é atualmente o detentor do acervo da Guarda Nacional. Por vezes é possível encontrar pequenos acervos em poder de familiares ou nos centros de pesquisas localizados em algumas cidades. Para os estudos da Guarda Nacional da Vila de Iguaçu é possível conseguir algumas informações nos documentos pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu.

Referências Bibliográficas

BARROS, N. G. de. (Coord.) **Memória da Câmara Municipal de Nova Iguaçu**. Nova Iguaçu (RJ): Jornal Hoje; Câmara Municipal de Nova Iguaçu, 2000.
BRUZZI CASTELLO, J. C. **A Fazenda do Secretário**. Rio de Janeiro: Universidade Editora, 2000.
HOLLANDA, S. B. de. (direção). **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil monárquico, tomo II: declínio e queda do Império. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
LOS RIOS FILHO, A. M. de. **O Rio de Janeiro Imperial**. 2a ed. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2000.
MACHADO, L. L. **Vassouras: recanto histórico do Brasil**. Vassouras, RJ: Gráfica palmeiras, 2000.
PEIXOTO, R. A . **Imagens Iguaçuanas**. Nova Iguaçu: Tipografia do Colégio Afrânio Peixoto, 1955.
PEREIRA, W. **A mudança da vila: história iguaçuana**. Nova Iguaçu. 1970.
POMBO, R. **História do Brasil**. Vol. IV Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., s/d.



O Dilema entre a Mauá de Ontem e a de Hoje

Giselle dos Santos Siqueira[1]

A origem fundiária de Mauá se deu através de loteamentos. Esse processo começou por volta das décadas de 1950 e 1960. Desse processo de loteamento até hoje já se passaram uns sessenta anos. Será que Mauá evoluiu, prosperou ou ainda enfrenta os mesmos problemas de antes?!

O transporte no bairro à época de sua fundação era muito precário, só existia uma única linha que fazia o percurso até Caxias. As empresas responsáveis eram a Sol e posteriormente a Trel. Elas contavam com poucos carros, por isso a população era obrigada a optar por um meio alternativo como a carroça e a charrete para lugares mais próximos como Suruí. As mesmas alegavam que não investiam em infra-estrutura devido ao péssimo estado das estradas.

A Mauá do século XXI continua contando com apenas uma linha que faça o trajeto Caxias - Ipiranga – Caxias e que ainda por cima demora quase uma hora para passar. Além desta, o bairro conta com uma linha para o centro de Magé, uma para Piabetá e uma outra para Petrópolis. O cartel dessas linhas é dominado pela Trel (a mesma Trel de antes) e pela Reginas. Como percebemos o número de ônibus não é suficiente, assim a população que antes se virava com carroças agora usa como transporte alternativo as Kombis.

A segurança era precária devido ao fato de Mauá ser um bairro calmo, sossegado; onde não havia crime generalizado e sim casos isolados como pequenos furtos a casas abandonadas. Passados tantos anos, a mesma se mantém precária; só que agora com uma grande diferença Mauá não é mais o bairro pacato de outrora, havendo muitos crimes.

A educação também era precária; contava com poucas escolas (Brejinho) e professores. Sendo assim a maioria das crianças tinha que estudar em Magé ou na cidade do Rio de Janeiro. Na atualidade pouca coisa mudou o bairro ainda conta com as mesmas escolas (a Prefeitura apenas reformou a Escola Municipal que fica na Estrada Nova e o Estado não investe em outras escolas e nem reforma as que existem); com apenas uma creche que está localizada no bairro Suruí e não conta com nenhuma faculdade, sendo assim quem quer cursar o nível superior deve se deslocar até o centro da cidade ou até Duque de Caxias.

A atual prefeita Núbia Cozzolino construiu e reformou algumas escolas com o objetivo de construir a “Cozzolândia” (inaugurava e reinaugurava as escolas colocando o nome nelas dos seus parentes, da sua família). Sem falar na questão que o município de Magé tem déficit de professores, mas a prefeitura não realiza concurso público preferindo trabalhar com “Contratos”, que são dados em troca de favores, por “QI” de indicação, entre outras formas.

---

[1] Licenciada em História pela FEUDUC (agosto de 2009). Pós Graduanda em História do Rio de Janeiro pela UFF. Integrante do grupo de pesquisa do CRPH/Duque de Caxias.

A saúde encontrava-se em uma situação alarmante, não existiam postos e quando as pessoas ficavam doentes tinham que se dirigir para Magé ou Piabetá. A mesma no bairro ainda continua precária, os moradores contam apenas com um posto de atendimento que na maioria das vezes não tem médico, contando apenas com enfermeiros. Para outros atendimentos a população recorre aos hospitais de Piabetá, do centro de Magé, de Saracuruna e Moarcy do Carmo.

A luz elétrica chegou a Mauá por volta de 1963, antes da sua chegada os moradores usavam gás e querosene e sofriam com a falta de iluminação principalmente por causa dos mosquitos.

O bairro naquele período (1950 e 1960) não contava com uma rede de saneamento básico, assim os moradores conscientes construíam sumidouros, aqueles menos informados abriam valas a céu aberto. Além disso, a maioria das ruas não era asfaltada se resumindo em areia e poeira.

A rua paralela à Ipiranga não tem saneamento básico (o esgoto vai a céu aberto e direto para a praia), água encanada e asfalto até hoje. Já a Rua Ipiranga por tratar-se da principal e onde há maior fluxo de carros e ônibus foi recapeada e alguns trechos ganharam asfalto. Mas o mesmo não vai até o final da rua e nem entra nas ruas paralelas. Os moradores da Rua Olaria também não contam com saneamento básico, água encanada e asfalto.

A praia de Mauá era vista como ponto turístico, as pessoas vinham de vários lugares para conhecer seus atrativos como a pesca de mariscos e caranguejos e em busca da chamada “lama medicinal”. A praia, local onde vários trabalhadores tiram seus sustentos, já foi mais limpa. Hoje em dia não existe mais crustáceo como antes, peixes estão ficando escassos e os mangues sofrem com os derramamentos provenientes da Refinaria de Duque de Caxias (REDUC).

A paisagem natural prevalecia no bairro, sendo o mesmo cercado por matas e pela Mata Atlântica. A paisagem atual sofreu grandes transformações, o que antes era mato agora foi destruído e deu lugar às construções de casas, sobrando assim pequenos resquícios da Mata Atlântica.

No bairro não existia uma associação de moradores propriamente dita mais sim pessoas que se organizavam para ajudar o próximo e lutar por melhores condições de vida para a população. Até hoje em Mauá não existe uma associação de moradores propriamente dita, o que continua existindo são pessoas que se organizam para ajudar os mais necessitados.

Até hoje no bairro não há diversão, cultura e lazer para a população, por exemplo, a mesma para assistir a um filme tem que se deslocar para outros lugares.

Conclui-se que apesar da passagem de sessenta anos as melhorias em Mauá ou foram insuficientes ou sequer foram feitas. E que as principais dificuldades enfrentadas pelos moradores até hoje ainda são o transporte, a água, o saneamento básico e a saúde. Será que precisará mais sessenta anos para que Mauá possa finalmente evoluir e oferecer pelo menos condições básicas de vida para a sua população?

Referências Bibliográficas

BRAZ, Antonio Augusto. **Vidas em Transição: A Cidade e a Vida na Cidade em Duque de Caxias (RJ) nas Décadas de 30, 40 e 50 do Século XX**. Dissertação de Mestrado. Vassouras: Universidade Severino Sombra, 2006.

SOUZA, Marlúcia Santos de. **Escavando o Passado da Cidade de Duque de Caxias e o projeto político local (1950-1964)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Niterói, 2002.

Siqueira, Giselle dos Santos; Rodrigues, Elaine; Ferreira, Raphael; Oliveira, Sandra de; Aguinello, Welligton. **Monografia sobre o bairro Mauá / Magé**. Estudo de bairros. Duque de Caxias: FEUDUC, 2006.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. (Organizador). **Baixada Fluminense – Novos Desafios**. Rio de Janeiro: Paradigma, 2004.

O Caminho e a Caminhada: Perspectivas sobre um Curso em um Campus Universitário em construção.

Allofs Daniel Batista[1]

Uma demanda social, uma luta histórica e a conjuntura política favorável são os elementos que compõe a história do Campus da UFRRJ, que está em sua fase de conclusão no município de Nova Iguaçu. Apesar de a obra só estar prevista para inaugurar em abril de 2010, depois de contratempos diversos, alguns cursos deste Campus já estão em atividade desde 2006. Administração, Turismo, Pedagogia, Matemática, Economia e História foram os pioneiros. Vieram seguidamente os cursos de Direito e Letras, diurnos, e neste ano iniciam os cursos de Geografia e Ciência da Computação[2] noturnos.

Se a obra não se inaugurou o mesmo não se pode dizer da caminhada da pesquisa acadêmica dos estudantes de História daquele Instituto Multidisciplinar. Mas antes de iniciar um relato das atividades de pesquisa naquele Campus seria interessante deixar algum registro de sua própria história.

Tendo sua aula inaugural em 17 de abril de 2006, com a presença de pessoas ilustres como o Magnífico Reitor Ricardo Miranda, a então Diretora pro tempore do Instituto Multidisciplinar (IM) Lucília Lino de Paula, o Prefeito Lindberg Farias além de órgãos como o DCE/UFRRJ, a Câmara de Vereadores de Nova Iguaçu e a ADUR o então iniciando Instituto passaria a funcionar nas dependências do Colégio Municipal Monteiro Lobato, situado no Centro de Nova Iguaçu[3].

Desta cerimônia até aqui, muitos percalços e dificuldades. Vieram as primeiras desilusões em relação ao atraso das obras do Campus e a percepção, por todas as instancias do IM, de que um colégio não é o lugar adequado para a efetiva realização da vida acadêmica baseada no tripé das Instituições Federais de Ensino Superior – O Ensino, a Pesquisa e a Extensão – estando todas as bases prejudicadas pela precariedade física do colégio, apesar da boa vontade em ceder o espaço. Enfim, hoje um novo prazo para a inauguração se dá, cercado de boas expectativas por grupos distintos, o que leva a crer em sua efetivação.

Importante ressaltar que, mesmo com este histórico de dificuldades, temos desenvolvido pesquisa e avançado para a extensão, além de o curso de História ter alcançado índice satisfatório na educação, leve-se em consideração a última avaliação pelo ENADE – 2008[4] – onde o curso alcançou a melhor nota no Estado do Rio de Janeiro entre as IFES.

Priorizando a pesquisa, gostaríamos de ressaltar o grupo coordenado pelo Professor Doutor Álvaro Pereira do Nascimento, especialista na temática da Revolta da Chibata e em pós-abolição, que iniciou investigações sobre a região da Baixada Fluminense, com ênfase na Cidade de Nova Iguaçu. A equipe é formada pelos estudantes do IM: Rita de Cássia Ribeiro da Silva, Gabriel do Nascimento Silva, Adriano dos Santos Moraes, Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre e Allofs Daniel Batista.

Este grupo tem investigado, com apoio do seu coordenador, a complexa relação do desenvolvimento urbano da região com temas como pós-abolição, citricultura, desenvolvimento metropolitano e industrialização fluminense e a interdependência destes temas em variadas formas e em distintos momentos históricos. Interessante notar a formação da população iguaçuana, sua matriz pode ser questionada, minimizando a

---

[1] É aluno do 6º período de graduação da UFRRJ/IM (Instituto Multidisciplinar – Campus Nova Iguaçu). Está inserido no grupo de pesquisa do projeto "Memórias da Baixada Fluminense: vida, trabalho e desenvolvimento urbano em testemunhos de anciãos 1950-2000.", Coordenado pelo Prof. Dr. Álvaro P. Nascimento, pelo qual é contemplado com Bolsa de Iniciação Científica da FAPERJ. Tem especial interesse pelas discussões acerca da Baixada Fluminense e do Município de Nova Iguaçu e os processos históricos em que a região se insere no século XX.

[2] Para cursos e suas vagas no Campus de Nova Iguaçu ver: http://www.ufrrj.br/graduacao/editais/docs/delib_362_cepe_2009.pdf.

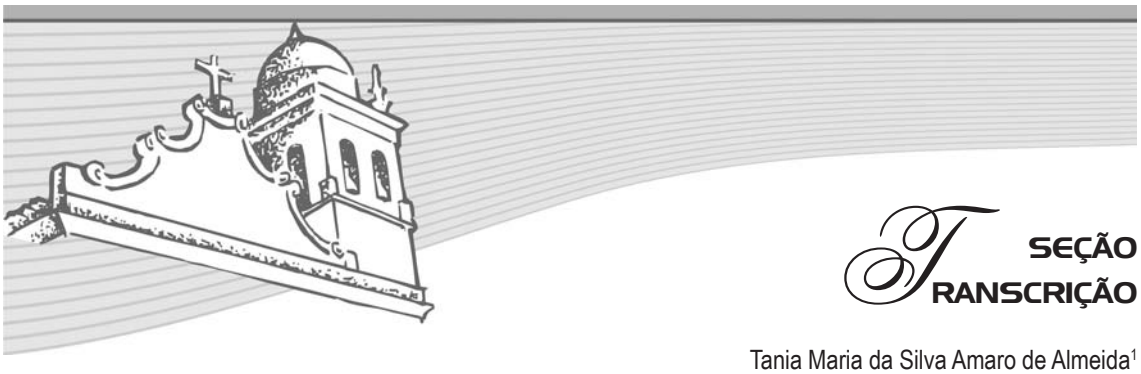
[3] ADUR Informa – nº 85 da Publicação da Associação dos Docentes da UFRRJ – Seção Sindical da ANDES/SN.

[4] Observamos que o curso não possuiu conceito por não haver uma turma concluinte para efetuar o cálculo da média. A nota pode ser acessada em: http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/edusuperior/enade/news09_11.htm

tradicional migração nordestina e entrando o negro na fase pós-abolicionista e na montagem da indústria da laranja. A incipiência da pesquisa faz manter reservas quanto a formulações, mas esta é uma das linhas a serem abordadas pela da equipe.

Como prioridade, o Projeto Memórias da Baixada Fluminense: vida, trabalho e desenvolvimento urbano em testemunhos de anciãos 1950-2000, que tem apoio da FAPERJ, têm produzido um acervo de entrevistas com pessoas de terceira idade, moradoras da região e testemunhas do desenvolvimento urbano, social e político da região. Dadas as limitações quantitativas da equipe de pesquisa, temos concentrado os esforços na Cidade de Nova Iguaçu, mas tem-se intenção de expandir para outros municípios da Baixada Fluminense quando for possível, seja incorporando novos membros ou agregando parceiros à pesquisa. Outro objetivo é levantar documentação da cidade, onde for possível identificá-la, para poder sistematizar e dar publicidade a arquivos públicos e privados que serão importantíssimos para a produção de trabalhos sobre a região.

Até aqui têm sido o contato com a metodologia da História Oral, a formação por meio de cursos como o realizado em parceria com a FGV/CPDOC, o debate nas reuniões do grupo e a experiência em eventos regionais que tem sido o maior retorno desta experiência. Com a pós-graduação do curso de História da UFRRJ, já em curso, acreditamos que a caminhada está apenas iniciando. Acreditamos também que será enriquecedor quando pudermos entrecruzar os caminhos que já vem sendo trilhados por pioneiros como os do Arquivo da Cúria Diocesana, do IHCMDC e todos que já vem percorrendo estas duras trilhas com a jornada do Instituto Multidisciplinar.



SEÇÃO TRANSCRIÇÃO

Tania Maria da Silva Amaro de Almeida[1]
Josué Cardoso[2]
Rogério Torres da Cunha[3]
Diego Lúcio Villela Pereira[4]

O objetivo desta seção é transcrever documentos que integram o acervo do Instituto Histórico *Vereador Thomé Siqueira Barreto* e demais instituições que abrigam documentação, visando à preservação das informações das fontes primárias - documentos sobre suporte papel, através da divulgação de tão importantes referências para a história do nosso município e da região da Baixada Fluminense. Dando ciência aos pesquisadores e demais interessados sobre o conteúdo de tais documentos, firmamos a certeza de que a preservação de nossa memória histórica é importante para a construção e manutenção de uma identidade local.

> *"A preservação não é um fim em si mesma. Só preservamos para que as informações contidas nos bens culturais possam favorecer o homem no resgate de sua identidade e de sua história, permitindo, assim, o exercício pleno da sua cidadania."*

Transcrevemos, nesta edição, documento encontrado por Josué Cardoso e Rogério Torres no acervo da Biblioteca Nacional. Esta reprodução é da reportagem assinada pelo jornalista Ezequiel Neves, na Seção Toque, da Revista Rolling Stone (edição brasileira) n° 25, em 7 de novembro de 1972, sobre o "Dia da Criação", festival de rock realizado em Duque de Caxias. As fotografias são de Lapi.

Nesta transcrição estão mantidas a grafia e a redação dos originais.

---

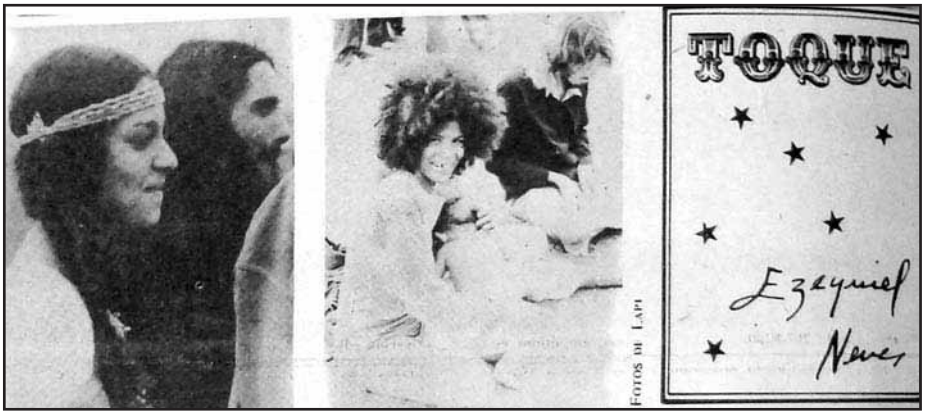
[1] Licenciada e bacharel em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Pós-graduada em História das Relações Internacionais pela mesma universidade. Especialista em preservação de acervos. Sócia titular da Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores - ABRACOR. Sócia fundadora e diretora de pesquisa da Associação dos Amigos do Instituto Histórico / CMDC. Professora da Unigranrio e da rede estadual de ensino. Coordenadora do curso de especialização *lato sensu* em História Social da Baixada Fluminense. Diretora do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto, da Câmara Municipal de Duque de Caxias, onde supervisiona as atividades de pesquisa e preservação do acervo desse órgão.

[2] Jornalista. Editou os semanários "O Municipal" e "Folha da Cidade" a partir do final da década de 70, além da "Revista da Cultura Caxiense", da Secretaria Municipal de Cultura, e do 'Jornal do Folclore", da Federação de Reisado do Estado do Rio de Janeiro. Implantou o Departamento de Jornalismo da "Rádio Som & Lazer FM" (a primeira a operar no Município) e produziu diversos programas de MPB e rock. Recebeu o Prêmio Baixada de Comunicação em 2004 e é vice-presidente da Associação Caxiense de Imprensa Escrita e Falada e sócio-fundador da Associação dos Amigos do Instituto Histórico de Duque de Caxias.

[3] Professor e Historiador. Licenciado em pedagogia pelo Instituto de Educação Governador Roberto Silveira e em História pela Sociedade Universitária Augusto Mota. Professor das redes públicas de Educação do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Duque de Caxias. Colunista da Revista "Caxias Magazine". É sócio benemérito da Associação dos Amigos do Instituto Histórico de Duque de Caxias e autor de vários livros, fotografias e vídeos voltados à cultura e à história da Baixada Fluminense.

[4] Licenciado em História pela Feuduc. Pós-graduando em História Social da Baixada Fluminense pela Unigranrio.

[5] Política de Preservação de Acervos Institucionais / Museu de Astronomia e Ciências Afins; Museu da República. Rio de Janeiro, MAST, 1995.



Reprodução de reportagem assinada pelo jornalista Ezequiel Neves, na Seção Toque, da Revista Rolling Stone (edição brasileira) n° 25, em 7 de novembro de 1972, sobre o Dia da Criação realizado em Duque de Caxias. Fotografias de Lapi. Acervo da Biblioteca Nacional.

Acho que seria muito bom lembrar agora o velho ditado: "Água mole, em pedra dura, tanto bate até que fura". Isso a respeito das coisas que estão no ar. Estão pintando transações maneiríssimas e a gente tem de acender muita vela pra que tudo caminhe como tem caminhado. Digo isso porque o verão já está chegando e se as coisas continuarem assim o *verão 73* será uma sucessão interminável de festas. A garotada terá, finalmente, sua estação de música e boas vibrações.

Digo isso porque outro dia passei mais de quinze horas num clima de pura festa, campo aberto e graminha verde, ouvindo as pessoas fazerem música, transando com elas, vivendo de um modo que eu não vivia há muito tempo. Eu sei, bem no fundo da cuca e do coração, que tudo de bom que passei, foi apenas uma amostra do que está para acontecer em vários pontos desse país. Sei disso porque a garotada está louca pra se encontrar, pra se juntar e comungar, pra curtir um som legal longe de gritos e paranóias.

O Dia da Criação foi assim, foi uma festa de purificação onde as vibrações eram as melhores possíveis. Basta dizer que as previsões iniciais de 12 horas consecutivas de som acabaram virando quase 20 horas de festa total. E muitos grupos deixaram de tocar simplesmente porque não havia mais tempo disponível. Quer dizer, se todos fossem tocar a gente teria de ficar uns dois dias reunidos. E isso, por causa das circunstâncias, era completamente impossível.

Muita gente deu um duro danado para que a festa acontecesse. Eu não teria o saco que eles tiveram para fazer aquilo tudo, Marinaldo, Ademir, o GTA e a prefeitura de Caxias (desculpe se saltei alguém, mas é que escrevo tudo de cabeça e minha cabeça anda muito maluquete) reuniram uma equipe sensacional. Quando cheguei no Estádio Municipal de Duque de Caxias fiquei completamente desbundado. Havia, fora o palco central, uma porção de barracas armadas e as pessoas curtiam aquilo tudo como se estivessem voltando à infância. E de um certo modo estavam mesmo, já que toda espécie de repressão estava completamente longe dali. O teto era o céu aberto, o chão um espaço enorme coberto de grama.

Marinaldo me contou que tudo aquilo estava na beira de fracassar. Dois dias antes, a empresa encarregada da aparelhagem de som fez uma bruta sacanagem *não* assumindo o compromisso combinado. Eles tiveram de quebrar o galho de outra forma, sem tempo e sem dinheiro, mas sempre com uma vontade louca de não decepcionar a garotada. E a Festa aconteceu. Ou melhor, estava acontecendo. E o que pintava de bons conjuntos não era mole!

Cheguei lá às três da tarde e às cinco já estava completamente louco. É sempre assim: bastou alguém por o dedo numa guitarra pra eu ficar hecatombicamente maluco. O som bate na minha cuca e eu me sinto a própria semente da consciência cósmica. Fiquei passeando solto, com aquele sonzão me

amparando e conduzindo, o Sol na minha cara mandando as mais incríveis fosforescências. Encontrei uma turma maravilhosa de São Paulo (eles chegaram no Rio e foram direto pra Caxias "porque lá é que estava instalado o país do som", me disseram). Sentei na grama e fiquei batendo um papo gênio com três garotas lindas de SP. Elas me deram notícias incríveis, me falaram de Paulinho Klein (ôi Paulinho!), me contaram que o som em SP não vai indo nada bem, o que me deixou bastante grilado. Mas aquela não era hora de grilos, e foi por isso que me levantei e fui ver uma exposição de posters que estava armada bem perto de onde a gente estava. Havia um pôster incrível de Janis Joplin e um outro, mais incrível ainda, de Robert Plant. E havia também barracas sensacionais onde a gente podia descansar e conversar enquanto o som explodia lá fora em todas as direções. Acho até que banquei o intrometido entrando sem ser convidado na barraca (orientalíssima e com incenso maravilhoso) do Módulo Mil. Eu estava tão louco que nem podia falar e a turma legalíssima que estava lá dentro me recebeu compreendendo e sentindo isso. Quer dizer, me deixaram logo à vontade.

Acho que nem me despedi deles quando ouvi o som do Ruy Maurity. Saí correndo, abri caminho por uma multidão incrível, me ajeitei bem na frente, e lá fiquei pulando ao som de *Em Busca do Ouro*. A noite já tinha chegado, uma lua tímida espiava aquilo tudo, e pelo jeito, gostou tanto que até resolveu crescer. Ficou nítida, prateada, e acabou dançando também – isso eu juro que vi, mas é segredo.

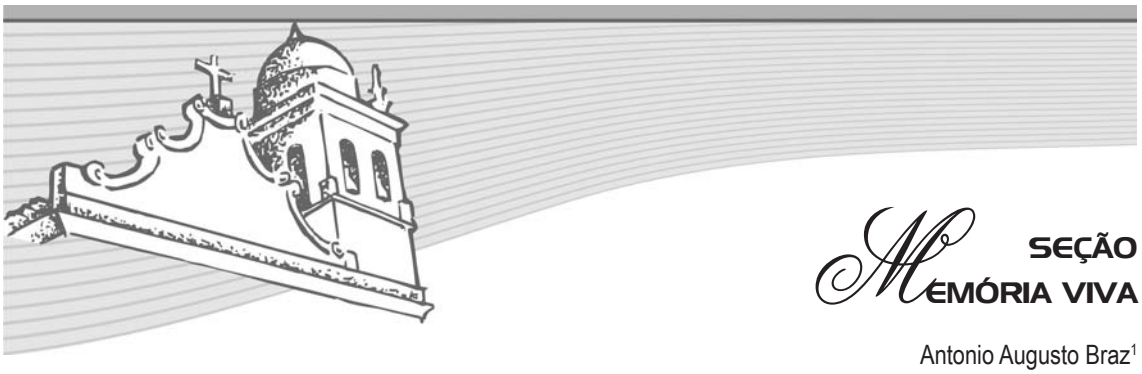
Depois chegou a vez de Fagner, o cearense mais universal desse planeta. Fagner e seu violão castigaram um montão de coisas lindas, mas eu me lembro mais de duas delas, *Cavalo-Ferro* (primeira vez que ouvi essa maravilha na voz dele) e *Quatro Graus*. Eu estava sentado e quando Fagner acabou de cantar me levantei pra não me sentar mais até às 3 horas da manhã. E que o som ficou tão sacudido que eu não parei mais de dançar.

Paulo, Cláudio & Maurício mandaram uma brasa doida, um som maluco com milhões de harmonias inventadas e brotadas da flauta de um deles. Henricão entrou na dança e deu um show fortíssimo. O Liverpool Sound deu uma de blues, enquanto o Grão, O Terço, Faia e o Módulo Mil detonaram seus rocks fazendo o pessoal botar os ya-yas pra fora. O Faia me deixou mais louco ainda com uma letra berrada contando misérias: "Eu vou comer feijão com ketichup, pra vomitar em você"!!!

Depois teve Lena Rios, Os Brazões, Jorge Mello (muito estranho) e Sá, Rodrix & Guarabyra. Lógico que continuei pulando feito um louco e pulei mais ainda quando eles, os Sás, Rodrix & Guarabyras de *my life*, lascaram o *Vamos Por Aí*.

Olha, foi lindo pacas! Quando eu saí de lá Diana & Stul estavam cantando *Ai que Dor*, (que eles acabam de lançar em compacto). Diana estava linda, cantou um monte de coisas pra garotada linda que ainda não havia arredado pé apesar do avançado da hora.

Vocês vão achar que eu estou exagerando, mas podem crer: se aquele som não tivesse parado, eu acho que até hoje ainda estaríamos vivendo o *Dia da Criação*. E acho que ele, realmente, ainda não acabou. Está apenas começando. Isso eu sinto pelas vibrações puríssimas que estão no ar. E o verão vem aí pra gente se reunir e ser criança de novo.



SEÇÃO MEMÓRIA VIVA

Antonio Augusto Braz[1]
Tania Maria da Silva Amaro de Almeida[2]

Nesta edição, apresentamos não uma memória em particular. Optamos por fragmentos de memórias de moradores do bairro Saracuruna. Nossa intenção é revelar o potencial informativo desse tipo específico de fonte, a fonte oral, para o trabalho do historiador local e regional. Ao mesmo tempo, com o exemplo do trabalho de final de curso do jovem pesquisador Jordan de Alexandre Batista, apresentamos a contribuição que o curso de Graduação em História da UNIGRANRIO tem oferecido ao aprofundamento das pesquisas sobre a Baixada Fluminense, assim como o importante papel que pretende cumprir a ARCA - Associação de Oralidade Regional.

"Os fragmentos a seguir falam sobre a História de Saracuruna, bairro integrante do 2º Distrito de Cidade de Duque de Caxias. Esses fragmentos originaram-se de entrevistas realizadas no período de abril e maio de 2009 e serviram como fontes de pesquisa para minha monografia de conclusão do curso de História da Universidade do Grande Rio, sob o título "Grileiros versus novos moradores: A História da ocupação de Saracuruna e seus impactos ambientais", sob a orientação do Prof. Ms. Antonio Augusto Braz.

Todas integram meu acervo pessoal de fontes, estando as duas primeiras sob a guarda permanente da ARCA – Associação Regional de Oralidade. A ARCA é uma instituição formada por pesquisadores, voltada para a contínua construção de um banco de dados de entrevistas com moradores caxienses, tendo por missão o resgate e registro das memórias dos homens e mulheres que construíram esta cidade. As demais entrevistas não integram o acervo da ARCA. Elas não foram produzidas segundo os manuais e os padrões de qualidade que a Associação adota na construção das entrevistas." *Jordan de Alexandre Batista*

---

[2] Mestre em História Social pela USS (Universidade Sevrino Sombra). Professor da rede pública municipal e da Unigranrio. Sócio fundador da APPH - Clio e da Asamih.

[1] Licenciada e bacharel em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Pós-graduada em História das Relações Internacionais pela mesma universidade. Especialista em preservação de acervos. Sócia titular da Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores - ABRACOR. Sócia fundadora e diretora de pesquisa da Associação dos Amigos do Instituto Histórico / CMDC. Professora da Unigranrio e da rede estadual de ensino. Coordenadora da Pós-graduação *lato sensu* em História Social da Baixada Fluminense / Unigranrio. Diretora do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto, da Câmara Municipal de Duque de Caxias, onde supervisiona as atividades de pesquisa e preservação do acervo desse órgão.

ENTREVISTA 01 José Firmino de Lima, 69 anos

Sou de Pernambuco. [Cheguei por volta] de 1949 pra 1950. Veio meu pai antes, em 1948, sozinho. Largou minha mãe, eu, e mais um irmão. Ele veio trabalhar, conseguir alguma coisa na vida por que nordeste naquela época era meio era duro.(...) Veio procurar dias melhores, e todo mês ele mandava uma determinada quantia. (...) Um ano depois, ele se instalou aqui em Saracuruna mesmo, na casa de um amigo dele, que já morava aqui já há uns três anos, de lá da área também. (...)

Não tinha nada. Nem Praça aqui existia. Onde é essa praça hoje era um caminhozinho, o pessoal passava aí no meio pra embarcar no trem. (...) Não existia nada de saneamento não. A água aqui era tudo poço.

Eu só andava nele [no rio Saracuruna] de barco! Eu era garoto, fui criado dentro desse rio. Que era demais, dava peixe demais, água limpa, não tinha poluição. A gente se dava ao luxo de descer sem levar um litro d'água pra beber. (...) A gente só não podia usar ela, a gente já conhecia esse trabalho, de procurar não beber quando a maré tivesse enchendo, trazia água salgada, água salobra.(...)Você saindo daqui tava em Mauá rapidinho. Passava "aqui" por trás do Ana Clara. Eu já fui várias vezes de barco por aqui pra Mauá. Varias vezes.

Saracuruna começou os movimentos, inclusive até por alguns comércios, por incrível que pareça, em Urussaí. (...) Quando eu cheguei aqui, começou um desmatamento aí dentro da Urussaí,[Vila Urussaí] formando as ruas. Ali que foi feito a rua principal atravessando uma ponte que tem agora ali que era uma pontezinha de madeira, hoje tem uma ponte de concreto. (...) Ali começou um bairro, meu pai montou a barbearia dele, e muitos outros comerciozinhos pequenos. Mas no decorrer de um tempo, veio desenvolvendo muito devagar, muito muito lento. Com o decorrer do tempo começou a vir enchente na Vila Urussaí. Qualquer chuvazinha. (...) Qualquer chuva enchia aquilo ali. Até hoje. Até hoje quando chove na Urussaí, vira brejo. Muitos daquela época abandonaram até as terras que tinham ali. Os terrenos que compraram, vieram pra cá [nas quadras no entorno da estação de Saracuruna, chamada Rosário na época].

O corte do Jayme Fichman era do lado de cá. Inclusive ele ofereceu até terreno a meu pai, aonde é essa farmácia hoje, que agora é Pacheco. Meu pai não quis aquele terreno naquela época. Ele disse que não ia empregar o dinheiro dele num mato. (...) Um lugar cheio de cerca de arame, cheio de mato, aquelas lojas que tem do outro lado era tudo mato também, cercado de arame farpado. Não tinha nada.

ENTREVISTA 02 Maria Felix Bezerra, 78 anos

Eu sou da Paraíba.(...)Depois que meu pai morreu, em 1950, aí meu irmão veio aqui pro Rio, aí quando foi um ano depois, ele foi buscar a esposa dele. A esposa dele tinha três menina, uma tava com 4 meses Aí ela disse assim: vamos pra me ajudar a levar as crianças, aí depois ele me dá a passagem pra mim voltar. Aí, gostei daqui Aí, gostei daqui, aí uma moça que era cristã, era crente, o marido dela também era crente, meus irmão conhecia ele, aí gostou muito de mim: Fica aqui com a gente! E aqui é mais fácil de arranjar emprego. Aí eu fiquei lá na casa dessa família. No morro de Mangueira. Pra cima da Chapéu Mangueira.

Eu casei menina! Quando casa a gente vai pra onde o marido leva né? (...) Na Tinharé, Parada de Lucas, a gente morava de aluguel, morei uns quatro meses. Aí ele fez um barraco. Meu irmão tinha um terreninho grande em Vigário, que era assim terra do banco. O pessoal chegava, invadia e fazia casa pra morar. (...) Mas lá não era nosso, era terreno do banco. (...) Aí começaram a desapropriar o povo pra lotear. (...) Eles dava um caminhão, pra carregar a mudança.(..) Aí o Ananias [esposo da entrevistada] disse "Ah Maria eu tenho um terreno que eu comprei com Jair lá na... um lugar chamado Saracuruna." Eu nem sabia

onde é que era esse lugar. (...) Eu cheguei aqui dentro do mato não tinha nada, só mato e coruja cantando de noite. [...]

Teve uma epidemia de febre [quando cheguei]. Eu tive ela também, que chamava margarida.(...) No ano que eu cheguei a morar aqui, a primeira enchente, encheu isso aqui tudo. Seu Ananias tava na rua pra lá. Ele chegou e disse "Maria, o dique arrebentou, aqui ta enchendo tudo". (...) Desde aquela época, aí demorou habitar gente, porque muita gente aí já foi, o pessoal desgostou né? Abandonaram terreno aí, foram embora, não voltaram mais. (...) Quando foi um dia, eu sonhei isso: eu sonhei com o colégio aqui, grande... Seu Ananias disse "Ih Maria eu já fui lá [na Prefeitura] quantas vez por causa desse colégio... Todo mundo dá contra. Não quer fazer, diz que não tem gente suficiente aqui" Eu disse: mas eu vi, eu sonhei que chegava um caminhão de madeira dizendo que ia fazer o colégio. Aí ele "só se for por sonho mesmo".

Aí quando foi no outro dia a uma hora da tarde encostou o caminhão de madeira, de cimento, de pedra, aí já era um movimento grande, pra fazer, esse colégio ia ser feito na Praça do Jacaré. Aí Ananias disse "vocês não vão fazer lá porque lá não presta, lá quando chove dá água no pescoço... tem aqui minha área, toma um pouco daqui, vocês bota a madeira no chão, bota o cimento no chão, faz o colégio aqui." Aí eles derrubaram a madeira, e fizeram o colégio aí. Seu Ananias que cedeu o pedaço pra fazer o colégio. [atual Colégio Estadual Alberto Santos Dummont]

ENTREVISTA 03 Raimundo Bernardo Filho, 43 anos

Antigamente aqui não tinha luz. Tudo escuro, era candeeiro. Aqui morava pouca gente. (...) Aqui podia contar as casas, agora lá na beira do rio era cheio de casa. Era ponta a ponta. Lá do outro lado tinha casa, mas os pais foi morrendo, foram saindo tudo, porque as dificuldade eram grandes. (...) Tinha um postinho [de Saúde] perto do Acepe, hoje em dia é uma clínica particular.

Ali [no atual DPO] também. Já fui medicado muitas vezes. A população todinha daqui, do Ana Clara, essa região todinha, era tudo ali. Quando a gente queria algo melhor, um exame mais detalhado, a gente ia lá pro Matoso, que é em Barão de Mauá, ali na Praça da Bandeira, [...] que era até puxado o trem de madeira antigamente, aí que veio o trem puxado à máquina de ferro, e agora esse trem elétrico até Saracuruna. Ou senão a gente ia no Getúlio Vargas. [...] Então a gente veio crescendo assim, muitos arrumaram família, e tão dando continuidade a nossa vida cotidiana. Aqui cresceu muito. Mas se você passar por aí, muitas dessas parte ainda é brejo. Mas o que a gente precisa aqui é um saneamento. [...]

Lembro [da construção do conjunto]. Eu tinha uns 23 anos já. Eu não tenho muita certeza, mas tudo de casa que foi feito aqui, tudo da Caixa Econômica. (...) Igual as que tem ali perto do clube [Rosário]. Muitos acabaram de pagar agora. O pai morreu, e ele continuou pagando, então agora que a maioria deles ali tem residência própria porque os filhos deram continuidade. (...)

[Minha família veio] da Lagoa Rodrigo de Freitas. Antigamente não tinha prédio ali, era favela. Meu pai veio de lá, tinha comprado um terreno ali, e fez um barraco de tábua. Muita gente que veio de Minas foi fazendo barraco ali, aí virou uma favela. Então quando começou a crescer ali na Lagoa, quem tinha grana, então foi retirando a favela pra fazer os prédios, e foi dando terreno em outro lugar. Então foi quando meu pai pegou, o caminhão da prefeitura trouxe tudo que tinha. O barraco que tinha lá, foi construído aqui. Eu saí de lá com 3 anos.

ENTREVISTA 04 Jorge Luis Souza, 51 anos

Eu tinha 7 anos de idade [quando cheguei aqui] de São João de Meriti, Jardim América.(...) Quando nós mudamos pra cá, isso tudo aqui era brejo. Aqui continua a mesma coisa, mas pra lá, modificou muita coisa, mudou algumas ruas, da Barão do Rio Branco pra lá. (...) Ta vendo as ruas como tá? Tudo precisando de saneamento, água. Esse rio aqui, 16 anos que foi dragado. (...) Peguei enchente não, pego. Porque enche tudo aqui. O pessoal daqui perde tudinho.

Só tinha uma casa de saúde. A única escola que tinha aqui era o MPA, Movimento Popular de Alfabetização. (...) Já tinha a rodovia, mas era toda esburacada, hoje em dia tá uma beleza. O trem a gente pegava, ele levava a gente até Barão de Mauá, que era pra trabalho.

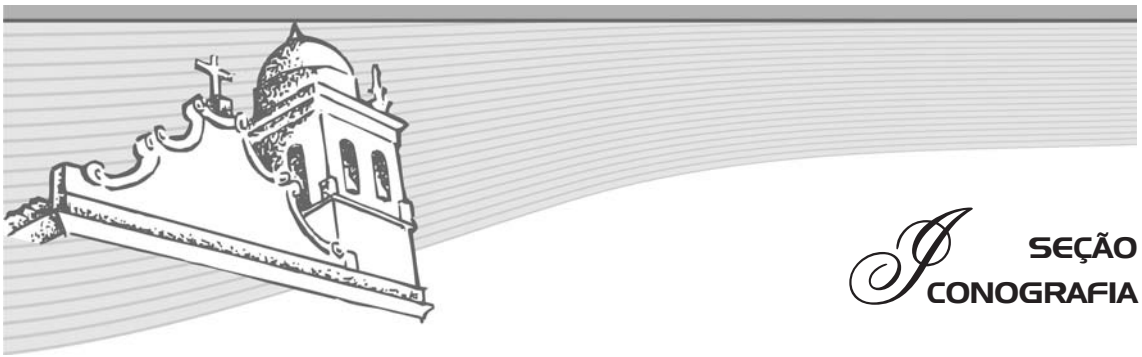
ENTREVISTA 05 Ercília Faria dos Santos, 77 anos

Eu sou de Pedra Azul, Minas Gerais, depois de Belo Horizonte. Tô a mais de 50 anos no Rio de Janeiro. (...) Eu vim de avião, e vim acompanhada com um alemão. Chegou lá panhou. É aquele negócio de chegar, apanhar as garotas e sair. (...) Eu não vi parente não vi mais nada na minha vida. (...) Morei em Campos Elíseos, depois vendi o barraco que eu mesma comprei. (...) E vim pra cá, quarenta anos nesse mesmo quintal.

Quando eu cheguei era só mato. Os que já tava falava que isso aqui era árvore puro! (...) Em 76 eu mudei de Campos Elíseos pra cá. (...) Aí eu trabalhei um bocado de tempo, só num apartamento eu trabalhei sete anos. Era naquele tempo de escravidão ainda que pagava pouco. (...) Tive comércio aqui, barraca, aí acabou. (...)Era muito pobre aqui. Não era nada. Muita pobreza.

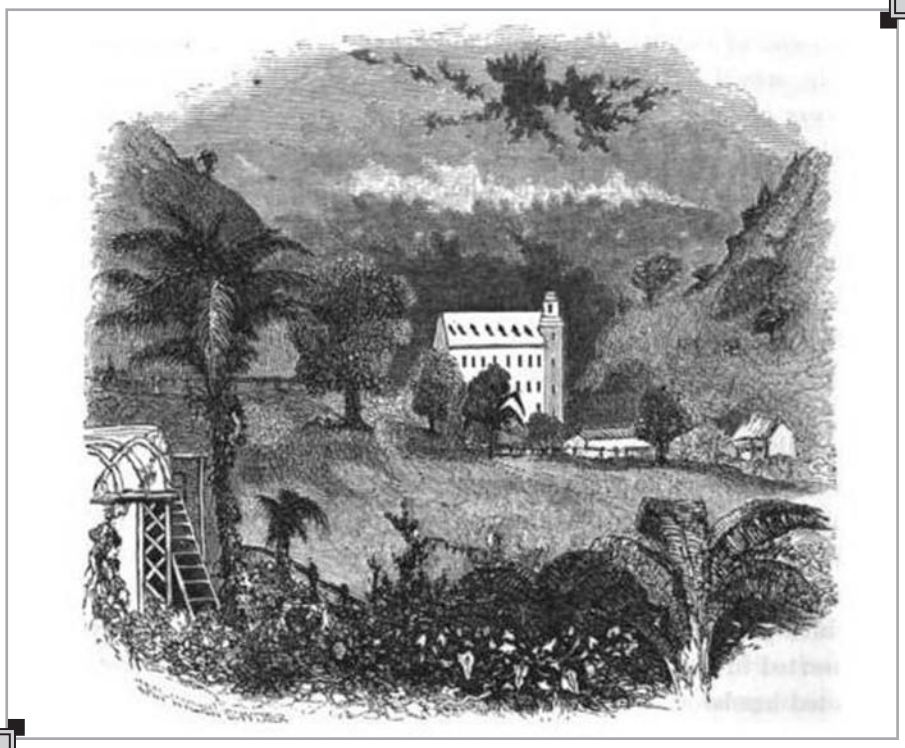
Quando eu cheguei esse posto não tinha não. Nem esse Hospital Adão não sei o que... tinha um posto aqui onde é a delegacia. (...) Mas pra atender, era quase um mês, dois mês. Custava muito pra atender. Água nunca teve. Só de poço. Ninguém vai contar que aqui tinha água. (...) A vivência daqui é essa: Pobreza. Você pra comer e beber tinha que ira lá fora.

A de 60 [enchente] quase levou todo mundo. (...) Você via gente com porco, galinha, tudo dentro dos barcos.



Esta seção tem como objetivo divulgar os documentos que integram o acervo do Instituto Histórico e das demais instituições que abrigam esse tipo de documentação.

Companhia União Manufatura de Tecidos - Duque de Caxias - 2006, por Rogério Torres.



Fábrica de Tecidos Santo Aleixo - Ilustração do livro "O Brasil e os Brasileiros" de Daniel Parish Kidder e James Cooley Fletcher, por Guilherme Peres.

DIA DA CRIAÇÃO

E o Sétimo Dia é o da Criança... E a Criança é a Criação...

E a Criação é Você!

Explosão de Som ao Ar Livre

Acontecendo no Estádio Municipal de Duque de Caxias

ANIMASOM

ADEMIR

Sá - Rodrix -
Guarabira
Milton Nascimento
Som Imaginário
O Terço
Lena Rios
Os Brazões
Karma
Jorge Mello
Serguei
Sociedade Anônima

Jorge Mautner
Faia
O Grão
Módulo 1000
Equipe Mercado
Diana e Stul
Lô Borges
Liverpool Sound
Ruy Mauriti e Trio
Rock Ebó
A Gosma

PIC NIC AO AR LIVRE - ABERTO PARA SUA CRIAÇÃO - PIC NICRIAÇÃO

O Dia da Criação - É o Sol que você vai ser - O Dia da Criasom

Você pode fazer seus trabalhos artísticos lá; tocar sua flauta ou bumbo e trocar coisas no mercado de troca. *(montagem e criação: Ronaldo periassu e Miriam)*

DIA 14 DE OUTUBRO das 12 às 24 horas

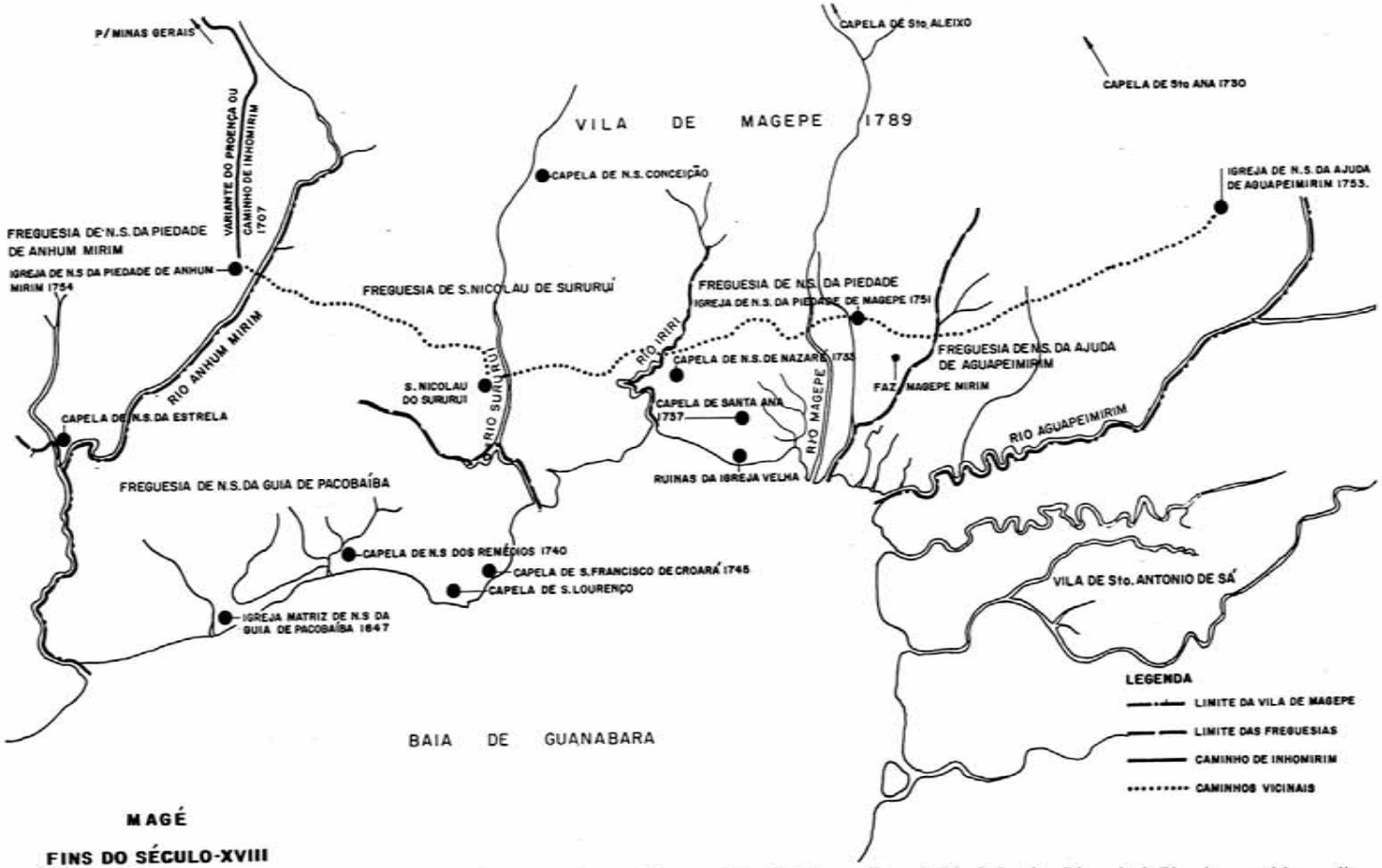
produção: GTA & GARCES & MARINALDO E LEONIS

Em colaboração com Divisão de Cultura e Recreação da

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS

Reprodução do cartaz de divulgação do "Dia da Criação", realizado no Estádio Municipal de Duque de Caxias em 14 de outubro de 1972. O evento foi o primeiro festival de rock ao livre realizado no Brasil. Cortesia do jornalista Nélio Rodrigues.

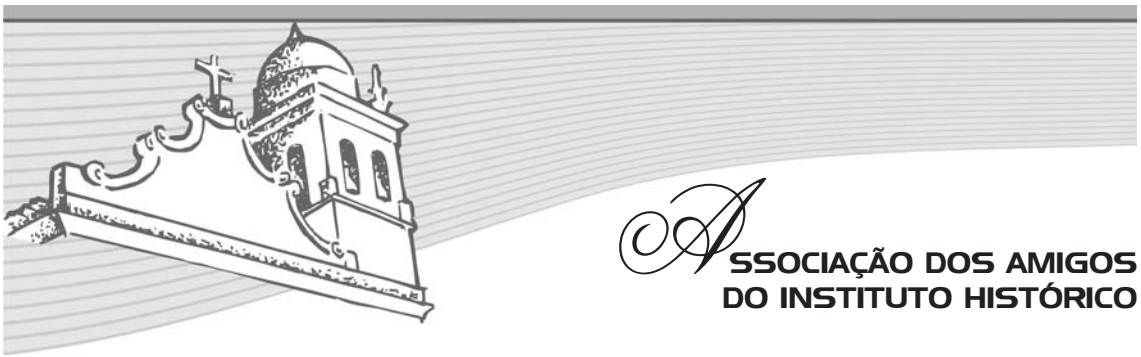
Recorte da Seção Toque, da Revista Rolling Stone nº 25, de 07/11/1972. Fotografias de Lapi.



Fonte: Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Diretoria de Planejamento Metropolitano. Coordenadoria de Planos e Projetos Metropolitanos. Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Inventário dos Bens Culturais do Município de Magé, 1984.

Planta da Vila de Magé - 1789

Ruínas da capela de Nossa Senhora da Estrela dos Mares - Magé - 1986.
Fotografias de Rogério Torres.



ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO INSTITUTO HISTÓRICO

A **Associação dos Amigos do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto / Câmara Municipal de Duque de Caxias** surgiu para dar maior dinamização ao funcionamento do Instituto Histórico, estimulando maior participação dos setores organizados da sociedade, e conseqüentemente, promovendo uma maior divulgação do órgão.

Criada para colaborar com o aprimoramento e o desenvolvimento das atividades do Instituto Histórico, a Asamih é o elo entre a população e o órgão de pesquisa, já que apesar de ser uma entidade sem fins lucrativos, tem entre suas finalidades auxiliar na aquisição de acervo, buscar programas de processamento técnico, conservação e restauração de obras e incentivar exposições.

Consta ainda de seu estatuto, aprovado pelos sócios - em número ilimitado, mas composto por intelectuais e pesquisadores do maior renome na Baixada Fluminense e cidadãos comuns que manifestam interesse pela cultura e história -, o estabelecimento de intercâmbio com outras associações e entidades semelhantes, o apoio à reprodução de documentos do Instituto Histórico, o incentivo à integração cultural com a comunidade e estimular a captação de recursos financeiros para a instalação de projetos culturais.

A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO INSTITUTO HISTÓRICO ESTÁ ABERTA À INSCRIÇÃO DE NOVOS SÓCIOS. VENHA PARTICIPAR!

Segue relação com os nomes dos Conselheiros, dos Sócios Fundadores e Sócios Contribuintes da Associação dos Amigos do Instituto Histórico.

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DC
INSTITUTO HISTÓRICO

2009 / 2010

CONSELHO DELIBERATIVO

Efetivos

PAULO MAINHARD **Presidente**
ANTÔNIO AUGUSTO BRAZ **Vice-Presidente**
ARISTIDES MULIN
GENESIS TORRES
GILBERTO SILVA
GUILHERME PERES
JOSÉ ZUMBA CLEMENTE DA SILVA
LAURY DE SOUZA VILLAR
STÉLIO LACERDA
AGRINALDO FARIAS
DALMAR LÍRIO MAZINHO DE ALMEIDA FILHO
(Presidente da CMDC - membro nato)
ANA JENSEN
(Secretária de Cultura - membro nato)
MARIA DE LOURDES HENRIQUES TAVARES
(Secretária de Educação - membro nato)

Suplentes

MARLUCIA SANTOS SOUZA
ALEXANDRE MARQUES
BETO GASPARI
ANDRÉ OLIVEIRA
WASHINGTON LUIZ JUNIOR
ERCÍLIA COELHO DE OLIVEIRA
MARIA VITÓRIA S. GUIMARÃES LEAL
JOSUE CARDOSO
ROSA LEITE

CONSELHO FISCAL

Efetivos

MANOEL MATHIAS THIBURCIO FILHO
NEWTON MENEZES
CARLOS DE SÁ BEZERRA

Suplentes

JOSÉ ROGÉRIO OLIVEIRA
ALBANIR JOSÉ DA SILVA
ODLAN VILLAR

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Executivo NIELSON ROSA BEZERRA
Secretário ANGELO MARCIO DA SILVA
Tesoureiro MARCELO BORGES SOARES DE ALMEIDA
Diretora de Pesquisa TANIA MARIA S. AMARO DE ALMEIDA (Diretora do Instituto Histórico - membro nato)

SÓCIOS FUNDADORES

AGRINALDO ALVES FARIAS
ALEXSANDRO LOUREIRO DA SILVA
ANA MARIA MANSUR DA SILVA
ANÍDIA SANTOS DA COSTA
ANTENOR GOMES FILHO
CLEINA MUNIZ COSTA
EDELSON GAMA DE MENEZES
FARID DAVID SÃO TIAGO
GILSON JOSÉ DA SILVA
GILVAN JOSÉ DA SILVA
HABACUQUE BRÍGIDO DOS SANTOS
INGRID JUNGER DE ASSIS
JOÃO MELEIRO DE CASTILHO
JOSÉ CARLOS SILVA
JOSÉ CARLOS CRUZ
LAURECY DE SOUZA VILLAR
LAURY DE SOUZA VILLAR
LIGIA MARIA DE LUNA
LUZIA LUZIETE DE OLIVEIRA LUCAS
MAGDA DOS SANTOS JUNGER
ROBERTO FERREIRA DE CARVALHO
ROBERTO LIMA DAVID
ROBSON GAMA
ROSELENA BRAZ VEILLARD
ROSELI LOPES GOMES SOUZA
SÉRGIO LOCATEL BARRETO
SILVANA CARVALHO DE BARROS
SONIA CRISTINA DE SOUZA PAIS
WALDOMIRO FRANCISCO DAS NEVES
TELMA PATRÍCIA ALMEIDA DE SOUZA
TELMA TEIXEIRA DE LIMA
ALDA REGINA SIQUEIRA ASSUMPÇÃO
ADILSON MOREIRA FONTENELLE
ALEX DOS SANTOS SILVEIRA
ALEXANDRE GASPARI RIBEIRO
ALEXANDER MARTINS VIANNA
ALEXANDRE DOS SANTOS MARQUES
ÁLVARO LOPES
ANA LUCIA DA SILVA AMARO
ANA LUCIA SILVA ENNE
ANA MARIA DA SILVA AMARO
ANILTON LOUREIRO DA SILVA
ANDRÉ LUIS SILVA DE OLIVEIRA
ANDRÉ LUIZ LOPES VIANNA
ANDRÉ LUIZ VILLAGELIN BIZERRA
ANTÔNIO AUGUSTO BRAZ
ANTÔNIO JORGE MATOS
ANTÔNIO JOSÉ PFISTER DE FREITAS
ANTÔNIO MENDES FREIRE
ARISTIDES FERREIRA MULIN
AUZENIR GONDIM E SOUZA
CARLOS DE SÁ BEZERRA
CID HOMERO FERREIRA DOS SANTOS
CLÁUDIO UMPIERRE CARLAM
DALVA LAZARONI DE MORAES
DINA SILVA GUERRA
DIOGO DE OLIVEIRA RAMOS
EDIÉLIO DOS SANTOS MENDONÇA
EDVALDO SEBASTIÃO DE SOUZA
EDUARDO DE SOUZA RIBEIRO
ELISETE ROSA HENRIQUES
EMIDIO DA SILVA AMARO
ERCÍLIA COÊLHO DE OLIVEIRA
ERUNDINO LORENZO GONZALEZ FILHO
EVANDRO CYRILLO MARQUES
EVANGELINO NOGUEIRA FILHO
EUGÊNIO SCHIAMMARELLA JÚNIOR
FÁBIO MARTINS RIBEIRO
FÁBIO PEREIRA
FRANCISCO BERNARDO VIEIRA
FRANCISCO QUIXABA SOBRINHO
GILBERTO JOSÉ DA SILVA
GÊNESIS PEREIRA TORRES
GILSON RAMOS DA SILVA
GIULIANA MONTEIRO DA SILVA
GUILHERME PERES DE CARVALHO
HERALDO BEZERRA CARVALHO
HERMES ARAUJO MACHADO
IRANI FONSECA CORREIA
ÍRIS POUBEL DE MENEZES FERRARI
IVON ALVES DE ARAÚJO
JOÃO HERCULANO DIAS
JOSÉ REINALDO DA SILVA PASCOAL
JOSÉ ROGÉRIO LOPES DE OLIVEIRA
JOSUÉ CARDOSO PEREIRA
JOSUÉ CASTRO DE ALMEIDA
JOSÉ ZUMBA CLEMENTE DA SILVA
LAUDICÉA CASTRO DE ALMEIDA BRAZ
LUIZ CARLOS SILVEIRA DE CAMPOS
LUIZ HENRIQUE SILVA VIEIRA
MARIA ALICE DE OLIVEIRA DOMINICALLI
MANOEL MATHIAS THIBÚRCIO FILHO
MARCELO BORGES SOARES DE ALMEIDA
MARCO AURÉLIO TEIXEIRA BAPTISTA DE LEÃO
MARIA DE JESUS MENDES LIMA
MARIA VITÓRIA SOUZA GUIMARÃES LEAL
MARIA ZÊNIA CORREIRA DOMINGUES
MARIZE CONCEIÇÃO DE JESUS
MARLUCIA SANTOS DE SOUZA
MARTHA IGNEZ DE FREITAS ROSSI
MESSIAS NEIVA
NÁDIA APARECIDA TOBIAS FÉLIX

NEWTON DE ALMEIDA MENEZES
NEY ALBERTO GONÇALVES DE BARROS
NIELSON ROSA BEZERRA
NILSON MOREIRA CAMPOS DONIZETH
NIVAN ALMEIDA
ODEMIR CAPISTRANO SILVA
ODLAN VILLAR FARIAS
PAULO CESAR RAMOS PEREIRA
PAULO CHRISTIANO MAINHARD
PAULO PEDRO DA SILVA
PAULO ROBERTO TEIXEIRA LOPES
PAULO ROBERTO CLARINDO
PAULO ROBERTO REIS FRANCO
PEDRO MARCÍLIO DA SILVA LEITE
ROBERTO GASPARI RIBEIRO
ROGÉRIO TORRES DA CUNHA – SÓCIO BENEMÉRITO
ROMEU MENEZES DOS SANTOS
ROSA CRISTINA DA SILVA LEITE
ROSA NASCIMENTO DE SOUZA
ROSANE FERREIRA LARA
ROSANGELA DAVID W. G. DE LIMA
RUYTER POUBEL
SANDRA GODINHO MAGGESSI PEREIRA
SELMA CASTRO DE ALMEIDA
SELMA MARIA DA SILVA RODRIGUES
STÉLIO JOSÉ DA SILVA LACERDA
SOLANGE MARIA AMARAL DA FONSECA
SUELY ALVES SILVA
TANIA MARIA DA SILVA AMARO DE ALMEIDA
UBIRATAN CRUZ
VERA LUCIA PONCIANO DA SILVA
VILMA CORRÊA AMÂNCIO DA SILVA
WAGNER GASPARI RIBEIRO
WASHINGTON LUIZ JUNIOR

SÓCIOS CONTRIBUINTES

ADENILDO DANIEL DA SILVA
ALBANIR JOSÉ DA SILVA
ALEXANDRE BARROS DO ROSÁRIO
ALINE COSTA DOS SANTOS
ALINE FERNANDES PEREIRA
ANGELA MARIA SANT'ANNA FIGUEIREDO
ANGELO MARCIO DA SILVA
ARACI DOS SANTOS
CARLA DE OLIVEIRA
CARLOS GUSTAVO COSTA MOREIRA
CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS
CARLOS JOSÉ DOS SANTOS
CLÁUDIO DE PAULA HONORATO
DENAIR DE SOUZA CORRÊA DE MORAES
DIEGO LUCIO VILLELA PEREIRA
EDGAR DE SOUZA CARVALHO
ELDEMAR BATISTA DE SOUZA
ELIANE PONCIANO DE LIMA
ELIAS DA SILVA MAIA
ENILDO JOSÉ BONIFÁCIO
FERNANDO RAMOS PEREIRA
GERALDO COSTA FILHO
GIANNIS HANS MARTINS PETRAKIS
GUSTAVO GUIMARÃES MOTTA FILHO
HELENITA MARIA BESERRA DA SILVA
HELLENICE DE SOUZA FERREIRA
INDIOMAR GUARACIABA GOMES DA SILVA
JADIVAL OLIVEIRA
JORGE BASTOS FURMAN
JOSÉ CARLOS LEAL
LÉO MANSO RIBEIRO
LEONARDO SIMIÃO DA SILVA
LUIZ FELIPE DOS SANTOS JUNIOR
MAIZE DE OLIVEIRA GONDIM
MARIA CELESTE FERREIRA
MARIA HELENA JACINTHO
NILSON HENRIQUE DE ARAÚJO FILHO
NOEMI REBELLO DOS SANTOS
PAULO DA SILVA
PAULO SÉRGIO DA SILVA
REGINA CELIA SANCHES LOPES – INST. NOSSA SRA. DA GLÓRIA
RICARDO DA FONSECA IGNEZ
ROBERTO LIMA DOS SANTOS
RUBENS DE ALMEIDA
SELMA CHAGAS DE OLIVEIRA
SÉRGIO BRABO DE ABREU
SIDNEY DE OLIVEIRA SILVA
THIAGO GONÇALVES DA SILVA
THIAGO SCHUBERT LOPES
VALÉRIA MOREIRA COUSAQUIVITI

Estado do Rio de Janeiro
CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS

16ª Legislatura: 01/01/2009 a 31/12/2012

Presidente: DALMAR LÍRIO MAZINHO DE ALMEIDA FILHO - Mazinho
1° Vice-presidente: ADEMIR MARTINS DA SILVA - Ademir Martins
2° Vice-presidente: MARIA LANDERLEIDE DE ASSIS DUARTE - Leide
1° Secretário: MOACYR RODRIGUES DA SILVA - Moacyr da Ambulância
2° Secretária: JULIANA FANT ALVES - Juliana do Táxi

CARLOS ALBERTO OLIVEIRA DO NASCIMENTO - Carlos de Jesus
CLÁUDIO CESAR RODRIGUES PEREIRA - Tato
DENILSON SILVA PESSANHA - Maninho do Posto
DIVAIR ALVES DE OLIVEIRA JÚNIOR - Junior Reis
EDUARDO MOREIRA DA SILVA - Eduardo Moreira
EVANGIVALDO SANTOS SOARES - Grande
FRANCISCO DOS SANTOS - Chico Borracheiro
JONAS GONÇALVES DA SILVA - Jonas é Nós
JOSEMAR LUCAS FERREIRA PADILHA - Josemar Padilha
MARCELO FERREIRA RIBEIRO - Marcelo do Seu Dino
MARCOS FERNANDES DE ARAÚJO - Marquinho Oi
MARGARETE DA CONCEIÇÃO DE SOUZA CARDOSO - Gaete
MARIA DE FÁTIMA PEREIRA DE OLIVEIRA - Fatinha
RICARDO CORRÊA DE BARROS - Ricardo da Karol
SAMUEL CORRÊA DA ROCHA JÚNIOR - Samuquinha
SEBASTIÃO FERREIRA DA SILVA - Chiquinho Grandão

Diretora Geral da CMDC: INGRID JUNGER DE ASSIS

Município de Duque de Caxias